

Felipe da Rosa Quintão

**HORTA COMUNITÁRIA DO PACUCA: O PROCESSO DE
MOBILIZAÇÃO DE UM COLETIVO**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Administração.
Orientador: Prof. Maurício Serva

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

da Rosa Quintão, Felipe
HORTA COMUNITÁRIA DO PACUCA : O PROCESSO DE
MOBILIZAÇÃO DE UM COLETIVO / Felipe da Rosa Quintão
; orientador, Mauricio Serva, 2019.
186 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de
Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Hortas Comunitárias. 3.
Sociologia Pragmática Francesa. 4. Dispositivo. I.
Serva, Mauricio. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração.
III. Título.

Felipe da Rosa Quintão

**HORTA COMUNITÁRIA DO PACUCA: O PROCESSO DE
MOBILIZAÇÃO DE UM COLETIVO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração

Florianópolis, 10 de abril de 2019.

Prof. ^a Cibele Barsalini Martins, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Maurício Serva, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. André Luis Silva Leite, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Gustavo Matarazzo Rezende, Dr. (videoconferência)
Instituto Federal de São Paulo

Dedico este trabalho aos voluntários
da Horta Comunitária do PACUCA.

AGRADECIMENTOS

Chegou o fim dessa fase de experiências intensas e gostaria de agradecer a todos que de alguma forma deram suporte e foram fonte de inspiração para a realização deste trabalho. Um muito obrigado à minha família pelo carinho e por todos os exemplos de luta e determinação. Em especial aos meus pais pelo companheirismo e apoio de sempre.

As salas de aula do PPGA trouxeram muito conhecimento, mas também me trouxeram um amor. Obrigado, Aline, por ter entrado na minha vida e me ensinado tanto, por ser a pessoa amável e doce que tu és e por querer compartilhar a tua vida comigo.

Obrigado ao Bruno pela amizade e parceria de moradia, à D. Zilda pelo acolhimento e quitutes nos dias intensos de estudo. Aos amigos que a vida me deu, em especial para os que tiveram mais próximos nessa fase: Luquéis, Preto, Uru, Tiaguinho, Gordo, Arthurzinho, Joãozinho, Robinho, Joe, M. Gerlak, Noronha, Vitão, Daniel, Vini e Maurício. Aos colegas de mestrado, em especial ao Matheus e ao Renan pela parceria.

Agradeço aos colegas do ORD por mais essa fase de trabalho em equipe e trocas intensas. Pelo reencontro com a Vanessa, Danilo, Gustavo, Tiago, Jorge, Déris, Rapha, professor Boeira e pelos novos encontros com o Diego, Nadja, Jú, Bárbara, Chay, Lourenço e Jéssica. Foi um grande aprendizado poder conviver novamente com vocês e acompanhar as pesquisas e trabalhos de cada um.

Gratidão ao professor Maurício por me receber mais uma vez como orientando e compartilhar a sua paixão pelo conhecimento e pelo universo da ação humana (e não-humana). Pela sua atenção e suporte no processo de construção da pesquisa e pela amizade que construímos nesses anos de trabalho.

Gostaria de agradecer a todos agricultores e agricultoras que tive a chance de conhecer, por compartilhar um pouco do seu amor pela vida e em especial aos voluntários da Horta Comunitária do PACUCA que compartilharam a sua experiência na busca de construir para uma cidade mais justa e acolhedora.

Obrigado aos parceiros e parceiras que leram o trabalho e contribuíram muito na sua construção: Ana Letícia, Girardi, Diego, Jorge, Erika, Ramiro, Denise, Vitão, Noronha e Robinho.

Muito obrigado à banca de avaliação. À professora Gabriela Fiates pelas contribuições na banca de qualificação e pelos ensinamentos nas disciplinas. Ao professor André Leite por ter aceitado o convite de participação na banca final e pelas contribuições prestadas.

Ao professor Gustavo por todas as conversas desde as ideias iniciais da pesquisa e pela brilhante participação nas duas bancas de avaliação. Já são alguns anos de amizade e trabalhos conjuntos e fico muito feliz de acompanhar o teu desenvolvimento e poder contar com a tua parceria. Ao vereador Marquito por aceitar participar da banca de avaliação mesmo que informalmente e por ser um grande exemplo da possibilidade de unir ensino, pesquisa e extensão para a construção de uma sociedade melhor.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que possibilitou esta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar e compreender o processo de mobilização coletiva para criar e desenvolver a Horta Comunitária do PACUCA (HCP). Para isso, utilizei a etnografia e a história oral temática como estratégias de pesquisa e realizei entrevistas semiestruturadas com voluntários participantes da ação coletiva e membros de organizações parceiras. Muitos destes acompanharam o processo de criação e desenvolvimento da horta comunitária (HC) desde suas primeiras articulações em 2015 e outros foram aderindo ao coletivo durante a sua trajetória. Paralelamente, realizei uma observação direta de julho de 2017 a março de 2019 e analisei reportagens midiáticas e trabalhos acadêmicos que tratavam sobre o tema e o contexto em que a HC está inserida. No referencial teórico, busquei trazer uma visão sobre o que vem sendo estudado sobre o tema das HCs no Brasil por meio da descrição do conteúdo de artigos sobre HCs encontrados em um levantamento em bases de dados nacionais. Em seguida, apresentei a perspectiva teórica adotada para a análise desta pesquisa, a partir de uma visão geral sobre a corrente de estudos da sociologia pragmática francesa, das suas contribuições para a sociologia da ação coletiva e para o estudo de organizações. E, então, fiz um aprofundamento sobre o conceito de situações de prova e sobre a “abordagem processual dos dispositivos” (DODIER; BARBOT, 2017), que serviriam como operadores analíticos da ação na HCP. Esta análise permitiu identificar o jogo de negociações e de forças - entre dois grupos com diferentes expectativas normativas quanto às finalidades da HC e aos princípios a serem seguidos para a sua organização - que fez parte do processo de composição do coletivo. No momento seguinte, procurei dar um salto analítico por meio da identificação de operadores normativos que operavam a disputa de sentidos em torno da HC. Esta disputa pôs em questão o sentido de “comunitário”, da finalidade “pedagógica” e da finalidade da horta de ocupar o espaço em que ela foi construída. A partir desta compreensão, foi possível delinear o repertório normativo dos indivíduos em relação à HCP e as suas transformações ao longo do tempo. E, por fim, identificar efeitos de aprendizado que a experiência na HC proporcionou aos seus participantes em relação a possibilidades de organização em uma HC.

Palavras-chave: Hortas Comunitárias, Sociologia Pragmática Francesa, Dispositivo.

ABSTRACT

This research had the objective of analyzing and understanding the process of collective mobilization to create and develop the PACUCA Community Garden (PCG). For that, I used ethnography and oral history as research strategies and conducted semi-structured interviews with volunteers who participated in the collective action and members of partner organizations. Many of them followed the process of creation and development of the community garden (CG) since its first articulations in 2015 and others joined the collective during its trajectory. At the same time, I made a direct observation from July 2017 to March 2019 and analyzed media reports and academic papers that dealt with the theme and context in which the CG is inserted. In the theoretical framework, I sought to bring a view on what has been studied about CGs in Brazil by describing the content of articles on CGs found in a survey in national databases. Next, I presented the theoretical perspective adopted for the analysis of this research, from an overview of the current study of French pragmatic sociology, its contributions to the sociology of collective action and to the study of organizations. And then I went deeper into the concept of test situations and the "procedural approach to dispositifs" (DODIER; BARBOT, 2017), which would serve as analytical operators of action at PCG. This analysis allowed identifying the set of negotiations and forces - between two groups with different normative expectations regarding the purposes of the CG and the principles to be followed for its organization - that was part of the process of composition of the collective. In the next moment, I tried to make an analytical leap by identifying normative operators that operated the dispute of meanings around CG. This dispute called into question the meaning of "community", of the "pedagogical" purpose and the purpose of the garden to occupy the space in which it was built. From this understanding, it was possible to delineate the normative repertoire of individuals in relation to PCG and its transformations over time. And, finally, to identify learning effects that the CG experience provided to its participants in relation to organizational possibilities in a CG.

Keywords: Community Gardens, French Pragmatic Sociology, Dispositif.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Momento de prova.....	44
Figura 2: Distritos de Florianópolis.....	64
Figura 3: Planície Entremares.....	65
Figura 4: Área escolhida para construir a HC.....	71
Figura 5: Lixo descartado irregularmente no parque.....	71
Figura 6: Placa com as entidades fundadoras da horta e chamada para mutirões semanais.....	74
Figura 7: Área onde foi passada a máquina para construir a horta e o pátio de compostagem.....	76
Figura 8: Construção de canteiro elevado.....	77
Figura 9: Delimitação da asa esquerda do canteiro em forma de avião.....	78
Figura 10: Construção da asa esquerda do canteiro em forma de avião.....	79
Figura 11: Canteiros de morango.....	80
Figura 12: Canteiros de ervas medicinais.....	81
Figura 13: Área demarcada para implantação de um SAF.....	84
Figura 14: Placa de divulgação na Avenida Pequeno Príncipe.....	87
Figura 15: Placa de acolhimento de visitantes no interior da horta.....	88
Figura 16: Placas.....	91
Figura 17: Placas.....	92
Figura 18: Canteiro em forma de avião.....	94
Figura 19: Canteiro elevado com plantio de hortaliças.....	95
Figura 20: Canteiro elevado com plantio de hortaliças.....	96
Figura 21: Placa em canteiro elevado.....	97
Figura 22: Produção no canteiro em forma de avião.....	99
Figura 23: PEV de resíduos orgânicos.....	102
Figura 24: Placa com as regras do PEV.....	103
Figura 25: Leira de compostagem sendo abastecida.....	104
Figura 26: Leira de compostagem sendo coberta com palha.....	104
Figura 27: Viveiro de mudas de árvores nativas.....	107
Figura 28: Manutenção e ampliação da área do SAF.....	108
Figura 29: Oficina sobre plantas alimentícias não convencionais (PANCs).....	109
Figura 30: Oficina sobre Compostagem.....	110
Figura 31: Oficina sobre Compostagem.....	111
Figura 32: Placa na entrada da horta.....	113
Figura 33: Visita de escola primária.....	114
Figura 34: Produção em canteiros elevados.....	115
Figura 35: Roça de milho.....	116
Figura 36: Placa com regras da horta.....	121

Figura 37: Mural.	122
Figura 38: Construção da cerca de bambu.	127
Figura 39: Portão de metal com cadeado.	128
Figura 40: Doação de alimentos.	132
Figura 41: Doação de alimentos.	133
Figura 42: Feira de alimentos.	134
Figura 43: Visão aérea dos canteiros em formato de nuvens (acima), de avião e do espaço com SAF (abaixo).	138
Figura 44: Contraste entre a parte mais “artística” (esquerda) e os canteiros em linhas retas (direita).	139
Figura 45: Expectativas normativas e transformações da HC ao longo do tempo.	144
Figura 46: Repertório normativo ao longo do tempo.	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Técnicas de coleta de dados usadas para atingir os objetivos específicos.....62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOCAM - Associação de Moradores do Campeche
AU - Agricultura Urbana
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
HC - Horta Comunitária
HCs - Hortas Comunitárias
HCP - Horta Comunitária do PACUCA
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONGs - Organizações não-governamentais
ORD - Núcleo de Pesquisas Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento
PACUCA - Parque Cultural do Campeche
PEV - Ponto de Entrega Voluntário
SAF - Sistema Agroflorestal
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2	OBJETIVOS	21
1.2.1	Objetivo geral	22
1.2.2	Objetivos específicos	22
1.3	JUSTIFICATIVA.....	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	ESTUDOS SOBRE HORTAS COMUNITÁRIAS	25
2.2	OLHARES PRAGMATISTAS.....	32
2.2.1	Organização e ação coletiva	38
2.3	APOIOS CONCEITUAIS PARA A ANÁLISE DA AÇÃO	43
2.3.1	Situações de prova	43
2.3.2	Abordagem processual dos dispositivos	49
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	57
4	ANÁLISE	64
4.1	APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO ONDE SE FORMOU A HCP	64
4.2	PROCESSO DE CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA HCP	68
4.2.1	Primeiras mobilizações e início da construção da horta.	68
4.2.2	Expansão e desenvolvimento	94
4.2.3	Estabilização das ações	126
4.2.4	Resumo da seção	141
4.3	REPERTÓRIO NORMATIVO E COMPOSIÇÃO DO DISPOSITIVO	145
4.3.1	Ângulos de futuro e as disputas de sentidos	146
4.3.2	Delineando o repertório normativo e as suas transformações ao longo do tempo	164
4.3.3	Reflexões sobre aspectos organizacionais	169

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
	REFERÊNCIAS.....	180

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa é uma Horta Comunitária (HC) inserida num contexto urbano. Portanto, para a contextualização da temática deste trabalho, apresentarei na próxima seção uma breve introdução sobre Agricultura Urbana (AU), tema bastante discutido na atualidade e que tem as Hortas Comunitárias (HCs) como uma das possibilidades organizativas para a sua realização. O objetivo desta contextualização não é definir um conceito de AU, mas sim, dar um breve panorama de questões relacionadas a este tema e que possam contribuir na compreensão do objeto de estudo proposto. A partir disso, serão definidos o problema de pesquisa e os objetivos a serem alcançados pela pesquisa e, por fim, serão apresentados os argumentos teóricos e práticos que a justificam

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A prática da agricultura nas cidades e no seu entorno é um fenômeno que acompanha a humanidade desde as primeiras civilizações conhecidas e assume um papel importante para suprir as necessidades alimentares humanas. Em todos os continentes, civilizações ancestrais desenvolveram sistemas de agricultura que conviviam com densas aglomerações populacionais, criando tradições na produção de alimentos, de forma intensiva, baseados em conceitos próprios de cidade, de comunidade e em práticas culturais locais. Civilizações antigas da América Latina, como por exemplo os Astecas, Maias e Incas, desenvolveram sistemas de produção de alimentos que garantiam a autossuficiência de suas cidades, e que hoje são estudados para o desenvolvimento de técnicas de agricultura sustentável. Na Europa Medieval, até o século XVIII, cerca de metade da área das cidades era destinada à agricultura. No caso específico de Paris, até o final do século XIX, um sexto da área da cidade era destinado à produção de alimentos, a partir de um sistema de produção conhecido como marais, baseado no aproveitamento de resíduos urbanos como matéria-prima para a fertilidade dos solos, sistema este que foi altamente reconhecido na Europa neste tempo (JAC et al., 2001).

A partir do século XX, a modernização da agricultura afastou a produção de alimentos das cidades e a urbanização ocorrida em diversos países passou por um processo que Jac et al. (2001) denominam de “higienização” das cidades. Sistemas sanitários, juntamente com

mudanças tecnológicas, tiveram um importante papel na promoção da saúde pública nos ambientes urbanos, porém, este processo de higienização deixou de tratar aspectos importantes para garantir a sustentabilidade das cidades. Para Jac et al. (2001, p. 8, tradução nossa),

esta abordagem criou problemas tanto em países industrializados quanto em países em desenvolvimento. Os sistemas são insustentáveis pois eles deslocam e descartam crescentes volumes de resíduos de um local para outro, seja dentro do ecossistema urbano ou fora dele, e a infraestrutura frequentemente falha.

Dos primeiros anos do século XX até o início do século XXI a população mundial cresceu de 1.5 bilhão para aproximadamente 6 bilhões de pessoas (DEELSTRA; GIRARDET, 2000). Neste mesmo período a população urbana teve um salto de 10% para 50% da população mundial no ano de 2008 (UNFPA, 2011). Junto com este crescimento populacional nos ambientes urbanos, a fome se tornou um problema recorrente nas cidades e, acrescida de instabilidades políticas e econômicas em muitos lugares, foi um fator importante para o florescimento da prática da AU¹ em diversos países. A porcentagem de famílias urbanas envolvidas com agricultura hoje varia de 10% em grandes cidades dos EUA a 80% em pequenas cidades na Sibéria e outras cidades na Ásia. Dados de 1993 apontam que 800 milhões de pessoas estavam ativamente envolvidas com a prática da AU no mundo e, destas, 200 milhões são agricultores urbanos que produzem para comercialização (JAC et al., 2001). Segundo os autores, a AU tem se tornado resposta para desafios econômicos, ambientais e tecnológicos ao redor do mundo.

Para Deelstra e Girardet (2000), em um mundo cada vez mais dominado por cidades, a comunidade internacional está começando a voltar a atenção para a questão da sustentabilidade urbana, ou seja, para

¹ Para Fao (2018, p. 2), a AU “é uma atividade multifuncional e multicomponente, que inclui a produção ou transformação inócua de produtos agrícolas e pecuários em zonas intra e periurbanas, para autoconsumo ou comercialização, (re)aproveitando de modo eficiente e sustentável os recursos e insumos locais, respeitando os saberes e conhecimentos locais e promovendo a equidade de gênero através do uso e coexistência de tecnologias apropriadas e processos participativos para a melhora da qualidade de vida da população urbana e da gestão social e ambientalmente sustentável das cidades”.

a consideração de aspectos ambientais e socioculturais, para além de considerar apenas aspectos económicos no desenvolvimento das cidades. O processo começou na conferência Rio-92 com o estabelecimento da Agenda 21 e continuou em 1996, na conferência das Nações Unidas em Istanbul. O documento gerado por esta última, chamado Agenda Habitat, preconiza que as cidades devem ser planeadas respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável estabelecidos na Agenda 21, respeitando a capacidade de resiliência dos ecossistemas e preservando as oportunidades para as futuras gerações.

De acordo com Cepagro (2013, p. 7),

é principalmente nos últimos 20 anos que a AU tem sido relacionada a uma pluralidade de questões: direito humano à alimentação (que inclui segurança e soberania alimentar e nutricional), geração de trabalho e renda, sustentabilidade e resiliência das cidades, bens comuns e acesso a recursos como terra e água, contribuição para responder a diferentes crises (alimentar, urbana, financeira, ambiental), planeamento urbano e regeneração ecológica urbana, justiça ambiental, lazer, preservação de biodiversidade no urbano e valorização de conhecimentos ancestrais, dentre tantos outros assuntos que atualmente ganham espaço nos debates públicos sobre AU.

Neste contexto, cada vez mais governos locais, regionais e nacionais vêm buscando implementar programas de AU na busca de enfrentar questões como pobreza, melhorar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e o meio ambiente (FAO, 2018). No Brasil, alguns municípios apresentam ações de AU coordenadas pelas prefeituras municipais, como Lagoas/MG, Teresina/PI e Curitiba/PR, que operam programas de HCs implantadas desde a década de 1980. No nível nacional, as primeiras ações de apoio à AU tomadas pelo governo federal, em 2003, estavam ligadas à agenda de segurança alimentar e combate à fome, no âmbito do Programa Fome Zero, por meio do MESA (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome), que no ano seguinte se tornou o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). As ações incluíram “a implantação de hortas comunitárias, lavouras, viveiros, pomares, canteiros e criação de pequenos animais, bem como a implantação de

unidades de processamento e beneficiamento dos alimentos, para agregar valor aos produtos” (LOVO; NUÑEZ, 2011, p. 26).

A criação do MDS permitiu a integração das políticas de combate à fome, transferência de renda e assistência social, assim como a criação do Programa de Agricultura Urbana promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). De 2003 a 2007 foram assinados 256 convênios somando um montante de R\$ 58.396.394,60 investidos, que beneficiaram 238.046 famílias, envolvendo 25 estados e 263 municípios (LOVO; NUÑEZ, 2011). Além das ações governamentais, diversas organizações da sociedade civil (OSC), universidades, movimentos sociais e empresas vêm promovendo ações de AU no Brasil (FAO, 2018)

Os marcos legais da AU surgem na legislação brasileira também dentro da preocupação com a segurança alimentar e nutricional. Um passo inicial para a pavimentação do caminho da AU na legislação brasileira é a Lei Nº11.346/2006², que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Apesar de não incluir de forma direta a AU nos seus artigos, esta lei apresenta medidas favoráveis ao desenvolvimento de ações convergentes (LOVO; NUÑEZ, 2011). Em 2015, após um longo processo de construção coletiva entre poder público e sociedade civil, foi desenvolvido o Projeto de Lei Federal nº 906/15³, que cria a Política Nacional de Agricultura Urbana e estabelece ações que devem ser empreendidas pelo governo federal em articulação com estados e municípios. Este projeto de lei tramita hoje em caráter conclusivo no Senado Federal (CÂMARA, 2018).

² “A referida lei estabelece que a alimentação adequada se constitui em direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população.” (FAO, 2011, p. 17)

³ “Entre os objetivos previstos da Política Nacional de Agricultura Urbana estão:

- Ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis;
- Propiciar a ocupação de espaços urbanos ociosos;
- Gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana;
- Articular a produção de alimentos nas cidades com os programas institucionais de alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, restaurantes populares, estabelecimentos penais e outros.” (CÂMARA, 2018)

Segundo Cepagro (2013) a AU pode significar múltiplas funcionalidades e sentidos para os grupos sociais envolvidos: estratégia de subsistência alimentar, geração de trabalho e renda, lazer e recreação, saúde, convívio social, qualidade ambiental, ambientes saudáveis e limpos, garantia ao direito humano à alimentação e à cidade. As práticas de AU podem contemplar também diversos tipos de atividades, como a criação de hortas em quintais de casas, escolas, telhados de prédios ou espaços comunitários, para cultivos diversos, como de hortaliças, flores, pomares, plantas medicinais, criação de animais, etc. Estas atividades existem no mundo inteiro e estão assumindo um importante papel nos sistemas alimentares urbanos.

Para As-pta (2015), a multiplicidade de práticas, expressões, espaços, atores e vocabulários, representados pela AU, gera manifestações que estão intimamente ligadas aos seus contextos:

Isso quer dizer que as práticas de agricultura urbana e periurbana são reveladas por um conjunto de situações em que se entrelaçam diversos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, em dinâmicas que são típicas de cada lugar, de cada cidade. [...] Em alguns casos, as práticas de agricultura urbana são tradicionais na cidade, em outras, o espaço surge rural e acaba sendo transformado em urbano em função do avanço da urbanização, em outros, ainda, a iniciativa surge a partir da busca pelo direito à cidade ou em decorrência de movimentos organizados coletivamente (AS-PTA, 2015, p. 3).

Uma das possíveis configurações organizacionais para a prática da AU são as HCs. Renting, Schermer e Rossi (2012) afirmam, a partir de estudos empíricos realizados em diferentes países europeus, que os principais motivos que levam à criação deste tipo de iniciativa é a integração social de diferentes grupos que fazem parte de uma localidade, mas também podem incluir a busca por utilização de espaços públicos e acesso à subsistência e autonomia a pessoas desempregadas e de baixa renda, através da produção de alimentos. Segundo os autores, os tipos de engajamento das pessoas a iniciativas de HCs também são diversos. Em algumas iniciativas as pessoas oferecem seus serviços através de programas de voluntariado, outras são mais voltadas a objetivos privados de produção para venda direta dos produtos,

enquanto outras iniciativas ainda se colocam mais claramente como movimentos políticos ligados a questões da agenda pública.

Para compreender melhor as HCs como fenômeno organizacional, no contexto brasileiro, empreendi uma busca em bases de dados nacionais (SPELL, SCIELO e Periódicos CAPES) com os seguintes termos de pesquisa: “agricultura urbana”, “horta comunitária OU hortas comunitárias”⁴. Dos trabalhos identificados - após filtrar os títulos, resumos e artigos duplicados - restaram 15 artigos que foram analisados na íntegra⁵. A primeira constatação após este levantamento é de que existem poucas pesquisas que analisam o fenômeno das HCs no Brasil. Em segundo lugar, os trabalhos identificados que têm as HCs como objeto de pesquisa apresentam análises sob uma diversidade de perspectivas (saúde, educação, educação ambiental, turismo, análise de políticas públicas, análise de aspectos socioeconômicos, comunicação, ação comunitária e agroecologia), mas nenhum dos trabalhos problematiza as HCs especificamente como um fenômeno organizacional – apesar de diversas questões organizacionais aparecerem de forma transversal aos temas dos trabalhos.

A análise dos artigos sobre HCs identificados nas bases de dados nacionais permitiu salientar a diversidade de expressões e de sentidos que uma HC pode assumir de acordo com o contexto em que ela se encontra e dos atores envolvidos com a sua criação e desenvolvimento (AS-PTA, 2015; CEPAGRO, 2013). No artigo de Fernandes (2013), por exemplo, as HCs fizeram parte de uma política de inclusão produtiva e social no contexto de um programa de HCs implantado por uma prefeitura. No caso relatado por Giraldo et al (2012), de uma intervenção de um grupo de enfermeiras pesquisadoras em uma comunidade de baixa renda, a criação de uma HC foi utilizada como estratégia para a promoção de uma alimentação saudável. Oliveira e Cintrão (2015) também apresentam um caso em que uma HC foi proposta, por pesquisadores que buscavam soluções para lidar com a violência no ambiente escolar, como um espaço de educação ambiental para alunos de ensino médio de uma escola pública.

Em alguns casos, fica claro que os sentidos atribuídos a uma HC podem variar ao longo do tempo por conta das circunstâncias ou da chegada de novos atores, como no caso estudado por Arruda e Arraes (2007), no qual apresentam a implantação de um programa municipal de

⁴ Pesquisa realizada em dezembro de 2017.

⁵ Uma análise mais completa desses artigos é feita no item 2.1.2 do referencial teórico.

HCs ao longo de três gestões de uma Prefeitura Municipal, em que, de acordo com a secretaria municipal à qual o programa estava vinculado, durante os diferentes mandatos da prefeitura ele apresentava finalidades distintas, como a produção de segurança ambiental, ou a criação de emprego e geração de renda.

Os sentidos atribuídos a uma HC, conforme verificado nos artigos analisados, também podem variar de acordo com o tipo de engajamento. Albertin et al. (2016) analisam 5 HCs que fazem parte de um programa municipal de HCs e constatam que, se por um lado, para os agricultores envolvidos com as HCs elas são vistas como espaços para a produção de alimentos para autoconsumo e complementação de renda, por outro, para os moradores do entorno as hortas são vistas como espaços de embelezamento da cidade e de acesso a produtos de qualidade para consumo.

Apesar dos artigos analisados demonstrarem a diversidade de sentidos que uma HC pode assumir, eles não permitem um olhar mais profundo para compreender como estes sentidos se constituem nos seus contextos específicos. Assim, em paralelo à pesquisa bibliográfica sobre o tema, empreendi uma observação direta (PERETZ, 2004) em uma HC próxima à minha casa, com o objetivo de compreender a sua dinâmica organizacional. A observação direta teve início em julho de 2017, o que consistiu em me envolver nas atividades da horta como voluntário. A experiência de vivenciar as situações cotidianas de uma HC me permitiu chegar nas seguintes constatações: 1) Ao me aproximar do fenômeno, percebi que ele estava profundamente ligado a outras ações coletivas locais que iam para além da HC em si, mas nas quais a HC exercia um papel significativo; 2) Assim, por fazer parte de outros movimentos importantes na história local, as perspectivas - das pessoas envolvidas - sobre a história da HC e sobre a sua relação com a história de outros movimentos locais se mostrou de extrema relevância para a compreensão do fenômeno; 3) E, além da importância das visões dos participantes sobre o passado, a diversidade de perspectivas sobre o futuro da HC - sobre que direções ela deveria tomar - também se mostrou um elemento importante para compreensão da sua complexidade.

As constatações acima foram fruto de um processo de reflexão que envolveu a experiência de campo, a leitura de diversos atores da Sociologia Pragmática Francesa ao longo da elaboração do projeto de pesquisa, reuniões de orientação e as contribuições da banca de qualificação. A partir deste processo, busquei uma abordagem teórica que permitisse analisar a ação coletiva de uma HC no seu contexto por

meio de uma religação das experiências pessoais dos participantes, traços do passado no ambiente e horizontes para o futuro. De acordo com Cefaï (2009), para captar a dinâmica de uma mobilização coletiva, o “desafio é descrever a mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais, fazendo-os emergir das atividades enquanto estas se realizam” (CEFAÏ, 2009, p. 16). Para o autor, “é necessário seguir minuciosamente, sem a priori normativo, os encadeamentos de atividades que conduzem à formação de coletivos” (CEFAÏ, 2009, p. 24). Para tanto, se faz necessário acompanhar de perto os atores, as suas experiências e perspectivas, fazendo um esforço analítico e descritivo das suas modalidades de engajamento em situações, buscando compreender os esquemas cognitivos e de conhecimento comuns aos atores que participam de ações coletivas (CEFAÏ, 2009).

Dito isto, a proposta da presente pesquisa é de problematizar as HCs como dispositivos⁶, no sentido de uma “abordagem processual dos dispositivos” (DODIER; BARBOT, 2017). Esta abordagem traz a possibilidade de analisar a dinâmica de dispositivos a partir do trabalho normativo dos atores que se relacionam com estes. O estudo do trabalho normativo dos atores, ou seja, as avaliações positivas ou negativas que os indivíduos fazem sobre os dispositivos, pode ser uma importante entrada de análise para compreender as ações no desenvolvimento de uma HC e, assim, compreender o processo de composição e de transformações da organização. Segundo Dodier e Barbot (2017, p. 511),

ao examinar o trabalho normativo dos indivíduos no contato com os dispositivos que os tem como alvo, discerne-se, ao mesmo tempo, os efeitos do dispositivo sobre esses indivíduos e a maneira como, por sua vez, os próprios indivíduos os realizam e até mesmo, por sua vez, o modificam. Pode-se por fim tratar, sob o ângulo de uma temporalidade histórica, do jogo cruzado dos

⁶ O termo dispositivo é amplamente usado nas ciências sociais. A sua utilização tem como gênese os trabalhos do filósofo Michel Foucault e foi desenvolvida por numerosos estudiosos do pensamento foucaultiano, assim como por outras vertentes nas ciências sociais como os *science studies*, a sociologia econômica e a sociologia pragmática. Esta última, é a corrente teórica na qual Nicolas Dodier e Janine Barbot, autores que propõe a abordagem que utilizarei nesta pesquisa, se inserem.

dispositivos e dos repertórios normativos a eles relacionados.

Assim, para compreender de forma mais clara elementos da dinâmica de organização de HCs, proponho, a partir de uma análise processual dos dispositivos, o estudo do caso da Horta Comunitária do PACUCA (HCP) - localizada no bairro do Campeche, em Florianópolis-SC - no seu processo de criação e desenvolvimento, confrontando o repertório normativo apresentado pelos sujeitos envolvidos ao longo do tempo - composto pelo conjunto de expectativas normativas - com as transformações ocorridas no dispositivo ao longo do tempo - expressas pelas transformações na dinâmica da ação coletiva e dos elementos materiais (DODIER; BARBOT, 2017).

Em relação ao contexto local de Florianópolis, diversas ações vêm sendo criadas - tanto por atores públicos quanto privados - para desenvolver a reciclagem descentralizada da fração orgânica dos resíduos sólidos do município, estimulando o aproveitamento do material reciclado como insumo para a prática da AU de forma individual ou coletiva (DIAS, 2016). O município conta com algumas iniciativas comunitárias para reciclagem deste tipo de resíduo e, dentre elas, está a HCP, que se localiza em um terreno público que, entre as décadas de 1920 e 1940, foi utilizado como campo de pouso para companhias estrangeiras de correio aéreo e, no final deste período, foi o local do primeiro aeroporto com voos comerciais de Florianópolis. Hoje, esta área pertencente ao Governo Federal e está sob a tutela do Comando da Aeronáutica, mas é reivindicada, desde a década de 1980, por movimentos sociais locais para ser utilizada como área comunitária e de lazer, visando a criação do Parque Cultural do Campeche (PACUCA) (SANTOS; SILVA, 2018). Neste contexto de disputa pelo uso deste terreno público, foi criada em 2015 a HCP, a partir da mobilização de um conjunto de organizações locais. A intervenção realizada contou com o engajamento de diversos atores que contribuíram para a construção e desenvolvimento da HC com pátio de compostagem para a reciclagem de resíduos orgânicos dos moradores do bairro e produção de alimentos por meio de trabalho voluntário.

A partir do exposto, este trabalho se propõe a responder à seguinte pergunta de pesquisa: como se dá uma mobilização coletiva para criar e desenvolver uma HC?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Compreender o processo de mobilização coletiva para criar e desenvolver a Horta Comunitária do PACUCA (HCP).

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever a constituição e as transformações da HC ao longo do tempo;
- Analisar as transformações no repertório normativo dos indivíduos envolvidos no processo ao longo do tempo;
- Identificar efeitos de aprendizado que o dispositivo proporcionou aos indivíduos participantes do processo.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica teoricamente por dois motivos. Em primeiro lugar, pela contribuição a um esforço coletivo de desenvolver, no campo dos estudos organizacionais, uma abordagem pragmatista das organizações. Este esforço está sendo empreendido pelo Núcleo de Pesquisas Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento (ORD) do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a coordenação do professor Maurício Serva, já conta com cinco teses publicadas tratando de diferentes fenômenos organizacionais: a atividade de artesãos na região das Vertentes (MG) (TONET, 2014); o processo de legitimação do corpo de bombeiros voluntários de Joinville (SC) (KARAM, 2014); a gestão de pequenos empreendimentos em Tiradentes (MG) (MACIEL, 2016); a análise de situações críticas de gestão em um complexo penitenciário em Santa Catarina (CAITANO, 2016); e a gestão de uma unidade de conservação ambiental gerida pelo ICMBio (REZENDE, 2017). No momento, além da presente dissertação, outras quatro teses estão sendo desenvolvidas. Duas fazem estudos no campo da sociologia da ciência, sendo uma sobre o espaço da crítica no campo da administração e outra sobre a inserção e ação profissional de professores de administração. As outras duas teses em desenvolvimento tratam de temas ambientais, sendo uma sobre governança ambiental a partir das práticas de gestão em duas unidades de conservação em Santa Catarina e a outra sobre o processo de recuperação e reparação em comunidades atingidas pelo desastre de Mariana na foz do Rio Doce, em Regência (ES).

Em segundo lugar, a partir da lacuna apresentada nos estudos sobre HCs - de uma falta de estudos que abordem este objeto de pesquisa numa perspectiva organizacional -, este trabalho se justifica por trazer uma nova perspectiva, estudando as HCs a partir do repertório normativo apresentado pelos indivíduos que fazem parte deste tipo de ação coletiva. Neste sentido, a “abordagem processual dos dispositivos” de Nicolas Dodier e Janine Barbot oferece uma lente analítica que enfoca no trabalho normativo realizado pelos atores que estão em contato com dispositivos ao longo do seu processo de desenvolvimento. A compreensão e organização das diferentes expectativas normativas, que estão em jogo neste processo, contribuem para a compreensão das ações dos atores e do processo de composição da organização.

Em termos práticos, a presente pesquisa pode apresentar também duas contribuições. Primeiro por meio da discussão sobre aspectos organizacionais de iniciativas que se propõem a fazer uma gestão comunitária de resíduos orgânicos, tema bastante discutido em Florianópolis. O município conta com algumas iniciativas comunitárias para reciclagem deste tipo de resíduo, incluindo a Revolução dos Baldinhos, no bairro Monte Cristo, que foi iniciada em 2008 e é referência nacional. A metodologia desenvolvida pela Revolução dos Baldinhos foi reconhecida, em 2013, como Tecnologia Social na gestão comunitária de resíduos orgânicos e AU pela Fundação Banco do Brasil e já foi replicada em diversos municípios do país. Portanto, problematizar a mobilização e desenvolvimento de iniciativas como a HCP, que se propõem a ser um espaço de reciclagem dos resíduos orgânicos do bairro em que se localiza, pode contribuir para a reflexão sobre a organização e desenvolvimento deste tipo de iniciativa.

Por fim, a sistematização de informações e a análise da experiência de uma HC que está em pleno funcionamento em um contexto específico pode servir também de inspiração e referência para outras HCs em outros locais. Durante a primeira etapa de envolvimento que tive com a HCP pude constatar uma grande procura de pessoas de outros bairros, e até de outras cidades, que buscavam os membros da horta para compreender o seu processo de mobilização, assim como questões cotidianas enfrentadas pelo coletivo. O objetivo deste trabalho, no entanto, não é o de apresentar “melhores práticas” a serem seguidas, mas apresentar práticas singulares em um contexto específico e que podem, sim, servir de referência para outras iniciativas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresento as principais referências que busquei na literatura para fundamentar a pesquisa. Na seção 2.1, descrevo de forma mais profunda os artigos sobre Hortas Comunitárias (HCs) encontrados no levantamento em bases de dados nacionais mencionado na seção 1.1. Na seção 2.2, busco apresentar de forma sintética a perspectiva teórica adotada para a análise desta pesquisa, a partir de uma visão geral sobre a corrente de estudos da sociologia pragmática francesa, das suas contribuições para a sociologia da ação coletiva e para o estudo de organizações. E, na seção 2.3, faço um aprofundamento em conceito utilizados como apoio para a análise da pesquisa.

2.1 ESTUDOS SOBRE HORTAS COMUNITÁRIAS

A partir da revisão bibliográfica sobre Hortas Comunitárias (HCs) citada na introdução da presente pesquisa, caracterizei os trabalhos identificados em três categorias: 1) trabalhos que fazem menção ao tema das HCs, ou a iniciativas específicas de HCs, mas não fazem relação com o seu tema central (AQUINO; ASSIS, 2007; DOMINI, 2013; COELHO; BÓGUS, 2016); 2) trabalhos que tem outros temas centrais mas trazem as HCs como objeto ou tema para a discussão (VELÁSQUEZ et al., 2015; GIRALDO et al., 2012; FORTUNATO; NEFFA, 2014; OLIVEIRA; CINTRÃO, 2015; COSTA, 2016; PAVESI et al., 2016; ROSA et al., 2015); 3) trabalhos que tem as HCs como tema central e fazem a análise da experiência de uma HC ou de um conjunto de HCs (BRANCO, 2011; FERNANDES, 2013; ARRUDA; ARRAES, 2007; COSTA et al., 2015). Os trabalhos da primeira categoria não foram abordados pela falta de aderência com a proposta desta pesquisa.

Em relação ao segundo grupo de trabalhos, aqueles que tem outros temas centrais mas trazem as HCs como objeto ou tema para a discussão, Velásquez et al. (2015) trazem a ação comunitária para o enfrentamento das mudanças climáticas como tema central. Neste sentido, os pesquisadores realizam uma pesquisa-ação em parceria com a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do estado de Cundinamarca, na Colômbia, com o intuito de articular mudanças nas práticas tradicionais de produção agropecuária em uma comunidade camponesa, localizada na zona de amortecimento do Parque Nacional Natural de Chingaza. As mudanças propostas buscam um manejo ecológico das atividades de agricultura e pecuária, mitigando assim os

impactos ambientais identificados pelos pesquisadores nas práticas tradicionais utilizadas na região. Neste trabalho, as HCs - junto com técnicas agroecológicas e novos arranjos silvipastoris - são utilizadas como recursos para articulação das mudanças de práticas propostas pelos pesquisadores na comunidade.

Giraldo et al. (2012), no campo da enfermagem, fazem reflexão sobre a promoção de uma alimentação saudável no enfrentamento de doenças crônicas transmissíveis, através de uma estratégia de intervenção realizada por duas das autoras no município de Tunja, Colômbia. Esta intervenção, segundo as autoras, contou com os seguintes componentes: educativo – por meio de sessões educativas de caráter participativo – e da agricultura urbana – através da implementação de hortas caseiras e de uma HC.

Fortunato e Neffa (2014) propõem uma discussão sobre desenvolvimento local e turismo solidário a partir da análise de uma das iniciativas que fazem parte da Rede Brasilidade Solidária: a HC do Morro da Coroa, no bairro de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro. A horta surgiu em 2005 pela iniciativa de um grupo de fitoterapia formado no posto de saúde do bairro junto com a associação de moradores, com a proposta de ser um espaço de desenvolvimento de competências para o trabalho com agricultura orgânica e produção de espécies vegetais para utilização em fitoterápicos. Ao longo do desenvolvimento das atividades, foi feita uma parceria com uma agência de viagens que passou a enviar turistas interessados em realizar atividades de “turismo voluntário” e intercâmbio cultural. Além das atividades de turismo comunitário, a horta recebe visita de escolas e universidades locais para realizar atividades de educação ambiental.

A educação é tratada como tema central em três trabalhos. Oliveira e Cintrão (2004) propõe na sua pesquisa a criação de uma HC como meio para trabalhar a educação ambiental com alunos de ensino médio, em uma escola pública de Araquara – SP, com o objetivo de estabelecer relações sociais que possibilitem a diminuição da violência no ambiente escolar. A proposta de criar uma HC surge a partir da constatação feita pelos pesquisadores, por meio da análise de questionários aplicados com os alunos e observação direta, de que a dificuldade de ter uma alimentação adequada é um problema social enfrentado por parte significativa dos alunos e de que as atitudes de violência são menos recorrentes nos ambientes da escola ligados à alimentação.

No artigo de Costa (2016), são analisados os resultados da criação de uma HC em uma escola pública no município de São Paulo

pelo ponto de vista dos professores envolvidos na implantação do Programa Ambiente Verde Saudável (PAVS) – Iniciativa da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) em articulação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O autor divide os resultados obtidos entre resultados subjetivos e resultados práticos. Os primeiros, consistiram na melhoria da limpeza da escola, no consumo consciente de vegetais pelos alunos e a propagação do conhecimento para as suas famílias. Já os resultados práticos foram o desenvolvimento de atividades como a criação de um canecódromo, de um livro de receitas, de uma feira cultural, de um espaço verde nas dependências da escola e o reaproveitamento de alimentos através da prática da compostagem. Para Costa (2016, p. 265), o programa auxiliou e estimulou “a promoção da saúde por meio da interação entre práticas sustentáveis e qualidade de vida, trabalhando sob uma perspectiva de conscientização ambiental”.

Pavesi et al. (2013) trazem uma contribuição teórica para o campo da educação, argumentando sobre a importância das HCs como ferramenta para a aprendizagem. Para tanto, “reenquadram” as HCs e as hortas escolares “na perspectiva da Aprendizagem Contextualizada e da Teoria da Atividade, para explicitar suas potencialidades para a educação ambiental, a aprendizagem significativa das ciências e, sobretudo, para religar os mundos tradicionalmente separados dos seres humanos e da natureza” (PAVESI et al., 2013, p. 19).

Rosa et al. (2015) abordam o tema de políticas públicas para um planejamento urbano saudável através de um estudo de caso no município de Cochal-SP. Neste contexto, é feita uma avaliação do projeto de uma HC criada em 2010 - vinculada a uma unidade de saúde, com repasse de recurso pelo governo federal e disponibilização de terreno pela prefeitura municipal - sob o ponto de vista do prefeito em exercício. Segundo este, o projeto teve como efeitos a geração de renda para a comunidade envolvida e a ocupação de pessoas de maior idade. Existe também a intenção de criar um maior envolvimento das escolas da região através do fornecimento de alimentos da horta para as mesmas e da realização de atividades de educação ambiental no espaço da HC.

Na terceira categoria de trabalhos, aqueles que tem as HCs como tema central e fazem a análise da experiência de uma HC ou de um conjunto de HCs, Branco e Alcântara (2011) trazem uma revisão ampla da literatura sobre hortas urbanas, incluindo nestas as HCs. As autoras analisam 191 trabalhos acadêmicos (entre trabalhos em encontros e congressos, artigos em revistas indexadas e não indexadas, capítulos de livros, teses e monografias, relatórios técnicos, boletins técnicos, leis e

projetos de lei) com o objetivo de compilar a literatura brasileira sobre hortas urbanas e periurbanas no período de 1996 a 2010. Estes trabalhos identificados pelas autoras relatam experiências de diferentes localidades do país, no entanto, foi identificado um maior número de trabalhos nos Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Piauí. A experiência com hortas urbanas de algumas localidades específicas também contaram com uma quantidade representativa de estudos, como a cidade de Santo Antônio do Descoberto que teve as suas experiências relatadas em 25 trabalhos diferentes e Teresina que foi relatada em 11 trabalhos.

Em relação às fontes de financiamento das experiências analisadas, Branco e Alcântara (2011) destacam o forte apoio de instituições financeiras, ministérios do governo federal, governos estaduais e municipais, assim como ONGs - que foram citadas como financiadoras e/ou implantadoras de 17 projetos – e as empresas estatais, que apareceram como financiadoras em 7 trabalhos.

O tipo de posse da terra e a regulação do seu uso são apresentados pelas autoras como fatores relevantes para se pensar a implantação de hortas em áreas urbanas. Apenas 55 trabalhos fizeram referência a esta informação. Destes, 38 tratavam de hortas domésticas - geralmente pertencentes a uma única família e sem subsídios governamentais -, 16 de HCs com subsídios governamentais conduzidas em áreas públicas, 14 em áreas privadas – sem especificações -, 8 em áreas privadas arrendadas e 2 em áreas privadas apossadas. Dificuldades como a dependência de vontade política para a continuidade das iniciativas, pressões provenientes da expansão urbana desordenada dos municípios, dificuldades de formação de parcerias, de acesso a crédito oficial e insegurança para realizar investimentos próprios são alguns dos fatores enfrentados pelas iniciativas que não apresentam nenhum tipo de regulação em relação ao uso da terra, o que, segundo as autoras, pode comprometer a sobrevivência das iniciativas no longo prazo ou mesmo a motivação dos agricultores em investir tempo e recursos em determinado espaço. Dos 80 municípios relatados nos trabalhos analisados por Branco e Alcântara (2011), a regulação da atividade foi encontrada em apenas 6:

Nesses casos a legislação aprovada atribuía vantagens como redução de impostos para terrenos privados ocupados com atividades relacionadas à agricultura urbana ou regulamentava a ocupação de áreas públicas e a

destinação de recursos financeiros. No que se refere aos estados, Minas Gerais era o único estado que possuía uma legislação que regulamentava a agricultura urbana e periurbana (Lei 15.973 de 12/01/2006) (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 424).

Poucas das iniciativas identificadas apresentaram uma longa duração. De acordo com as autoras,

quando o tempo de existência de projetos de hortas comunitárias era citado, a maioria tinha menos de três anos, ou seja, eram experiências de curto prazo. Em alguns casos, as experiências tinham menos de seis meses e relatavam apenas o resultado de uma colheita. Em apenas quatro cidades (Petrolina, Juazeiro, Teresina e Sete Lagoas) foram encontradas hortas com mais de 20 anos de existência (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 424).

O perfil dos agricultores envolvidos nas iniciativas identificadas por Branco e Alcântara (2011) é formada predominantemente por indivíduos de baixa renda, baixo nível educacional, idade superior a 40 anos e, na sua maioria, mulheres – geralmente aposentadas, desempregadas ou com empregos informais, que tem a agricultura como fonte de renda complementar.

As autoras fazem também uma análise dos benefícios e dificuldades enfrentados pelas experiências de hortas urbanas analisadas. A renda obtida pela comercialização da produção foi o benefício mais destacado. Porém outros benefícios também são citados, como o aumento das relações pessoais na comunidade, a melhoria da organização da sociedade local, a melhoria da paisagem urbana pela eliminação de terrenos abandonados e a redução dos custos de transporte dos alimentos. As autoras apontam para a dificuldade de mensurar benefícios sociais e ambientais “intangíveis” gerados pelas hortas, como incremento dos vínculos afetivos e solidários entre os participantes. Já as principais dificuldades apresentadas foram a falta de acesso à assistência técnica, falta de acesso a capital e água, falta de organização comunitária e ausência de recursos financeiros para a construção de infraestruturas básicas (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011).

Fernandes (2013), faz uma análise do Programa de Hortas Comunitárias de Maringá – PR através de uma revisão de literatura sobre o tema. Este programa foi iniciado pela Prefeitura Municipal em 2007 como uma das ações do Programa Maringá Saudável, tendo como foco a inclusão produtiva e social de indivíduos em situação de risco nutricional e social. Em 2008, a Prefeitura Municipal, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), submete proposta de incluir o programa em um edital do MDS que visava o desenvolvimento de projetos de AU através da institucionalização de Centros de Apoio à Agricultura Urbana (CAAUPs). Com a aprovação do projeto foi criado o CERAUP/UEM, que conta com uma equipe de profissionais para prestar assessoria técnica aos agricultores vinculados às HCs criadas no município. De acordo com Fernandes (2013, p. 81), a atividade nas hortas se dá da seguinte maneira:

Os canteiros são divididos entre os associados comunitários que participam do programa, sendo que cada família tem direito a plantar e cuidar da manutenção de dois canteiros. A partir dessas ações, as famílias que participam do programa são beneficiadas com os produtos cultivados sendo o excedente comercializado junto à população.

Com a análise de 17 artigos que avaliam experiências do programa, Fernandes (2013) sistematiza os principais benefícios identificados: ocupação de terrenos baldios em áreas urbanas e periurbanas, melhoria das condições alimentares – tanto das famílias envolvidas, pela complementação da sua alimentação, como dos moradores do entorno das hortas, pelo acesso a alimentos frescos -, geração de renda, fortalecimento das relações sociais e melhoria da qualidade de vida.

Albertin et al. (2016) analisam também o Programa de Hortas Comunitárias de Maringá, porém, a partir da percepção dos trabalhadores e moradores do entorno das HCs em funcionamento. A pesquisa foi realizada em 5 das 21 hortas em funcionamento no município e constatou que os trabalhadores possuem idade média de 57 anos, a maioria tem apenas o ensino fundamental completo. Aproximadamente a metade dos participantes exerce outras atividades e a outra metade é composta por aposentados. O autoconsumo é uma das motivações para a atividade, no entanto, todos os produtores utilizam a horta para complementar as suas rendas com a venda de produtos,

principalmente para moradores do próprio bairro onde se situam as HCs. Os moradores do entorno apresentam uma visão positiva sobre as HCs e destacam a relevância das hortas para “embelezar a cidade” e pela possibilidade de encontrar produtos de qualidade para o consumo.

Também na linha de análise de políticas públicas municipais, Arruda e Arraes (2007) apresentam uma pesquisa sobre o Programa de Hortas Comunitárias de Campinas – SP, na qual descrevem o desenvolvimento do programa de 1997 a 2006. Com base em análise documental e entrevista com gestores públicos que participaram de diferentes fases da implementação do programa, os autores identificam os processos de mudança e as dificuldades enfrentadas ao longo de três gestões da Prefeitura Municipal. Segundo os autores, o programa nunca foi efetivamente implantado, mas gerou ações pontuais no município. Criado em 1997, o programa só foi regulamentado no ano de 2003 e, em 2006, ainda estava em processo de implementação. As dificuldades de articulação política, de recursos financeiros e humanos foram alguns dos motivos citados. Ao longo das gestões da Prefeitura Municipal o programa passou pela responsabilidade de diferentes secretarias: Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e Secretaria da Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social. Outras secretarias também se envolveram ou criaram ações paralelas ao longo deste período. Durante este processo, as ações tiveram seus enfoques em temas variados como a segurança ambiental, emprego e geração de renda e recuperação ambiental de áreas em situação irregular. No entanto, o “público-alvo, de maneira geral, durante todo o período analisado, foi a população desempregada do município (residentes em periferias, em situação de pobreza), mas especialmente portadores de deficiência e a população de terceira idade (pessoas em situação de exclusão social)” (ARRUDA; ARRAES, 2007, p. 47).

No campo da saúde, Costa et al. (2015) analisam o potencial das HCs como atividade de Promoção a Saúde (PS) em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Embú das Artes – SP. Para isso, as pesquisadoras realizaram visitas de campo nas UBS do município envolvidas com projetos de HCs, fizeram grupos focais com funcionários e usuários dessas unidades e entrevistas com gestores públicos e das UBS. A partir da análise dos dados, o artigo conclui que as atividades de cultivo das HCs têm um alinhamento, como atividade terapêutica, às Práticas Integrativas Complementares (PIC). Segundo Costa et al. (2015, p. 3107), “diferentemente da perspectiva biomédica, que valoriza o diagnóstico e a medicalização, as práticas integrativas

ênfatizam a dimensão terapêutica, promovendo a autonomia, o autocuidado e a saúde com foco no sujeito e não nas patologias desenvolvidas”. As mais conhecidas e que já vem sendo utilizadas na rede pública de muitos municípios e estados são a acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia, a medicina antroposófica e a crenoterapia. Segundo as autoras,

os resultados explicitaram a horta como um lugar de encontro e, por meio dela, a inauguração de uma nova relação com a UBS. O envolvimento dos participantes permitiu a ampliação da interação dos usuários entre si e com os profissionais de saúde e técnicos, constituindo-se em grupos de apoio e partilha, trocas de saberes e resgate de memórias da infância. Como consequência, identificou-se a elevação da autoestima e do autocuidado, um maior entusiasmo pela participação, relatos sobre a melhora das condições de saúde dos participantes, a revisão de valores em relação à alimentação, a aquisição de uma nova visão da saúde, o empoderamento individual e coletivo e o aprendizado de habilidades com viabilidade de aplicação em outros contextos, como o familiar e a vizinhança (COSTA et al., 2015, p. 3107).

2.2 OLHARES PRAGMATISTAS

A corrente sociológica denominada pragmática surge na França em meados dos anos 1980, em um contexto dominado pela sociologia crítica de Pierre Bourdieu e pelo individualismo de Raymond Boudon, como uma nova perspectiva que explora as dimensões pragmáticas da ação (BARTHE et al., 2016; CORRÊA; DIAS, 2016). De forma ampla, o mundo social é compreendido, nesta perspectiva, a partir da observação das ações realizadas pelos atores sociais, nas suas microrrelações. Portanto, estabelece como tarefa prioritária do sociólogo, em oposição ao estruturalismo, “a explicitação e a descrição das competências cognitivas e reflexivas dos atores sociais” (CORREA; DIAS, 2016, p. 70). A partir do reconhecimento da capacidade crítica dos atores, o pesquisador se incumbe de “descrever a ação e cartografar as diferentes posições assumidas pelos atores em disputas e controvérsias” (CORREA; DIAS, 2016, p. 70).

Entre as décadas de 80 e 90, diversas experimentações teóricas ganharam espaço no campo das ciências sociais: economia das convenções, gramática da justificação, sociologia dos regimes de engajamento, antropologia das ciências, antropologia da técnica, antropologia dos atores-rede, ciências cognitivas, pesquisa pragmatista sobre os públicos, etnometodologia, análise conversacional, hermenêutica narrativa (CEFAÏ, 2009). Para Cefaï (2009, p. 11), “por mais divergentes que tenham sido essas experimentações – que foram rápido demais reunidas sob o título de sociologia “pragmática” ou “praxeológica” – todas participaram de uma refundação, controversa, das ciências sociais na França”.

Barthe et al. (2016, p. 87), tratam do rótulo “sociologia pragmática” como um estilo:

um estilo implica fortes convergências, mas não uma perfeita homogeneidade de todos os trabalhos que o reivindicam. Do mesmo modo, embora seja reconhecido por um conjunto de traços distintivos, bem identificáveis, ele apresenta um grau evidente de variabilidade ou, às vezes, de desacordo ou de conflito.

Apesar de não haver uma homogeneidade dos trabalhos rotulados sob esse título, existe uma forte convergência, sendo os principais aportes teóricos de referência o interacionismo, a etnometodologia, as teorias da ação situada e, mais tarde, um resgate da tradição pragmatista da filosofia americana (BARTHE et al., 2016).

Corrêa e Dias (2016) destacam dois polos desta guinada da sociologia francesa. O primeiro, representado pelo *Centre de Sociologie de l'Innovation* (CSI), liderado por Bruno Latour e Michel Callon, que tem como marco o lançamento do livro *Pasteur: guerre et paix des microbes*, em 1984. Estes autores trouxeram uma renovação para a sociologia da ciência e da técnica a partir de um enfoque no processo de produção da ciência, dando evidência para o trabalho ordinário realizado pelos cientistas em seus laboratórios, com destaque às controvérsias e momentos de incerteza. O outro polo, representado pelo *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM), liderado por Luc Boltanski e Laurent Thévenot, é marcado pelo lançamento do livro *De la justification: économies de la grandeur*, publicado em 1991. Esta obra lança um novo olhar para o acordo social, como um processo de investigação axiológica dos atores em momentos críticos, em oposição à

visão de Parsons e Bourdieu que, respectivamente, entendiam o contrato social como uma interiorização de expectativas normativas e de estruturas objetivas (CORRÊA; DIAS, 2016).

O desenvolvimento destas abordagens, além de revisitar objetos clássicos da sociologia, trouxe legitimidade a fenômenos até então ignorados pela sociologia, como as práticas de músicos amadores e a presença de não-humanos em atividades sociais. Este avanço sobre novos terrenos permitiu que se criassem “maneiras consideravelmente novas de pesquisar, coletar dados, explorar os campos, pensar cada caso e se servir das controvérsias e dos escândalos públicos como pontos de entrada na ordem social e na questão de sua problemática reprodução” (BARTHE et al., 2016, p. 86-87).

Segundo Dosse (2003, p. 16),

Essa guinada pragmática permite uma posição central à ação dotada de sentido, reabilita a intencionalidade e as justificações dos atores numa determinação recíproca do dizer e do fazer. O social não é mais então concebido como uma coisa, ele não é mais objeto de reificação pois o ator e o cientista são tomados ambos numa relação de interpretação que implica a intersubjetividade.

Para Lemieux (2010 apud Corrêa e Dias, 2016), a sociologia pragmática tem como base comum dois postulados essenciais: a indeterminação e o pluralismo. Para Corrêa e Dias (2016), a indeterminação é um postulado que encontra bases sólidas na filosofia pragmatista americana do início do século XX, remontando ao mundo da experiência pura de William James ou ao naturalismo de John Dewey, e reconhece a

realidade como um fluxo contínuo de estabilidades e instabilidades. Em outros termos, a realidade é sempre dotada de uma indeterminação relativa, e há momentos em que essa indeterminação é experimentada pelos atores, motivando uma atividade, uma agência, uma investigação, como diria John Dewey, com vistas à obtenção de uma nova estabilidade. Assim, o conceito de prova visa dar uma resposta ao problema da incerteza da vida social sem reduzi-la a priori a um universo etnometodológico no qual

todos os elementos da ordem social são permanentemente renegociados (Garfinkel 1967), ou a um universo neo-objetivista (Bourdieu 1980) em que as entidades e seus respectivos valores são previamente demarcáveis por uma estrutura objetiva de relações (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 81).

De acordo com Dosse (2003), os trabalhos desta corrente sociológica fazem uma retomada das tradições fenomenológica e hermenêutica que lhes permite definir um paradigma interpretativo, como forma de um questionamento radical do ideal de objetivismo e do determinismo. Desta forma, termos como estrutura, reprodução, estática, combinatória, invariante, universais, lógica binária, dão lugar a noções como caos organizador, fractal, acontecimento, processo, sentido, complexidade, auto-organização, construção, estratégia, convenção, autonomia e enação. Da mesma forma, seguindo uma orientação etnometodológica, para o pragmatismo, “as ações sociais não remontavam mais ao domínio da razão ou das estruturas sociais” (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 70). Apesar de não ignorar completamente a regularidade do mundo social, “deram lugar à ênfase em rupturas, bifurcações, inovações e incertezas. Daí o novo peso conferido às noções de “evento”, “controvérsia”, “*affaire*”, “crise”, “prova” e “situação” (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 70).

Este novo vocabulário abarcou também as pessoas, com a noção de ator sendo substituída pela noção de agente para designar as competências criativas no seio do próprio agir (Joas 1996) e dar conta da pluralidade de relações que as pessoas estabelecem com as regras e os valores, e das transições e adaptações que se passam ao longo das situações cotidianas (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 70-71).

Já em relação ao postulado do pluralismo, segundo Dodier (2005), a epistemologia pluralista tem como característica dar legitimidade ao discurso que os atores não sociólogos têm sobre o mundo social. A ênfase é dada à análise das operações críticas realizadas por pessoas comuns, ou seja, “toda uma série de actos que visam precisar, estabelecer, ou relembrar o que, em cada situação particular,

pertence à ordem do desejável” (DODIER, 2005, p. 242), clarificando as suas referências normativas:

Numa sociedade deste tipo, as condutas não podem ser reguladas pela partilha de um mesmo conjunto de valores e de papéis institucionalizados, no sentido em que são encaradas, por exemplo, por Talcott Parsons (1951). A regulação das condutas passa necessariamente pelas interações entre indivíduos que defendem referências normativas distintas, ou que não têm eles próprios a certeza quanto à natureza dos valores e das normas ajustadas a cada situação. Esta explosão dos apoios normativos encontra-se, ao mesmo tempo, amplamente desdramatizada. Ela não representa uma ameaça face à coesão social, mas a ocasião de inventar dispositivos que permitam uma negociação regulada entre os actores. A clarificação dos apoios normativos é então um processo activo que se impõe aos actores e que constitui o objecto das suas interações (DODIER, 2005, p. 241).

Esta perspectiva pluralista se opõe a uma epistemologia unicista, que vê o sociólogo como um sábio que através dos métodos científicos tem o acesso à verdadeira realidade que se esconde sob as operações críticas. Desta forma, o pragmatismo “leva a sério a justificação e a crítica produzida pelos próprios atores” (BARTHE et al., 2016, p. 98).

A noção de simetria foi, decerto, um dos princípios que nortearam essa nova constelação. Com ela, a sociologia incorporou uma reflexão epistemológica abrangente sobre seus próprios pressupostos e suas grandes divisões: humanos/não humanos, natureza/cultura, ciência/política, economia/moral, pessoas/objetos etc. Tratava-se de refletir sobre o próprio papel das ciências humanas na produção ou no fortalecimento das assimetrias. A estabilidade de noções como coletivo, subjetividade, humano, animal, natureza e cultura devia agora ser problematizada a partir das disputas e das

controvérsias que as colocavam em questão (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 70).

Dodier (2005) enfatiza que, “para que sejam aceitáveis, as operações críticas devem mostrar que incidem sobre a realidade. Devem, pois, apoiar-se em provas, concebidas como operações destinadas a qualificar ou a requalificar as entidades do mundo concreto” (DODIER, 2005, p. 243). Para ele, a epistemologia pluralista apresenta

a hipótese de que podem coexistir, num dado momento, diversas maneiras de se submeter a realidade a provas, sem que a priori possa ser construída uma hierarquia entre esses modos de a pôr à prova. Num tal contexto, o objectivo das ciências sociais é estudar a forma como se articulam, de maneira específica, ajustada a cada campo, essas diferentes modalidades de prova (DODIER, 2005, p. 245).

Por meio desta contextualização histórica sobre a sociologia pragmática e de alguns dos seus elementos constitutivos, busquei apresentar as bases epistemológicas sobre as quais os principais conceitos a serem utilizados na análise desta pesquisa se assentam. Os postulados do pragmatismo apresentados por Lemieux, da indeterminação e do pluralismo, fundamentam uma perspectiva de construção de conhecimento que considera as indeterminações do mundo social e busca, a partir do trabalho normativo realizado pelos atores sociais e pelas provas estabilizadoras de controvérsias, gerar uma compreensão sobre a dinâmica de contextos sociais. Estas ideias serão trabalhadas de forma mais aprofundada na subseção 2.3 com o conceito de situações de prova (2.3.1) e com a apresentação da “abordagem processual dos dispositivos” (2.3.2), proposta por Nicolas Dodier e Janine Barbot, como estratégia para o estudo do trabalho normativo de atores sociais na sua relação com dispositivos.

A identificação do trabalho normativo de atores sociais, numa perspectiva pragmatista, pressupõe uma análise da ação em situação, conforme explica Quéré (2009, tradução nossa):

Uma sociologia da ação digna desse nome deve partir do fenômeno do agir em situação, que é um fenômeno processual e serial, e implica uma

dimensão de intervenção concreta sobre um estado de coisas para transformá-lo. Ela deve estar atenta aos agenciamentos que mediatizam a atividade prática, às formas de exploração e de reflexão que ela coloca em prática, à estrutura das situações e aos modos de coordenação com os outros e com as coisas. Ela substitui a dualidade ator/sistema pela unidade agente/ambiente. Os elementos constitutivos de tal ambiente não são objetos de conhecimento, mas coisas a transformar ou a utilizar, ou coisas com as quais se agenciar.

Assim, para compreender melhor o campo da ação organizada apresento, na subseção a seguir, algumas considerações sobre a sociologia da ação coletiva de cunho pragmatista.

2.2.1 Organização e ação coletiva

O campo de estudos sobre ação coletiva é um campo amplo e vem sendo desenvolvido desde o início do século XX por diversos autores e disciplinas, com destaque para a sociologia e a ciência política. Segundo Andion et al. (2017), os quatro principais paradigmas neste campo são: o do comportamento coletivo; o racional estrutural; o dos novos movimentos sociais; e o dos estudos ligados à sociologia pragmática. De acordo com os autores, “cada uma dessas leituras impõe implicitamente um sentido próprio sobre a natureza da ação coletiva, seus protagonistas, suas motivações, a racionalidade das suas ações, seus objetivos e estratégias” (ANDION et al., 2017, p. 373). Neste contexto, a perspectiva pragmatista busca valorizar a diversidade de modelos de análise oferecidos pelos diferentes paradigmas e não se fechar em um único modelo de análise da ação coletiva (ANDION et al., 2017). Desta forma, esta perspectiva

busca reconciliar a criatividade do agir e as formas de regularidade social na análise das dinâmicas sociais, focalizando as práticas. A ação coletiva nessa leitura não resulta da agregação das ações de atores racionais, como no Paradigma Racional, nem é apenas subproduto de identidades ou causas coletivas, como no Paradigma dos Novos Movimentos Sociais. Ela é entendida como resultante de um processo (sempre provisório) de

coordenação entre uma pluralidade de públicos e de regimes de engajamento (ANDION et al., 2017, p. 375).

Em relação à utilização da noção de ação coletiva para o estudo de organizações, Friedberg (1992) revela que há uma divisão comum que se faz, na literatura organizacional, entre organização formal e outras formas mais difusas de ação coletiva. A primeira marcada por sistemas de interação por via de papéis pré-determinados, pelo controle e submissão, a capitalização do saber, transparência e previsibilidade; e a segunda caracterizada por sistemas de interação por vias de interdependências não pré-determinadas, pela interação não estruturada, desordenada e aleatória, da fluidez, da igualdade e da ausência de hierarquia. Para o autor, esta divisão representa uma falsa dicotomia entre organização e ação coletiva que, mesmo que frequente e persistente, é fundamentada em dois erros: de um lado ela subestima o caráter estruturado e organizado dos campos de ação mais difusos, e por outro ela superestima o caráter estruturante da formalização das organizações, associando a esta uma capacidade de descontinuidade, de ruptura nos campos de ação.

Segundo Friedberg (1992), a divisão entre organização formal e ação coletiva tem relação com uma distinção tradicional na teoria das organizações entre a estrutura formal e a estrutura informal. Esta distinção preconiza a primeira como uma realidade oficial da organização e a segunda como uma realidade paralela, composta por práticas, interações e relações não previstas oficialmente e muitas vezes consideradas clandestinas e ocultas. Na visão de Friedberg (1992), as regras formais de uma organização não passam de uma descrição aproximada do funcionamento real, “a estabilidade que elas induzem é contrabalançada por novas instabilidades resultantes dos jogos em torno das regras e em torno das formas, que são o cotidiano de toda organização e de todo campo de ação” (FRIEDBERG, 1992, p. 535, tradução nossa). Uma regra sem uma ligação de força que a sustente, por exemplo, torna-se vazia e abre espaço para a ação política no sentido de destruí-la, desde o momento em que é fundada. Desta forma, para Friedberg (1992), o real papel das características formais de uma organização não é determinar diretamente os comportamentos, como afirmam as teorias tradicionais das organizações, mas estruturar os espaços de negociação e de jogos entre atores.

A formalização de uma organização, neste sentido, é somente a parte visível do iceberg de sua regulação efetiva, que é realizada por um

conjunto que mistura prescrições formais e processos informais que se apoiam uns nos outros. Neste contexto, “as prescrições formais se enraízam em uma estrutura de poder e nos processos de troca e de negociações informais para os quais elas fornecem, à sua vez, os argumentos e os recursos” (FRIEDBERG, 1992, p. 537, tradução nossa).

[...] uma tal “regulação mista” não é, longe disso, uma característica discriminante das organizações formalizadas. Um grande número de campos de ação dentro dos domínios mais diversos são estruturados e regulados, de fato, por uma combinação de regras, dispositivos, mecanismos, convenções e contratos formais e informais, explícitos e implícitos, onde a regra constitucional apoia uma “prática constitucional” que se escapa na medida em que a sustenta, que a dilui em certos pontos, reforçando sobre outros e vice-versa (FRIEDBERG, 1992, p. 537, tradução nossa).

As regulações formais e informais, para Friedberg (1992), mantêm a mesma tensão criadora, pois ao mesmo tempo se apoiam e se enfraquecem umas às outras. Portanto, não há uma diferença de natureza entre uma organização formalizada e outras formas de ação coletiva. Pelo contrário, a organização formalizada é sim uma forma de ação coletiva, que se diferencia de tantas outras formas possíveis pelo seu grau de formalização, codificação e da consciência dos seus participantes sobre o que os leva a agir.

A sociologia da ação coletiva, muito influenciada pelos estudos dos movimentos sociais, tratou as organizações, por muito tempo,

como “infraestruturas materiais de mobilização”, máquinas de guerra mais ou menos eficazes contra o adversário, ou jazidas de capital social para se investir e rentabilizar. Essa visão se complexificou com o tempo. Elas são também meios de sociabilidade, nos quais emergem ocasiões de encontro que moldam as formas de coexistência. São agenciamentos de objetos, normas e pessoas que ordenam o que os membros podem fazer, ver ou dizer. Elas constituem conjunturas práticos-sensíveis, que fixam hábitos

de cooperação e de conflito e que fornecem parâmetros de experiência cognitiva e normativa. Elas são indissociavelmente vetores de concentração de capitais materiais e humanos, incubadoras de redes de ativistas, chocadeira de empreendimentos de militância, geradores de energia simbólica, instâncias de representação coletiva (CEFAI, 2009, p. 18-19).

Portanto, para compreender a constituição de coletivos não basta fechar a análise em determinantes estruturais e cálculos racionais da ação, como consensos de representações ideológicas, motivações ou intenções estratégicas comuns. É necessário substituir “a platitude da ação instrumental por arquiteturas complexas da situação, da pessoa e do coletivo” (CEFAI, 2009, p. 14).

Para Cefai (2007), a ação coletiva reenvia a toda a tentativa de constituição de um coletivo com um objetivo partilhado, em um contexto de cooperação e competição com outros coletivos, independente do nível de formalização, institucionalização, tempo de duração, da forma de organização ou da forma jurídica adotada (movimento social, associação sem fins lucrativos, empresa, cooperativa, fundação, condomínio). Neste sentido, as organizações são pensadas como

reagrupamentos, mais ou menos fluidos, em torno de situações problemáticas a serem resolvidas. [...] Tentando encontrar soluções, ao longo do tempo, elas se transformam internamente ou transformam seu ambiente. É possível que busquem nos “repertórios de formas organizacionais disponíveis” e se inspirem para criar um novo tipo. [...] Elas experimentam esquemas de circulação de informações, de repartição de poderes e de divisão de tarefas, de cooperação entre operadoras, de distribuição de direitos e concentração de decisões. Mas, ao fazerem essas escolhas organizacionais, determinam imediatamente os tipos de experiências e reivindicações, de alianças e conflitos, de tipos de ações e margens de manobra que terão (CEFAI, 2009, p. 19).

Nesta perspectiva, as organizações têm cada vez mais o estatuto de nós de “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, de grupos ou associações, envolvidos em um conflito cultural ou político, e partilhando uma identidade coletiva” (DIANI, 1992, p. 13 apud CEFAÏ, 2009). De acordo com Cefaï (2009), os coletivos, organizações e redes preexistem à ação coletiva, pois são componentes do agenciamento que a caracteriza. A ação coletiva, assim, é vertebrada pelos agenciamentos comportando

pessoas e objetos, ferramentas e falas, rituais e símbolos; ela é armada por rotinas e hábitos, ordenada por divisões do trabalho, repartições de poder e distribuições do saber, fixadas em ambientes de objetos, dispositivos sociotécnicos e circuitos operacionais. [...] Inúmeras dinâmicas de ação se entrelaçam, dependendo de se um “coletivo” age como uma empresa lucrativa em um mercado de bens e serviços, engajado em uma competição pelo lucro, a depender de uma clientela de compradores; ou como uma agência pública, obedecendo a regras institucionais, legais, estatísticas e administrativas, trabalhando para o bem-estar de seus usuários (CEFAÏ, 2009, p. 22-23).

O interesse analítico não repousa na identificação de tipologias organizacionais, mas sim no trabalho descritivo e analítico de modalidades de engajamento em situações. “É necessário seguir minuciosamente, sem a priori normativo, os encadeamentos de atividades que conduzem à formação de coletivos, de problemas e de causas” (CEFAÏ, 2009, p. 24), assim como cultivar uma sensibilidade interpretativa aos idiomas do engajamento, aos dispositivos políticos, jurídicos, institucionais, teológicos e administrativos aos quais os atores fazem referência. O que contribui na análise da “multiplicidade do que provoca ‘interesse’ em uma ação coletiva: o que mantém juntas as pessoas, ao que elas se prendem e o que as faz se prenderem” (CEFAÏ, 2009, p. 25).

Este recorte sobre organizações e ação coletiva traz importantes elementos a serem observados no exercício de seguir a ação de coletivos. A distinção realizada por Friedberg (1992) entre características formais e informais propõem uma atenção especial para a tensão criadora entre estas duas dimensões que se apresentam em

qualquer tipo de organização – independente de ser uma empresa, uma ONG, um órgão governamental, ou um coletivo composto por uma rede de atores e sem uma natureza jurídica formalizada, como é o caso da HC objeto deste estudo. De forma complementar, Cefaï (2009) apresenta uma definição de organização como agenciamentos de objetos, normas e pessoas, o que se mostra compatível com a noção de dispositivo, que abordarei na próxima seção, pois dá destaque à heterogeneidade de elementos que compõem uma organização e agenciam transformações nesta. Cefaï (2009) também destaca as inúmeras dinâmicas de ação que um coletivo pode conter, o que se relaciona com os tipos de engajamento dos indivíduos com a organização, da organização com outros coletivos e com os referenciais normativos que os indivíduos recorrem para guiar as suas ações. Todas estas ideias dão consistência à proposta de analisar a HCP sem a priori normativo e são referências importantes para a operacionalização da análise.

2.3 APOIOS CONCEITUAIS PARA A ANÁLISE DA AÇÃO

2.3.1 Situações de prova

Ao desenvolver o modelo das economias de grandeza no livro *De la justification: économies de la grandeur* (1991), Luc Boltanski e Laurent Thévenot, além de pluralizar as concepções de justiça e de bem comum com a concepção do modelo das *Cités*, desenvolvem uma importante perspectiva do conceito de prova (CORRÊA; DIAS, 2016).

Em primeiro lugar, é importante esclarecer os termos franceses *preuve* e *épreuve* que são traduzidos para o português como “prova” e podem ter três significados distintos. A palavra *preuve* se refere a uma prova factual, a uma evidência, um fato, um testemunho que prova que algo é verdadeiro. Por exemplo, a “prova de um crime” geralmente é um objeto, uma evidência, um fato, ou um testemunho que comprova que um crime tenha sido realizado. Já a palavra *épreuve* pode ter dois sentidos. O primeiro é um sentido de teste, ou seja, um experimento que procura testar a qualidade de uma coisa. Como exemplos, temos a prova esportiva ou a prova escolar, que põe à prova, testam, a capacidade de uma pessoa em relação a um esporte ou disciplina (CORRÊA; DIAS, 2016).

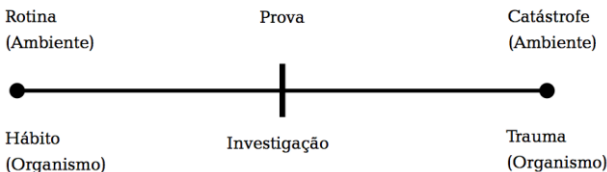
O segundo sentido de *épreuve* se refere ao ato de provar algo, seja uma roupa ou uma comida. A prova esportiva, por exemplo, além de ser um experimento que testa a qualidade de um atleta, “é uma experimentação do próprio atleta a respeito de suas capacidades. É nela

que ele apreende e aprende aquilo do que ele é capaz. A prova, neste sentido, é um dispositivo de experimentação e de revelação de capacidades (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 80).

Assim, *épreuve* aponta para um presente incerto em sua resolução e *preuve*, para os marcos estabilizados no passado e estabilizadores das situações presentes: ambos os conceitos permitem pensar a realidade a partir da indeterminação relativa que lhe é constitutiva. A tensão entre os dois sentidos é fundamental para dar conta da relação entre a incerteza da vida social e a recorrente necessidade de se estabilizarem os acordos (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 80).

Corrêa e Dias (2016), apresentam também uma figura que representa o momento de prova (*épreuve*) como a indeterminação existente entre a rotina e o hábito de um lado e a catástrofe e o trauma de outro. No centro, está o processo de investigação realizado pelos indivíduos para encontrar provas (*preuves*) pertinentes.

Figura 1: Momento de prova.



Fonte: Corrêa e Dias (2016, p. 81).

Os momentos de ruptura, ou seja, quando “as fissuras revelam as tensões normativas subjacentes” (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 79), são o objeto de interesse para a análise pragmática. Estes “momentos críticos” fazem referência tanto ao fato de serem momentos de crise quanto de serem momentos em que a atividade crítica dos atores opera (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999). Uma

característica dessas situações é que as pessoas nelas envolvidas encontram-se sujeitas a um

imperativo de justificação. Aquela que critica as outras precisa produzir justificações a fim de dar suporte a suas críticas, assim como a pessoa alvejada precisa justificar suas ações para defender sua causa. Estas justificações precisam seguir regras de aceitabilidade. [...] Assim, um quadro de análise da atividade de disputa deve, com as mesmas ferramentas, ser hábil em ocupar-se das críticas, a qualquer ordem, social ou situacional, assim como da sua justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 4-5).

Nestes momentos em que os atores percebem que as coisas não vão bem e que “não é possível prosseguir do mesmo modo, mas que, ao contrário, é preciso agir, fazer alguma coisa, interrompendo a ação presente e mobilizando recursos para retomar um curso de ação adequado, já que a ordem atual gera incômodo ou inquietação intolerável” (CORRÊA; DIAS, 2016, p. 81), são momentos em que surgem as situações de prova. “Nesses momentos de tensão, de conflito ou de crise em torno de situações problemáticas, operações de ajuste a uma realidade e de coordenação das tarefas se põem a nu e podem ser vistas” (CEFAÏ, 2009, p. 14).

A indeterminação característica das situações de prova não se limita, no entanto, aos momentos críticos. Apesar de todo momento crítico ser um momento de prova, nem todas as situações de prova são originadas de um momento crítico. Estas também podem ser resultado de um evento que rompe completamente com as expectativas, como um acidente ambiental, ou um acidente de carro, que gera uma perturbação crítica irremediável, assim como pode ocorrer de forma institucionalizada e rotineira, como nas avaliações em uma disciplina acadêmica (CORRÊA; DIAS, 2016).

Para Cefai (2011, p. 24),

As situações de prova se desenredam quando a natureza dos problemas, dos conflitos e das alianças está mais ou menos estabilizada e quando se estabelece uma rotinização dos procedimentos de representação, de negociação, de mediação e de arbitragem e, paralelamente, uma rotinização das operações de descrição, de categorização, de avaliação e de projeto. A representatividade e a legitimidade dos protagonistas são, a final de

contas, aprovadas, medidas e sancionadas por suas confrontações sucessivas.

Diferente da perspectiva apresentada por Boltanski e Thévenot em *De la Justification* - de que para que uma operação crítica seja considerada robusta, deve fazer “referência ao ideal já teorizado de uma sociedade totalmente organizada em torno da procura de um bem comum” (DODIER, 2005, p. 255-256), ideais estes representados pelas *Cités* -, Dodier (2005) propõe um apoio diferente ao sentido crítico: os “bens em si”. Este tipo de bem apresenta como características o fato de

as pessoas considerarem que esses bens valem enquanto tal, e estimarem que o colectivo deve reservar-lhes um certo lugar. É esta maneira de exercer um sentido crítico que aponta para a noção de bem em si. A preservação da vida humana, ou da saúde humana, por exemplo, é hoje um desses bens. Dizer-se de um objecto que ele vale “enquanto tal”, é abordar de uma maneira muito particular a questão, central para a argumentação pública, do fechamento da justificação. A nossa hipótese é que o modo de fechamento sobre esses bens desempenha um papel essencial na construção de enunciados válidos (DODIER, 2005, p. 259).

Os bens em si, neste sentido, constituem um mecanismo moral do trabalho político. A referência a este tipo de bens é um meio importante para estabelecer ou interrogar a legitimidade de poderes estabelecidos por provas anteriores.

Estas operações críticas apoiam-se em provas, destinadas a identificar as potencialidades concretas em que é susceptível que tais poderes repousem. Uma prova apoia-se ela própria num dispositivo, composto por um certo número de entidades a que igualmente foram reconhecidos poderes com base em provas anteriores. Estes poderes podem ser atribuídos a entidades naturais, a objectos, a pessoas, a colectivos ou instituições. Existe assim um encastramento recíproco dos poderes e das provas: cada prova apoia-se em poderes e cada poder conferido a uma entidade

apoia-se em provas. Esta propriedade geral das provas tem implicações decisivas que dizem respeito à legitimidade dos poderes. (DODIER, 2005, p. 262).

Portanto, a legitimidade de um poder pode ser investigada através da exploração das provas que o sustentam e dos poderes que legitimaram essas provas, sucessivamente. E esta regressão de poderes e provas encastrados uns nos outros pode ir até o infinito. Em oposição a este movimento investigativo sem limites, a necessidade de agir exige dos atores a conclusão desta regressão e, assim, as pessoas são forçadas a encerrar, em determinado momento, a problematização dos poderes legítimos (DODIER, 2005). De acordo com esse encastramento recíproco entre poderes e provas,

uma prova compreende sempre duas faces. Ela apoia-se, por um lado, em poderes legítimos para sustentar uma maneira concreta de julgar tal entidade. Mas, por outro lado, deixa na sombra alguns dos seus apoios, levantando a suposição mas sem a ela regressar, porque se trataria de uma regressão sem fim, de que havia bastantes provas a montante que tinham conferido uma legitimidade a esses poderes. [...] Toda a prova assenta ao mesmo tempo numa interrupção prática do questionamento sobre a legitimidade dos poderes que a fundamentam. Ela organiza um conjunto de poderes cuja legitimidade é, numa certa medida, deixada em suspenso (DODIER, 2005, p. 267).

Desta forma, segundo Dodier (2005, p. 267),

não existe uma prova concreta que seja totalmente legítima. Por consequência, a suspeição permanente, a inquietude ou a contestação, ou mesmo o delírio, jamais contidos como figuras de um discurso que se empenha em procurar imperturbavelmente o que, na justificação, se esconde como injustificável, constituem posturas, por vezes opções políticas, que procuram agarrar-se a uma propriedade central das provas concretas que não se pode afastar com um gesto de mão.

O trabalho político dos atores no sentido do fechamento da justificação caminha, assim, em duas direções: da consolidação moral deste trabalho, por meio da identificação de bens em si que merecem ser perseguidos; e da ancoragem deste trabalho na realidade concreta, através de uma regressão, sempre limitada, dos poderes e das provas. As fórmulas elaboradas pelos atores para realizar este fechamento configuram, portanto, as opções políticas que disputam em determinada situação de prova.

Uma opção política assenta, pois, simultaneamente, numa certa maneira de articular os bens em si, e nas provas conduzidas sobre um fragmento circunscrito do mundo concreto. Ela fica exposta, em cada uma destas frentes, à apresentação das questões que se encontram no centro do movimento do sentido crítico (DODIER, 2005, p. 263).

Em determinados momentos, podem aparecer também,

para além das opções políticas, verdadeiras formas políticas, quer dizer, disposições de poder reconhecidas pelo Estado e que, interferindo umas com as outras, tendem a reforçar-se reciprocamente. Um período é dominado por uma forma política quando os seus dispositivos se encontram de tal forma integrados uns nos outros, e suportados pelo direito, que a soma dos esforços necessários para deslocar os dispositivos dos poderes estabelecidos se revela particularmente difícil (DODIER, 2005, p. 263).

As situações de prova são importantes entradas tanto para a identificação do trabalho normativo dos atores em momentos de indeterminação, em que estes necessitam justificar as suas posições e defendê-las com base em argumentos e provas concretas, quanto para identificar os desfechos de controvérsias e as estabilizações atingidas pelas novas rotinas estabelecidas e pelos atores legitimados no processo. Este recurso conceitual é especialmente importante para se compreender o processo de criação e desenvolvimento de uma organização, como proposto na presente pesquisa, pois permite analisar momentos de

ruptura e transformação que definiram as rotinas e processos estabelecidos nos momentos seguintes.

2.3.2 Abordagem processual dos dispositivos

Nicolas Dodier e Janine Barbot desenvolveram teorizações sobre a noção de dispositivo a partir de uma série de pesquisas sobre a reparação de acidentes médicos. Dentre os dispositivos de reparação estudados pelos autores estão: processos judiciais, sistemas de indenização financeira, imprensa e suportes de ação coletiva ou associativa (DODIER; BARBOT, 2017). O estudo sobre dispositivos pode tirar partido de diversas correntes de pesquisa: “os trabalhos de Michel Foucault, desenvolvidos por numerosos estudos foucaultianos, o *science studies*, a sociologia pragmática, inúmeros trabalhos em sociologia econômica, etc.” (DODIER, 2016, p. 1).

A noção de dispositivo foi utilizada para pensar agenciamentos de elementos heterogêneos que não podem ser reduzidos às grandes categorias de seres sociais geralmente estudadas nas ciências sociais. Alguns trabalhos colocaram ênfase sobre a importância de se levar em consideração os objetos “materiais” em suas estreitas relações com os seres sociais (Boltanski & Thévenot, Lascoumes & Le Galès). Outros trabalhos insistiram sobre as associações entre humanos e não humanos (Callon & Latour). Outros, ainda, preconizaram um método que fosse aberto ao conjunto de ingredientes que constituem essas montagens, sem encerrá-los em categorias prévias (Foucault) (DODIER, 2016, p. 2).

Para Michel Foucault, um dispositivo seria

um conjunto efetivamente heterogêneo que comporta discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito assim como o não dito, eis os elementos do dispositivo (FOUCAULT, 2001 apud DODIER; BARBOT, 2017, p. 489).

No que diz respeito à análise da relação entre humanos e dispositivos, diferente das estratégias privilegiadas até o momento por autores da sociologia pragmática - como a consideração do conjunto de “forças” que mantém as redes sociotécnicas, na teoria do ator-rede; ou da descrição detalhada de elementos não linguísticos dessa interação, por meio de noções como a de “*prises*” de Bessy e Chateauraynaud, a de “familiaridade” de Thévenot, “*affordances*” de Gibson, ou a noção de “elementos indexicais” de Suchman e De Fornel -, Dodier (2016) propõe analisar a interação entre humanos e dispositivos por meio da descrição do trabalho normativo que os atores exercem na relação com os dispositivos.

Por trabalho normativo, nós entendemos, de uma maneira geral, as avaliações, positivas ou negativas que os indivíduos fazem do estado de coisas. Nós nos preocupamos aqui, portanto, com as avaliações que os indivíduos fazem sobre os dispositivos, ou com as condutas dos outros atores no contato com os dispositivos. A questão central torna-se, nessa perspectiva, o lugar dos dispositivos na construção da normatividade (DODIER, 2016, p. 2).

]

As avaliações realizadas pelos indivíduos referem-se, necessariamente, a expectativas normativas, que estes indivíduos carregam em relação aos estados das coisas. Portanto, o trabalho do pesquisador consiste

em seguir os indivíduos quanto aos elementos do dispositivo que eles problematizam e que consideram como pertinentes em suas avaliações. [...] Esse trabalho normativo dos indivíduos pode originar-se a partir de duas formas de orientação reflexiva: ele pode referir-se ao próprio dispositivo: nesse caso, os indivíduos se posicionam a respeito da maneira como esse lhes parece ou não ajustado às suas expectativas. [...] Esse trabalho normativo pode também concernir às condutas dos indivíduos dentro do quadro de referências de um dispositivo. Este é, então, visto como um dado e os indivíduos julgam como outros indivíduos se conduzem, são conduzidos

ou deveriam conduzir-se em relação a esse dispositivo, individual ou coletivamente. [...] Segundo os casos, os indivíduos distinguem ou mesclam essas duas formas de orientação reflexiva: uma que reflete “sobre o dispositivo” e outra que se volta para pensar “no dispositivo” (DODIER; BARBOT, 2017, p. 491-492).

Para Dodier e Barbot (2017), além da heterogeneidade interna, outras propriedades foram atribuídas aos dispositivos pelos estudos dedicados a este tema. Uma delas é a relação dual para com ideais. Se, por um lado, alguns autores sustentam a tese de que os dispositivos veiculam ideias, por outro, há a ideia de que os dispositivos mergulham na imanência das práticas, ou seja, que guiam as atividades de modo que as pessoas não se interrogam sobre ideais, efetuando apenas os cálculos necessários para seguirem adiante. Dodier e Barbot (2017) propõe conjugar essas duas perspectivas na análise dos dispositivos e, assim, focar a atenção tanto nos “momentos no curso dos quais, confrontados com dispositivos, os indivíduos experimentam a necessidade de se referirem a ideais” (DODIER, 2016, p. 3), como “saber dar conta dos momentos nos quais essa referência perde sua pertinência em prol de pontos de localização da atividade de alcance mais curto” (DODIER, 2016, p. 3). Segundo Dodier e Barbot (2017, p. 493-494),

Mais do que separar uma ou outra dessas opções, propomo-nos assumir a variedade de relações que os elementos dos dispositivos entretêm, enquanto instâncias normativas, com os ideais. No curso da análise, trata-se de articular, de um lado, a atenção ao que, nos dispositivos, é da ordem de uma referência endógena aos objetivos visados; de outro, a atenção ao trabalho pelo qual os indivíduos vinculam os objetivos visados aos dispositivos.

Uma terceira propriedade é a de que os dispositivos são entidades que os atores dotam de finalidade.

Pode-se distinguir a esse respeito duas grandes abordagens nas ciências sociais. A primeira é uma abordagem “funcional”. O próprio pesquisador atribui, então, uma finalidade ao dispositivo que ele estuda. Ele considera nessa abordagem que a

existência de dispositivos, assim como a forma que eles assumem, se explica pelo fato de que os humanos devem realizar operações essenciais para a vida social, e que eles precisam de dispositivos para realizar essas operações. Os dispositivos são, então, definidos e discernidos por essas funções que lhes são, de algum modo, consubstanciais: construir acordos, assegurar a existência e o funcionamento de um mercado (Karpik), resolver uma contradição estrutural (Boltanski), produzir interesse de outros atores em torno da questão da inovação, etc. A segunda abordagem pode ser qualificada como “estratégico-crítica”. O pesquisador atribui ao dispositivo uma função estratégica escondida, subjacente. É, por exemplo, o ponto de vista de Foucault quando ele atribui a cada dispositivo uma “função estratégica dominante”. Essa função estratégica pode, por vezes, consistir em satisfazer os interesses de um ator específico. Mas ela pode igualmente consistir em assegurar essa função escondida pela conjugação de atividades desempenhadas por um sistema de atores em interdependência uns com os outros (DODIER, 2016, p. 3).

Para Dodier (2016), estas duas abordagens apresentam como limite o risco de desconsiderar a importância das finalidades que os próprios atores atribuem aos dispositivos. E assim propõe, ao contrário, que haja uma receptividade ao estudo das finalidades que os atores atribuem aos dispositivos. De acordo com Dodier (2016, p. 3), “essas finalidades são, com efeito, frequentemente diversas, e por vezes contraditórias. A atribuição de finalidades é um componente essencial do trabalho normativo dos atores, e deve ser estudada enquanto tal”.

Com base no exposto até então, os autores propõem uma abordagem “processual” dos dispositivos. Segundo esta abordagem, um dispositivo é concebido como um “encadeamento preparado de sequências, destinado a qualificar ou a transformar estados de coisas por intermédio de um agenciamento de elementos materiais e linguísticos” (DODIER; BARBOT, 2017, p. 496). A noção de encadeamento de sequências chama a atenção para a extensão temporal da realização dos dispositivos.

Por sua consistência interna, os dispositivos preparam encadeamentos. Isso não quer dizer que eles determinem inteiramente tais encadeamentos, mas sim que eles exercem certas coerções sobre os indivíduos ao longo de uma sucessão de seqüências, que lhes oferecem ao mesmo tempo apoios para agir em uma certa duração, ou para conceber bifurcações entre vários caminhos possíveis. Essa extensão temporal deve ser levada em consideração qualquer que seja o papel exercido pelo indivíduo considerado: autor, realizador, alvo. Os autores dos dispositivos antecipam e concretizam os “scripts” (Akrich) que os dispositivos são tidos como capazes de assegurar. Os indivíduos afetados pela execução dos dispositivos estão necessariamente em interdependência estreita com os indivíduos que asseguram essa realização além ou aquém de sua própria seqüência de intervenção. Os indivíduos que são os alvos dos dispositivos são confrontados com esses por uma certa duração. Essa pode ser, por vezes, muito breve, mas em outros casos pode englobar toda uma trajetória biográfica (certos procedimentos judiciais, certos dispositivos médicos, etc.) (DODIER, 2016, p. 4).

A definição apresentada chama a atenção, também, “para a heterogeneidade interna dos dispositivos direcionando o olhar para os elementos tanto materiais quanto linguísticos que os constituem (e às associações estreitas entre essas duas ordens de realidade)” (DODIER, 2016, p. 3). Outro ponto contemplado na definição é

a ideia segundo a qual um dispositivo carrega consigo finalidades. Estas são, entretanto, formuladas de tal modo que um grande número dentre elas possa encontrar o seu lugar no dispositivo. A definição não aprisiona a análise em um modelo funcional, mas abre-se para uma abordagem atributiva de finalidades. A noção de qualificação de estados de coisas acentua a finalidade idiomática de dispositivos. Ela remete ao fato que certos dentre eles podem ser dispositivos de “provas” (*épreuves*) (Boltanski e Thévenot, 1991; Barth et al, 2013). A noção de

transformação acentua a ação – linguística ou não – do dispositivo sobre o estado de coisas e sobre o fato de que essas transformações podem revelar-se centrais do ponto de vista das finalidades que lhes são atribuídas (DODIER; BARBOT, 2017, p. 497).

Dito isto, uma abordagem processual dos dispositivos chama a atenção para o papel das ciências sociais de “não se focalizarem nos outputs dos dispositivos (as decisões, as produções, etc.), mas de levar em consideração o conjunto de sequências que balizam a realização de cada dispositivo, e o trabalho normativo conduzido pelos indivíduos ao longo dessas sequências” (DODIER, 2016, p. 4). Para tanto, Dodier (2016) propõe duas linhas de investigação: a primeira examina, por meio do trabalho normativo, como os próprios atores problematizam a realidade, na intenção de identificar os elementos dos dispositivos que são pertinentes aos atores. E na segunda, o pesquisador busca identificar, como observador, as solidariedades entre elementos dos dispositivos por sistemas remissões que avançam continuamente - como a relação entre uma palavra com outras para que ela possa ser compreendida, ou a relação entre uma regra e um elemento material.

Essas duas linhas de investigação remetem uma à outra. Os ingredientes do dispositivo emergem, assim, progressivamente na dinâmica da pesquisa assim criada. A pesquisa não visa descrever a totalidade de um dispositivo, mas mostrar quais elementos dos dispositivos enquadram o trabalho normativo e são ativados por ele. O trabalho normativo e a composição do dispositivo se revelam um ao outro de modo interativo (DODIER, 2016, p. 4).

O trabalho normativo dos indivíduos é uma entrada importante para examinar os dispositivos pois, em certas condições, ele pode permitir a identificação das bases sobre as quais repousa esse trabalho. Dodier (2016, p. 4) denomina como repertório normativo “o conjunto de expectativas normativas às quais se referem os atores em suas avaliações positivas ou negativas em torno de um dispositivo, assim como os esquemas de julgamento que esses atores produzem relativamente a essas expectativas”. A noção de repertório, nas ciências sociais, permite a análise da normatividade mesmo quando os atores se referem a

expectativas heterogêneas, se distinguindo “das noções de sistema, cultura, ou representação, que tendem a acentuar a coerência relativa das referências normativas em um dado grupo” (DODIER; BARBOT, 2017, p. 500).

Pela noção de repertório normativo, nós procuramos dar conta do que estrutura o trabalho normativo de uma dada categoria de atores em torno de um dispositivo. Nós consideramos que essa base remete a expectativas que não possuem por vocação serem congruentes umas com as outras, nem de remeter a um princípio fundador. Nós também não presumimos o que é comum ao conjunto de indivíduos de uma dada categoria, e o que os diferencia. Isso nós descobrimos e explicamos progressivamente. Uma tal análise se faz, em um primeiro momento, com uma decomposição analítica dos esquemas de julgamentos. Trata-se, nesse estágio, de identificar a ou as diferentes expectativas às quais se referem os indivíduos quando eles realizam a tal ou tal avaliação particular. E de localizar os esquemas de julgamentos que nas expectativas se manifestam. Em um segundo momento, a abordagem se pretende mais global. Identificar o repertório normativo é dar uma imagem global do conjunto de expectativas e de esquemas de julgamentos que estruturam o corpus de avaliações que foi reunido (DODIER, 2016, p. 5).

Um dos objetivos da realização desta análise é o de identificar o que há de comum no posicionamento dos atores em relação a um dispositivo, assim como o que os diferencia e até mesmo os opõe. A abordagem coloca a interação entre os dispositivos e repertórios como objeto central, levando em conta uma desvinculação relativa entre dispositivos e repertórios normativos:

Nós estabelecemos como hipótese nessa abordagem que os indivíduos possuem uma certa exterioridade normativa com relação aos dispositivos. Eles se deparam com dispositivos, mas é em função de bases normativas que não estão desde sempre disponível nos dispositivos

que eles se posicionam frente a esses últimos (DODIER, 2016, p. 5).

Por fim, a desvinculação entre dispositivos e repertórios normativos trás para a abordagem um segundo sentido para o termo “processual”:

A abordagem procura, com efetivo, dar conta das mudanças que podem ser produzidas por essa confrontação entre dispositivos e repertórios. Os dispositivos geram repertórios normativos. E os indivíduos, investindo nos dispositivos a partir de esquemas de julgamento não necessariamente congruentes, podem exercer sobre eles formas de pressão suscetíveis, em certas circunstâncias, de transformá-los. A abordagem se interessa por essas dinâmicas, tanto na escala biográfica quanto na escala histórica (DODIER, 2016, p. 6).

A noção de dispositivo proposta por Nicolas Dodier e Janine Barbot é central para a análise desta pesquisa, pois apresenta importantes elementos para se compreender o processo de criação e desenvolvimento de uma organização, se estudada como um dispositivo, que no caso presente é uma HC. Um primeiro ponto se refere ao fato de a abordagem propor a descrição do trabalho normativo que os atores exercem na relação com os dispositivos como entrada para a análise da relação entre humanos e dispositivos. Esta estratégia permite compreender uma organização por meio de uma diversidade de perspectivas, evitando o caminho de um discurso oficial, o que facilita a identificação das diferentes dinâmicas de ação que um coletivo pode apresentar (CEFAÏ, 2009). Esta abordagem dá luz, também, para o agenciamento de elementos tanto materiais quanto linguísticos, o que permite uma compreensão ampla do processo de composição de um dispositivo tanto pelo repertório normativo dos indivíduos que se relacionam com este quanto pelas transformações das suas práticas e dos seus elementos materiais. Esta compreensão ampla das transformações sob o ponto de vista dos indivíduos, assim como dos elementos materiais e das dinâmicas de ação de uma organização se mostraram essenciais para compreender o processo de criação e desenvolvimento da HCP.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A proposta de analisar uma Horta Comunitária (HC) como fenômeno organizacional a partir da noção de dispositivo - numa abordagem processual como proposta por Dodier e Barbot (2017) - requer uma estratégia metodológica que permita contato com o trabalho normativo de uma diversidade de sujeitos que se relacionam ou se relacionaram com a HC ao longo da criação e desenvolvimento desta. Para tanto, foi necessária a **combinação de estratégias de pesquisa** que dessem instrumentos para religar as experiências passadas dos participantes da Horta Comunitária do PACUCA (HCP) com o que acontecia no momento presente em que a pesquisa foi realizada: a **história oral temática** e a **etnografia**. Assim, a primeira contribuiu no processo de reconstituição do histórico de mobilização deste coletivo, assim como para identificar as experiências e práticas, a partir de diferentes pontos de vista apresentados pelos voluntários que participaram do desenrolar desta trajetória. A história oral, para Ichikawa e Santos (2006, p. 182), é a “história do tempo presente, pois implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado. O sentido do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral”. Segundo Freitas (2006, p. 79-80),

A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretção do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial.

A matéria-prima do pesquisador, nesta abordagem, é a narrativa dos sujeitos pesquisados, captadas em entrevistas. “Ao contar suas experiências, o entrevistado seleciona e organiza os acontecimentos de acordo com seus referenciais do tempo presente, imprimindo-lhes um sentido e transformando em linguagem aquilo que foi vivenciado” (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 194). Este método de pesquisa, segundo Meihy (1994), é dividido em três ramos, que se fazem mais ou menos pertinentes de acordo com os objetivos e circunstâncias da pesquisa: a tradição oral, a história oral de vida e a história oral temática. O primeiro, como o nome diz, busca captar a transmissão de

mitos e tradições antigas presentes na memória de um grupo social. O segundo, busca captar o sentido da experiência vivencial de alguém, através da reconstituição da sua biografia. Já a história oral temática, que foi a opção para a presente pesquisa, está mais ligada ao testemunho em relação a algum assunto específico, portanto, dando ênfase ao tema e à experiência dos indivíduos em relação a este tema.

Dentro do esforço coletivo do Núcleo de Pesquisas ORD para desenvolver uma abordagem pragmatista das organizações, a tese de Maciel (2016) já demonstrou a pertinência da história oral temática para a análise de processos de transformação ao longo do tempo. Esta pesquisa buscou compreender a relação dinâmica indivíduo-território na promoção do desenvolvimento e das transformações na região de Tiradentes (MG) num período de 30 anos. Para tanto, foram analisados os caminhos e práticas traçados pela ação de quatro atores que desenvolveram as suas organizações no território durante este período. A segunda estratégia de pesquisa adotada na presente pesquisa, a etnográfica, também demonstrou pertinência em outros trabalhos do Núcleo de Pesquisa ORD. Na tese de Rezende (2017), o estudo etnográfico foi a principal estratégia para compreender a gestão de uma Unidade de Conservação federal gerida pelo ICMBio, combinando a realização de observação participante e de entrevistas semi-estruturadas como técnicas de coleta de dados. E na Tese de Karam (2014), a técnica de observação direta em conjunto com uma postura etnográfica também apresentou importante contribuição para compreender o processo de legitimação da inovação social relacionada ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

A etnografia foi tomada na presente pesquisa como uma postura epistemológica que guiou o trabalho de campo (ANDION; SERVA, 2006). De acordo com Andion e Serva (2006, p. 16), “o trabalho de campo pressupõe uma interiorização, por parte do pesquisador, das significações que os indivíduos atribuem aos seus comportamentos, e isso implica uma integração do observador no campo de observação”. A trajetória de investigação sobre a Horta Comunitária do PACUCA (HCP) teve início em julho de 2017 e se estendeu até fevereiro de 2019, período em que me envolvi como voluntário da HC, o que permitiu conhecer muitas das pessoas que faziam parte da organização e realizar uma **observação direta** do cotidiano da horta. De acordo com Peretz (2004, p. 24), “a observação direta das pessoas nas suas atividades cotidianas permite descobrir as categorias que elas utilizam efetivamente nas situações, e face aos indivíduos, para caracterizá-los com sua própria perspectiva”.

Para Peretz (2004, p. 14), “a observação direta consiste em ser testemunha de comportamentos sociais de indivíduos ou de grupos no próprio local das suas atividades ou residências sem modificar o desenvolvimento ordinário”. A partir do envolvimento com o fenômeno de estudo, o pesquisador “estuda as pessoas, assiste aos atos e aos gestos que produzem as suas ações, escuta as suas trocas verbais, inventaria os objetos que as rodeiam, que elas trocam e produzem” (PERETZ, 2004, p. 14). Segundo o autor, o pesquisador deve cumprir quatro tarefas: 1) estar no local entre as pessoas observadas e se adaptar ao seu meio; 2) observar o desenrolar ordinário dos acontecimentos; 3) registrar as ações através de anotações ou por outro meio; 4) interpretar o que foi observado.

A observação direta que realizei como voluntário na HCP começou sem a certeza de que estudaria este caso na pesquisa de mestrado. Desde março de 2017, quando iniciei o mestrado e voltei a morar em Florianópolis após 1 ano fora da cidade, tomei o conhecimento de que havia sido criada uma HC no antigo Campo de Aviação do Campeche, bairro onde moro, e que os moradores poderiam levar os seus resíduos orgânicos para a reciclagem no local. Logo comecei a levar meus resíduos semanalmente para o ponto de entrega voluntário (PEV) que ficava em frete à horta e, quando fui visitar pela primeira vez, fiquei impressionado com a transformação do local, que conhecia anteriormente como um terreno abandonado em que as pessoas depositavam lixo. Havia uma horta enorme, com diversos canteiros e plantas, que era possível ser vista através de uma cerca viva que contornava toda a área. Fiquei muito animado, pois tinha acabado de ficar alguns meses realizando trabalhos voluntários em propriedades de agricultores orgânicos e fiquei interessado em me envolver nesta HC, que ficava a poucas quadras da minha casa. Mas durante os 3 primeiros meses que levei os resíduos não tive a sorte de encontrar nenhum voluntário da horta nos horários que eu ia. Até que no mês de julho tive contato com alguns dos voluntários e pude começar a me envolver nas atividades. E mesmo sem saber se a HCP seria o objeto de estudo para esta pesquisa passei a redigir um diário de campo, pois estava muito interessado em compreender como funcionava uma HC.

Como o início da minha participação como voluntário foi no mês de julho de 2017, o que coincidiu com as férias do mestrado, pude participar ativamente das atividades por algumas semanas e, assim, fui me apropriando dos espaços, das técnicas utilizadas e conhecendo algumas das pessoas que faziam parte da iniciativa. Com o fim das férias, a minha participação se restringiu a levar os meus resíduos

orgânicos regularmente para a reciclagem e fazer visitas esporádicas para acompanhar o desenvolvimento das plantas e conversar com as pessoas que eu havia conhecido. E, desta forma, seguiu a observação direta que realizei, com visitas esporádicas, conversas e participação nas atividades mais operacionais da horta concentrada nos períodos de férias. Portanto não me envolvi na iniciativa a ponto de me tornar um “voluntário assíduo”, como eram denominados os voluntários com um maior nível de engajamento nas atividades.

No primeiro semestre de 2018, durante o processo de escrita do projeto de pesquisa para o exame de qualificação do mestrado, decidi que a minha proposta de pesquisa teria a HCP como objeto e foquei os esforços na tentativa de construir um projeto de pesquisa para o campo da administração que tivesse uma HC como objeto de pesquisa. Este processo deixou claro que não seria possível ter uma compreensão mais profunda da dinâmica de organização da HCP somente por meio de uma observação participante e de uma estratégia etnográfica, que era a minha expectativa inicial, pois a organização parecia ter uma forma de organização muito fluida que estava em constante transformação – cada vez que eu ia encontrava pessoas novas, práticas diferentes, novas transformações materiais -, e percebi que dificilmente compreenderia o que estava acontecendo naqueles momentos de visitas sem compreender o processo histórico que havia levado a organização a operar de determinadas maneiras. Portanto decidi, neste momento, por utilizar a história oral temática como estratégia de pesquisa, em conjunto com a estratégia etnográfica, pois permitiria compreender a organização por meio das perspectivas que diferentes atores que fizeram parte do processo de composição desta organização teriam sobre ela.

Então, a partir das conversas de orientação e das contribuições da banca de qualificação iniciei um período de coleta de dados, a partir de setembro de 2018, por meio de **entrevistas semi-estruturadas** com voluntários e ex-voluntários da HCP. As entrevistas foram realizadas com base em técnicas de entrevista temática e entrevista etnográfica. As entrevistas temáticas têm o caráter de depoimento pessoal acerca do tema proposto e buscam alcançar uma diversidade de perspectivas de envolvidos em uma situação, “o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo” (FREITAS, 2006, p. 22). Já a entrevista etnográfica apresenta técnicas que ajudam a compreender o sentido das ações e eventos com base nos saberes dos próprios atores que estão sendo estudados, por meio das diferentes formas que estes categorizam a

sua experiência e, assim, constroem a sua realidade (SPRADLEY, 1979).

Os primeiros entrevistados foram pessoas que eu já havia conhecido e que haviam participado desde o início do projeto da HC. A partir das duas primeiras entrevistas e das indicações de outras pessoas a serem entrevistadas, comecei um exercício de organização dos dados de forma a construir desenhos iniciais do repertório normativo que envolvia a HCP. Este exercício foi guiando as escolhas e estratégias de aproximação com pessoas que fossem enriquecendo a diversidade de perspectivas sobre a HC. Ao todo foram contatadas 25 pessoas, no entanto, por diferentes motivos, foi possível entrevistar 13 pessoas, das quais, 10 participaram como voluntários em algum dos períodos de desenvolvimento da horta e 3 são membros de organizações parceiras com uma bagagem sólida a respeito dos temas de AU e assuntos referentes ao desenvolvimento do bairro. Todos os voluntários que participaram demonstraram disponibilidade e interesse em participar da pesquisa como um exercício de reflexão sobre a sua experiência na HCP e sobre os aprendizados que tiveram nesta trajetória. As últimas entrevistas foram realizadas em janeiro de 2019, período em que a coleta de dados foi interrompida para a finalização do trabalho escrito.

As pessoas entrevistadas foram escolhidas com base na indicação de outros entrevistados, na busca de uma diversidade de perspectivas e de acordo com as suas disponibilidades. A quantidade de entrevistados se mostrou adequada, dentro das restrições de tempo desta dissertação, para o entendimento da composição do repertório normativo dos voluntários em torno da HC. De acordo com Dodier e Barbot (2017, p. 511-512),

qualquer que sejam as ordens de temporalidade investidas pelo pesquisador, a natureza e o tamanho das observações necessárias para objetivar a estrutura do repertório normativo em torno de um dispositivo variam em função do grau de complexidade dessa estrutura. Esta não emerge senão progressivamente, no curso da investigação. O critério de saturação dos dados, tal qual Barney Glase e Anselm Strauss (1967) o formularam, aplica-se muito bem para a tradução dessa exigência de uma repetição de esquemas de julgamento como sinal de que o repertório normativo está prestes a ser objetivado.

Os dados coletados pelas entrevistas **semi-estruturadas** foram complementados pelas anotações do diário de campo, proporcionadas pela **observação direta**, e com uma **análise documental** – através de reportagens midiáticas e trabalhos acadêmicos que tratavam da HCP ou de temas relacionados ao processo de desenvolvimento do bairro do

Campeche, onde ela está inserida -, no intuito de fazer uma triangulação de dados.

Para não expor a identidade das entrevistadas e entrevistados, as falas citadas durante a análise serão identificadas pela letra “E”, de entrevistado ou entrevistada, e um número, seguindo a ordem em que as entrevistas ocorreram. Da mesma forma, nos trechos do diário de campo citados, os voluntários e voluntárias referidos nas situações descritas serão identificados com a letra “V” e com um número, de acordo com a ordem em que aparecem na situação.

Os objetivos específicos da pesquisa estão relacionados abaixo com as respectivas técnicas de coleta de dados que serão utilizadas para respondê-los.

Quadro 1: Técnicas de coleta de dados usadas para atingir os objetivos específicos

Objetivos Específicos	Técnicas de Coleta de Dados
Descrever a constituição e as transformações da HC ao longo do tempo;	Entrevistas temáticas Observação direta Análise documental
Analisar as transformações no repertório normativo dos indivíduos envolvidos no processo ao longo do tempo;	Entrevistas temáticas Observação direta Análise documental
Identificar efeitos de aprendizado que o dispositivo proporcionou aos indivíduos participantes do processo.	Entrevistas temáticas

Fonte: Elaborado pelo autor

Seguindo uma perspectiva pragmatista, as escolhas conceituais para a realização da análise ocorreram ao longo do processo de coleta e organização dos dados, de acordo com as necessidades que foram surgindo para analisá-los. Desta forma, o capítulo de análise começa com uma apresentação do contexto em que o coletivo se formou, apresentando fatos históricos e geográficos baseados em literatura sobre o local em que a HCP está inserida (4.1). Em seguida, na seção 4.2, a análise do processo de constituição e desenvolvimento da HC é realizada a partir da perspectiva da horta como um dispositivo, cujo

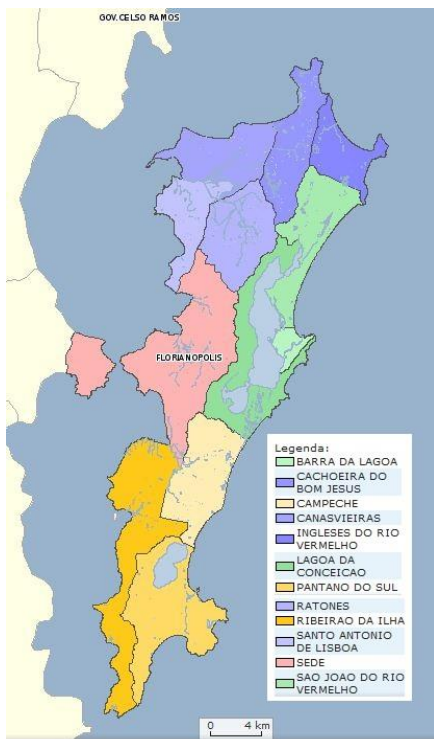
processo foi analisado por meio de dois operadores analíticos da ação: as situações de prova e o tempo. Por fim, na seção 4.3, busco compreender as transformações no repertório normativo em torno da HCP ao longo do tempo. Para tanto, na subseção 4.3.1, procuro dar um salto analítico por meio da identificação de operadores normativos cuja disputa dos seus sentidos permearam as disputas normativas dos indivíduos em torno do sentido da HC. Estes operadores normativos se destacaram a partir da primeira etapa de análise e foram essenciais para o processo de compreensão do repertório normativo em torno da HCP. Em seguida, na subseção 4.3.2, apresento uma análise das transformações no repertório normativo ao longo das fases da HCP. E, por fim, na subseção 4.3.3, busco identificar alguns efeitos da HCP em termos de aprendizados dos voluntários em relação a possibilidades de organizar uma HC.

4 ANÁLISE

4.1 APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO ONDE SE FORMOU A HCP

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, tinha, segundo o último censo do IBGE de 2010, uma população de 421.240 habitantes e uma extensão territorial de 675,40 km² entre a sua área insular e continental. O distrito do Campeche, com uma população de 30.028 habitantes, ocupa uma área de 35,32 km² e compõe uma região conhecida como Planície Entremares, que é a maior área plana sedimentar da parte insular de Florianópolis, a qual possui uma área de 55 km² que se estende de leste a oeste da ilha e abrange praias de mar aberto e da baía sul (área marítima entre a ilha e o continente).

Figura 2: Distritos de Florianópolis.



Fonte: Mob Floripa, 2018.

O distrito do Campeche apresenta uma planície arenosa e porosa, que exerce um papel importante de acúmulo das águas da chuva, formando um lençol freático conhecido como aquífero Campeche. A composição de áreas de restingas e dunas, juntamente com uma montanha que se encontra no centro da planície, garantem o funcionamento da Bacia Hidrogeológica do Campeche (DANIEL, 2018; TIRELLI, BURGOS; BARBOSA, 2007).

Figura 3: Planície Entremares.



Fonte: Eduardo Valente / Notícias do Dia Online, 2018.

A ocupação da região do Campeche, que deu origem à povoação atual, teve início por volta da década de 1880, com a vinda de famílias de origem açoriana que se deslocaram do distrito vizinho da Lagoa da Conceição e desenvolveram atividades de criação de gado, pesca e agricultura, com destaque para o cultivo de mandioca, algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho, melancia e café (DANIEL, 2018; GUIAFLORIPA, 2019).

Por conta da sua longa planície, o bairro do Campeche foi escolhido, na década de 1920, como local de aterrissagem dos aviões da Compagnie Générale Aéropostale, companhia francesa de aviação

pioneira em estabelecer linhas de conexão para o serviço postal (DANIEL, 2018). A pista de pouso foi instalada em 1925 e servia como parada obrigatória para descanso, abastecimento, manutenção e reparo das aeronaves. Os voos tinham a sua origem na cidade de Toulouse, na França, e tinham como pontos finais das suas rotas na América do Sul as cidades de Buenos Aires, Santiago e Montevideo (TIRELLI, BURGOS; BARBOSA, 2007).

Nesta época, a chegada das aeronaves no Campeche era informada através de mensagem telegráfica transmitida via rádio e os voos geralmente eram noturnos, o que fazia necessária uma sinalização com lampiões, que eram acesos na montanha próxima à pista, conhecida hoje como Morro do Lampião. De acordo com Daniel (2018, p. 18), “o complexo do campo de aviação era formado por uma pista de pouso e decolagem de grama natural. Havia também uma casa de administração conhecida como Casa da Aviação, que ainda existe [...]”.

Dentre os pilotos franceses que pousaram no Campo de Aviação e conviveram com os nativos destacam-se o piloto e escritor Antoine Saint-Exupéry, autor do livro “O Pequeno Príncipe”, e, também um dos heróis da aviação francesa, Jean Mermoz, que em 1928 completou o primeiro vôo noturno da América do Sul. Os nativos do Campeche e os franceses logo interagiram, tanto pela curiosidade com as máquinas voadoras, como também pelos homens de “calça larga” e língua “enrolada”. Em suas passagens pelo Campeche, Saint-Exupéry deixou marcas no imaginário popular e entre vôos e pousos, estabeleceu-se um convívio com alguns nativos [...] (TIRELLI; BURGOS; BARBOSA, 2007, p. 37-38).

Em 1932, a Compagnie Générale Aéropostale fez uma fusão com outras companhias de aviação, dando origem à Air France, que seguiu com as suas atividades até 1939, quando, por conta da Segunda Guerra Mundial, o serviço aéreo postal francês foi interrompido e os pilotos da companhia foram convocados para o esforço de guerra. Com a saída dos franceses, a parte das terras do Campo de Aviação do Campeche que haviam sido arrendadas para a Air France foram devolvidas para os seus proprietários e, em 1944, a área que havia sido comprada pela Air France foi desapropriada pelo governo brasileiro, passando a ser controlada pelo Ministério da Aeronáutica, que instala o primeiro

aeroporto de Florianópolis no local, usado comercialmente pela empresa Panair. O aeroporto funciona neste local até o ano de 1947, quando passa para o Campo da Monta, localizado nos campos da ressacada, propriedade da Base Aérea de Florianópolis, onde hoje se encontra o aeroporto Hercílio Luz. Assim, a partir de 1948 a área do Campo de Aviação do Campeche passa a ser administrada pela Base Aérea de Florianópolis (DANIEL, 2018; TIRELLI, BURGOS; BARBOSA, 2007).

Após a desativação do Campo de Aviação, a população local passa a utilizar a área, embora sem nenhum tipo de contrato ou registros, para diversas atividades, como a criação de gado, plantação de mandioca, jogos de futebol e para a prática de aeromodelismo. Porém, a partir da década de 1970, com a chegada da energia elétrica, e da década de 1980, com a chegada do asfalto, o Campeche passou a se tornar uma região supervalorizada e foco da especulação imobiliária, por conta da sua grande área plana não edificada e da proximidade do centro da cidade. Desde então, a área de 352.000 m² do antigo Campo de Aviação, localizada na parte central do bairro, passou por diversas tentativas de venda para a construção de empreendimentos privados, por parte do governo federal, e por tentativas de dar fins particulares a esta, por parte da Aeronáutica, como na tentativa de construir um condomínio de casas militares e de um hospital militar que houveram na década de 1990.

Em resistência a estas tentativas de dar um fim privado à área do antigo Campo de Aviação, desde meados da década de 1980, a população local - organizada por meio de associações, clubes de futebol e igreja - pleiteia o espaço para a criação do PACUCA, a ser utilizado como área comunitária e de lazer. O movimento encabeçado, desde 1987, pela Associação de Moradores do Campeche (AMOCAM) e pela Associação de Surf do Campeche denuncia a falta de espaços públicos no Campeche e reivindica a cessão do terreno para administração pelo Município, assim como o seu tombamento como patrimônio histórico, como forma de garantir o uso público do antigo Campo de Aviação e a preservação da memória cultural da cidade. Esta valorização da memória cultural se expressou também através da denominação de ruas e avenidas relacionadas ao tema da história da aviação, como a denominação de uma avenida central - que corta o bairro desde a sua entrada pela rodovia SC 405 até a beira da praia, passando na lateral do antigo Campo de Aviação - como Avenida Pequeno Príncipe, pela Lei Municipal 3.024, de 18/10/1988, em homenagem ao escritor Saint Exupéry e à sua obra mais famosa; e pela denominação, pela Lei

Municipal 3.914/ 92, de uma outra via pública do bairro como Aviação Francesa (DANIEL, 2018; TIRELLI, BURGOS; BARBOSA, 2007).

No final de 2014, em resposta a uma ação pública do Ministério Público Federal, se concretiza o tombamento de parte da área do antigo Campo de Aviação como patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural, por meio do decreto nº 13.707. A partir deste decreto, 129.000 m² dos 352.000 m² administrados pela Base Aérea de Florianópolis são cedidos para a prefeitura. A expectativa da AMOCAM permanece de que o terreno seja tombado na sua integridade e de que a comunidade tenha participação no planejamento do parque (NDONLINE, 2014).

4.2 PROCESSO DE CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA HCP

Nesta seção, busco atingir o primeiro objetivo específico da pesquisa: Descrever a constituição e as transformações da HC ao longo do tempo. As principais fonte de dados para esta seção foram a observação direta e as entrevistas realizadas com voluntários da HCP e membros de organizações parceiras. A partir das histórias contadas por essas pessoas – muitas delas participaram desde as primeiras atividades da HCP em 2015 - e da observação direta que realizei a partir de 2017, foi possível identificar momentos de ruptura e transformações que marcaram diferentes fases da HC. Portanto, para melhor compreender as transformações que ocorreram na horta - tanto em termos materiais quanto pelas suas dinâmicas de ação – dividi o histórico da horta em três fases. Os operadores analíticos da ação (tempo e situações de prova) são acionados ao longo do texto de forma a contribuir na interpretação da sequência de acontecimentos.

4.2.1 Primeiras mobilizações e início da construção da horta

O tombamento de parte da área do antigo Campo de Aviação do Campeche, em 2014, despertou a possibilidade de utilizar o espaço na retomada de um projeto que ocorreu na década de 1980 no Campeche, fruto de uma parceria entre a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) – autarquia responsável pela coleta de resíduos sólidos e pela limpeza pública de Florianópolis – e a AMOCAM:

O Campeche tem uma história com essa questão de hortas comunitárias, haja visto que em 87 a gente teve um projeto chamado Projeto Beija-flor. Foi o primeiro projeto junto com a COMCAP,

entre comunidade do Campeche e COMCAP. [...] Esse projeto instituiu compostagem e horta comunitária (E2).

Na época do Projeto Beija-flor, que envolvia diversos bairros da cidade na reciclagem descentralizada dos resíduos orgânicos, o Campeche ainda era uma comunidade pequena e os resíduos orgânicos eram buscados nas casas com um veículo de carga e levados para um terreno onde era feita a compostagem. O terreno era privado e em menos de 1 ano o proprietário o solicitou de volta. Por conta da falta de terreno público para continuação da atividade o projeto foi encerrado: “o Campeche sempre teve esse problema de áreas públicas para instalar esse tipo de ‘ferramenta’, como diz no plano diretor” (E2). A relação entre membros das duas instituições, estabelecida na época, permitiu que o assunto fosse retomado em 2015, o que deu início a uma articulação para a instalação de um pátio de compostagem e uma HC em parte da área tombada do antigo Campo de Aviação. Assim, foi criada a HCP, que levou o nome como referência a mais um passo para a concretização do PACUCA.

A AMOCAM sempre quis (o terreno do Campo de Aviação) pra fazer um parque, mas nunca foi assumido pela prefeitura e repassado pra associação dos moradores. A AMOCAM sempre brigou pra ter isso, é 30 anos de briga. [...] Então, a associação dos moradores entrou por conta, assim, fez um adendo junto à própria União, a um procurador da república, pra usar aquilo pra fazer uma horta comunitária e um pátio de compostagem. E essa era a nossa única proteção (E1).

A articulação envolveu, em primeiro lugar, o Conselho Local de Saúde, que lançou uma campanha para

melhorar o lixo do bairro, que consistia em 4 pontos: era separar o lixo, ter uma lixeira, colocar o lixo no horário correto e pedir uma coleta seletiva de resíduo orgânico, né? Essa quarta seria, ou pedir coleta, ou levar pra um ponto de entrega voluntário (E1).

A opção escolhida foi a de fazer um ponto de entrega voluntário (PEV) junto ao pátio de compostagem que seria feito no local, no qual os moradores do bairro depositariam os seus resíduos orgânicos. Para isso, buscaram o apoio técnico da Destino Certo, empresa local que prestava serviço de compostagem de resíduos orgânicos para restaurantes e já possuía um pátio de compostagem com PEV na sua sede.

O objetivo principal era um ponto de entrega de resíduos orgânicos, mas pra que isso fosse bonito teria que ter uma horta na frente. Eles queriam uma horta e um pátio pra receber esse resíduo e mostrar o que o resultado do resíduo da compostagem pode fazer (E1).

Foi escolhida, então, uma área de 8 mil m² - próxima a uma das vias centrais do bairro e atrás de um posto de saúde que estava em construção - para a instalação do pátio de compostagem e da HC.

Um ponto muito central, com uma demanda, uma necessidade, porque ali tava sendo descarregado muito lixo, muito entulho de obra, lixo de móveis, de eletrodomésticos. Descarte. Tavam sendo desovadas coisas ali. Porque não tem uma cerca. Não é de ninguém aquilo ali. É da União, é federal e o comodato que a Aeronáutica tem eles não cuidam. Eles cuidam de uma areazinha. Mas não cuidam. Não cuidam, não tem o cuidado (E1).

Figura 4: Área escolhida para construir a HC.



Fonte: TV Vento Sul, 2015.

Figura 5: Lixo descartado irregularmente no parque.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2015.

Neste mesmo ano (2015) surgiu um grupo de pessoas interessadas em Agricultura Urbana (AU), inicialmente no bairro Campeche, que se intitulou Quinta do Campeche e posteriormente

passou a se chamar Quintais de Floripa. Este grupo de pessoas, promoveu, dentre outras iniciativas, a criação de HCs, inicialmente em terrenos privados, mas posteriormente priorizou o desenvolvimento das suas atividades em terrenos públicos.

Porque no primeiro terreno onde eles tavam se encontrando, era um terreno particular, depois de 2 meses o dono pediu o terreno. Depois de 2 meses tava tudo pronto e o dono pediu o terreno, eles perderam um monte de trabalho. Eles falaram ‘não, vamos fazer só em terreno público, hortas comunitárias mesmo’ (E1).

Logo depois da decisão de apoiar a construção de HCs somente em terrenos públicos, o Quintais de Floripa foi convidado para participar da criação da HCP através da organização de mutirões para a construção da horta, projeto que foi desenvolvido pelo grupo em paralelo com o apoio a outras HCs da região.

Aí, logo no início, foi a (Horta comunitária do) PACUCA, (Horta) das Garças, a Horta do Centro Comunitário da Fazenda, do Centro de Saúde da Fazenda, e eu sei que eram umas 5 ou 6 hortas, a da AMOJAC que a gente se envolveu. A gente tava fazendo paralelo ao mesmo tempo. [...] Cada horta tinha pessoas que eram do local, do posto de saúde, da AMOJAC. Mas foi tipo 1, 2 finais de semana iniciais que tiveram grupos maiores e depois já se limitava a 2, 3, 5 (pessoas). Nunca teve um engajamento forte, assim. Algum ou outro mutirão com muito chamado aparecia um grupo um pouco maior em alguma atividade. Mas mais era o mesmo núcleo, dos Quintais (E3).

Assim, estas cinco organizações - AMOCAM, COMCAP, Conselho de Saúde, Destino Certo e Quintais de Floripa -, juntamente com a Intendência do Campeche, fizeram um arranjo interinstitucional, dividindo responsabilidades para a criação da HCP:

Destino Certo com a parte da compostagem, [...] ia assumir a parte do ponto de entrega voluntário, fazer a compostagem da comunidade; o Quintais de Floripa ia assumir a parte de mutirão e a

construção da horta orgânica e comunitária; a AMOCAM ia fazer essa parte de logística e de suporte pro espaço, pra gente poder usar o espaço; a COMCAP também ia ajudar com logística e materiais, como cepilho e, no começo, composto. Então doou cepilho, doou composto. E também tinha a responsabilidade de ajudar com a trituração, com o triturador, que poderia eliminar um grande problema que tinha ali no PACUCA que era isso de jogar entulho. [...] O Conselho de Saúde ia ajudar na parte de divulgação e de trazer os médicos, o pessoal do posto de saúde, fazer um link com o posto de saúde, porque ia ter muitas ervas medicinais, ia ser muito pedagógica essa horta. Ia fazer esse link e ia também ajudar na parte de licenças. Se tivesse que ter alguma licença pra ter aquele espaço o Conselho de Saúde ia ficar com essa função. Aí tinha a Intendência também que ajudava com a máquina, que é a prefeitura do Campeche, lidava com a máquina, com a logística. [...] Eram essas 6 entidades que se uniram pra fazer uma horta comunitária com ponto de entrega voluntário (E1).

Com a formalização da parceria, a partir de outubro de 2015 começaram os mutirões para a construção da horta, que se estenderam ao longo de 2016.

E muita gente queria participar. [...] Na época tinha muitos voluntários, 20 voluntários, 30, se juntavam, assim, bastante gente nos mutirões e constantemente tinha gente passando por lá. Pessoas de fora, muito gringo vindo, querendo participar, porque é uma cultura europeia mais forte de ter essas participações das pessoas. E tinha bastante voluntário, bastante gente trabalhando (E1).

Figura 6: Placa com as entidades fundadoras da horta e chamada para mutirões semanais.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2015.

A Figura 6 representa uma primeira composição da HCP, nesta primeira fase, materializada por uma placa. O firmamento de um acordo entre diferentes organizações, composto por um plano de atividades e a divisão de responsabilidades representa uma primeira estruturação dos espaços de negociação entre os atores envolvidos (Friedberg, 1992). Como um dispositivo em formação, a HC apresentava, neste momento, como principais finalidades expressas a ocupação da área tombada do antigo Campo de Aviação, como parte das ações na direção da construção do PACUCA; a realização da compostagem de parte dos resíduos orgânicos produzidos no bairro; e ter uma horta com caráter pedagógico. O cumprimento destas finalidades por meio de práticas estabelecidas, ou seja, como um conjunto de ações que se repetem

regularmente (Frega, 2016), assim como a efetivação de novas finalidades que possam surgir ao longo do tempo, dependia da capacidade dos atores de negociarem, em meio a situações de prova, a respeito das suas diferentes expectativas normativas em relação ao dispositivo, especificamente sobre as finalidades prioritárias da HC e os princípios que guiariam as ações (DODIER; BARBOT, 2017).

Logo nas primeiras ações de ocupação do espaço surgiram controvérsias em relação ao que proponho chamar de princípios técnico-filosóficos. Ou seja, as referências filosóficas e técnicas que guiavam as ações dos sujeitos em relação aos elementos materiais nem sempre encontravam um caminho convergente para a ação. Dois grupos se destacaram na fala dos voluntários entrevistados, que expressaram expectativas normativas distintas, o que gerou situações que puseram a prova essas diferentes perspectivas. Para auxiliar na compreensão dos diferentes tipos de expectativas normativas apresentadas pelos atores nas situações apresentadas a seguir, descreverei os grupos como Grupo 1 (G1) e Grupo (G2). O fato de dividir os conjuntos de expectativas dos atores em dois grupos não quer dizer que houvesse uma perfeita homogeneidade entre as expectativas dos membros de cada grupo, nem que cada voluntário entrevistado tenha mantido expectativas idênticas ao mesmo grupo em todas as situações. Esta forma apenas contribui para compreender o trabalho normativo dos voluntários ao longo do tempo e facilita a percepção das transformações nas expectativas ao longo do processo de desenvolvimento da HC.

A primeira situação relatada foi em relação à limpeza inicial do terreno para um evento comemorativo do tombamento do Campo de Aviação e em apoio à construção do PACUCA, no qual também haveria o primeiro mutirão para construção da horta. O E1 relata a decepção do G1 em relação à primeira ação realizada por membros do outro grupo para viabilizar a criação da horta:

Eles arrumaram o terreno, [...] só que daí, ao invés de eles roçarem, eles passaram uma máquina, rasgaram 20 cm de terra, que já foi terrível. Foi terrível porque inviabilizou (a proposta agroecológica). Então aquela coisa que era pra gente usar a agroecologia como princípio, já foi destruído de cara. Só que eu não tinha como falar, não tinha como discutir porque nós tínhamos que usar o que tinha, então pra gente fazer o que tinha com o que a gente tinha. Só que foi uma época de muita chuva e por ter rasgado e ter tirado 20 cm

de solo encharcou, então inviabilizou, não teve esse evento. Acabou que não teve o evento, não teve a tal da hortinha e não começou o ponto de entrega voluntário em 2015. E tá, mas tudo bem. Sem discussão, sem conflito. Eu assisti aquilo lá com as máquinas muito triste e, depois, tinha que fazer alguma coisa. Não deu pra fazer o que a gente tava prevendo por causa da chuva (E1).

Figura 7: Área onde foi passada a máquina para construir a horta e o pátio de compostagem.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2015.

Para o G2, que fez a “limpeza” da área, os princípios aos quais recorreram para guiar a sua ação foram princípios da agricultura tradicional praticada na região:

E aí conseguiram uma máquina, abriram então um espaço ali. Aquele terreno tinha muito pé de vassoura, né? [...] Que aqui historicamente sempre foi terra das vassouras, né? Então se cortava as vassouras pra fazer roça de mandioca, né? E aí começaram a fazer a horta comunitária (E13).

Após esse episódio, o projeto inicial dos canteiros foi readaptado, e optaram por fazer os canteiros com a técnica hugel, que são canteiros elevados em que se coloca restos de poda no fundo que vão se decompondo lentamente, mantendo a umidade do solo e gerando matéria orgânica para as camadas superiores, de argila, terra e composto. A utilização desta técnica se justificou por conta do terreno arenoso - e, portanto, pouco fértil - e porque facilitaria o manejo dos canteiros por eles serem elevados.

[...] E a pesquisa de determinadas técnicas que eram adequadas ao solo, areia e coisa. Foi bem rápido assim, algumas conclusões, algumas decisões em termos de tipo de plantio, do que era adequado ao parque. De também manejo de poda e coisa assim. As coisas começaram a se encaixar (E3).

Figura 8: Construção de canteiro elevado.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2015.

No entanto, a escolha da técnica de canteiros elevados e outras decisões relacionadas à utilização do espaço não se deram de forma consensual:

Algumas coisas básicas, assim, logo de cara já começaram a ter divergência, a questão das podas, do que que era um canteiro elevado, de que forma faria no terreno, o próprio desenho dos canteiros que seria alguma coisa mais orgânica, turística, mais lúdica... (E3).

O primeiro grande projeto de canteiro elevado que concentrou os esforços dos mutirões foi um canteiro com “caixarias de 1 metro de altura por 1,20 de largura e com formato de avião. [...] O avião tinha 30 metros de comprimento. Um rabo de 20 metros, as asas também 10 metros pra cada lado e um bico de uns 5 metros, assim” (E1).

Figura 9: Delimitação da asa esquerda do canteiro em forma de avião.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Figura 10: Construção da asa esquerda do canteiro em forma de avião.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Para o G1, que buscava seguir princípios técnico-filosóficos da agroecologia⁷ e da permacultura⁸, o formato “mais lúdico” dos canteiros e da organização do espaço se justificava pela importância que davam à finalidade pedagógica da horta, pois tendo um canteiro em formato de avião, por exemplo - que foi uma homenagem ao fato de o espaço da horta ter sido um campo de aviação – tornaria as visitas mais atrativas:

⁷ Segundo Altieri (2005), a agroecologia é uma disciplina que promove princípios ecológicos básicos para sistemas produtivos de alimentos e que ao mesmo tempo contribuam para a conservação dos recursos naturais, sendo culturalmente sensível, socialmente justo e economicamente viável.

⁸ A permacultura é uma disciplina que busca criar “paisagens conscientemente planejadas que imitam os padrões e as relações encontrados na natureza, enquanto produzem uma abundância de alimento, fibra e energia para prover as necessidades locais” (HOLMGREN, 2013).

O objetivo era pedagógico, organizativo dos grupos e não tanto com o objetivo de produção. [...] Aí, a questão da estética é bem forte na permacultura e na agricultura urbana. O que pra mim era uma busca de uma estética – mesmo que os canteiros fossem tortos, com as tábuas tudo quebradas, podres, pregados com pregos tudo enferrujados, formando um avião -, pra outra pessoa a estética eram as tábuas retinhas, alinhadas, pregada direitinho, bonitinho, aquela fosse uma caixa retangular, assim, aquilo é estético. Não tentar fazer um avião que só dá pra ver do satélite com umas tábuas tudo tortas, assim. Tudo bem que tivesse cumprido com a função prática de conter a terra, ser elevada e fazer. Isso são questões de divergência que vieram à tona, assim, e não foram superadas.” (E3)

Figura 11: Canteiros de morango.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Figura 12: Canteiros de ervas medicinais.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Apesar da resistência do G2, que seguia princípios de uma agricultura tradicional em relação ao formato “lúdico” dos canteiros, o G1 conseguiu que a sua intenção se materializasse e fossem construídos canteiros de diferentes formatos, como pode ser visto nas figuras 9, 10, 11 e 12.

De acordo com a definição do E3, nesta fase da HC, dois tipos de agricultura eram praticados em paralelo, uma com base em princípios da agroecologia e permacultura – praticada pelos membros do G1 - e a outra com base em princípios da agricultura tradicional praticada na região – pelos membros do G2. Portanto, algumas técnicas como os canteiros elevados, o consórcio de espécies nos canteiros e a cobertura de solo, que são amplamente conhecidas por pessoas que tiveram contato com disciplinas como a permacultura e a agroecologia – disciplinas estas que cruzam conhecimentos científicos sobre ecologia e saberes práticos de diferentes povos tradicionais - podem soar estranhas para outras pessoas, mesmo tendo amplo conhecimento prático sobre

agricultura e dominando diversas técnicas, mas que, no entanto, não tiveram contato com essas disciplinas.

Se para o G1 havia um consenso em seguir princípios da agroecologia e da permacultura e, até mesmo, essa escolha parecia inevitável, para o G2 essas pessoas “não sabiam o que estavam fazendo”, pois não eram agricultores e, portanto, não davam credibilidade às propostas apresentadas.

Tinha conflitos das pessoas que eram nascidas aqui e tinham uma visão mais antiga de cultura e as pessoas de fora, [...] que a maioria era de São Paulo e Porto Alegre. E o pessoal daqui, que eram os nativos do bairro (E1).

O G1, portanto, era composto predominantemente por “pessoas de fora”, com características bem diversas. Na sua maioria vindos de outras capitais brasileiras, numa faixa etária que ia dos 20 aos 70 anos e com uma variação grande de tempo em que moravam no bairro – alguns haviam se mudado havia poucos meses, outros havia alguns anos e outros, ainda, já moravam havia décadas no Campeche. Este grupo tinha em comum um grande interesse pelo estudo filosófico e técnico de disciplinas como a agroecologia e a permacultura e as experiências práticas eram muito variadas, sendo que alguns tinham pouca ou nenhuma prática e outros já praticavam a agricultura como hobby. Já o G2, era composto predominantemente por moradores “nativos” do bairro, com faixa etária acima de 50 anos, muitos já aposentados e com forte experiência prática com agricultura, sendo que alguns chegaram a ser agricultores profissionais na juventude. A fala do E13 explica a origem da relação dos moradores mais antigos do bairro com a agricultura:

Assim, o nativo e a nativa de Florianópolis – eu trago mais a experiência do Campeche porque eu sou daqui -, a partir de 55 anos de idade pra cima, ele foi essencialmente lavrador – que naquela época não se chamava de agricultor, chamava de lavrador, né? Ou era lavrador ou era lavradora. Essencialmente, ou trabalhou na pesca, ou trabalhou na roça, né? Que antes era roça de subsistência, não era uma roça pra vender, assim, não era uma produção de venda. Mas, então tem a agricultura muito forte, assim.

Outro caso que ilustra a controvérsia entre diferentes princípios técnico-filosóficos foi o da tentativa do G1 de construir um espaço com sistema agroflorestal (SAF) com base em princípios de agricultura sintrópica⁹ que, segundo o E4,

não foi adiante, por uma questão de cultura, o projeto fabuloso que teve até uma tentativa de um espaço sintrópico, que as pessoas conhecessem o que é horta sintrópica, o que é o sintrópico afinal. Que fala, fala, mas na prática o que que é? [...] E aqui, teve a tentativa de um grupo muito bom, de um pessoal muito bom, de a gente criar um espaço, da gente criar um espaço ali dentro pra que as pessoas conhecessem, pra ver como funciona, pra depois tentar disseminar isso, né?

O local que foi escolhido para ter o SAF foi demarcado desde os primeiros mutirões na horta. Mas, no entanto, o SAF não se concretizou nesta primeira fase da horta.

⁹ A agricultura sintrópica, muito convergente com princípios da agroecologia e da permacultura, é um conjunto de técnicas que buscam reproduzir o processo natural de regeneração de uma floresta em determinado ecossistema, a partir da compreensão do mecanismo de sucessão ecológica deste, para a criação de sistemas agroflorestais (SAFs). Para tanto, podem ser plantadas diversas espécies de hortaliças e árvores que cumprem funções ecossistêmicas em diferentes estágios do crescimento da mata, evitando assim o desperdício de energia, que ocorre em sistemas de monocultura, por exemplo. O resultado, após alguns anos, geralmente é de uma área de floresta com árvores de variados tipos, geralmente pertencentes ao ecossistema local.

Figura 13: Área demarcada para implantação de um SAF.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Para o E4, este tipo de projeto

não ia adiante pela imagem. Por quê? Visualmente quando você olha alguma lavoura, alguma área em que essa técnica é aplicada, que essa filosofia é aplicada, o leigo ele vai enxergar algumas plantas que ele talvez conheça e pra ele o resto vai ser mato. Só que no mato que ele enxerga, [...] eu enxergo PANC, por exemplo, eu enxergo plantas alimentícias não convencionais. Que são alimentos. Ou, mesmo que não sejam alimentos pra nós, são plantas que estão ali protegendo a terra, mantendo umidade, enfim. Só que essa visão não foi compartilhada. Não conseguiu ser... não conseguiu vencer.

O E4 define o G2, que resistiu à implantação do projeto e conseguiu bloquear a ação planejada pelo G1, como “grupo da enxada”, pois está sempre capinando o terreno para mantê-lo “limpo”:

Pra cultura local, ou pra grande parte da cultura local, o terreno, a terra, tem que estar limpa. Limpa é sem vegetação nenhuma em cima. E isso, na verdade, é um grande erro. Mas, é uma briga, é um choque de culturas, né? [...] Então essa “cultura do limpinho” é uma coisa que vem dos ancestrais nossos. O terreno limpinho. Aquele terreno que era, antigamente, varrido tudo pra um espaço nos fundos do terreno, e ao redor da casa ficava limpinho. Limpinho é aquele terreno escrupulosamente sem folha nenhuma. E é isso que as pessoas aqui ainda fazem” (E4).

Esta controvérsia, que colocou em choque diferentes princípios técnico-filosóficos, gerou uma tensão normativa entre os dois grupos de voluntários da horta. Esta tensão deu origem a situações de prova que permearam as decisões quanto à disposição material da horta e das técnicas utilizadas, colocadas, então, diante de um imperativo de justificação constante (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

Para além desta controvérsia entre princípios técnico-filosóficos, um outro conflito de princípios permeou as relações do G1 e do G2 nessa fase de construção da horta, o que vou chamar aqui, de forma genérica, de princípios de organização. Nesta controvérsia, os dois grupos também apresentavam expectativas normativas distintas quanto à forma de organizar o trabalho e dividir tarefas. Enquanto o G1 apostava nos mutirões como principal momento de trabalho para construir a horta e fazer a sua manutenção, o G2 achava que o trabalho tinha que ser feito no dia-a-dia por pessoas que possam manter uma constância de participação.

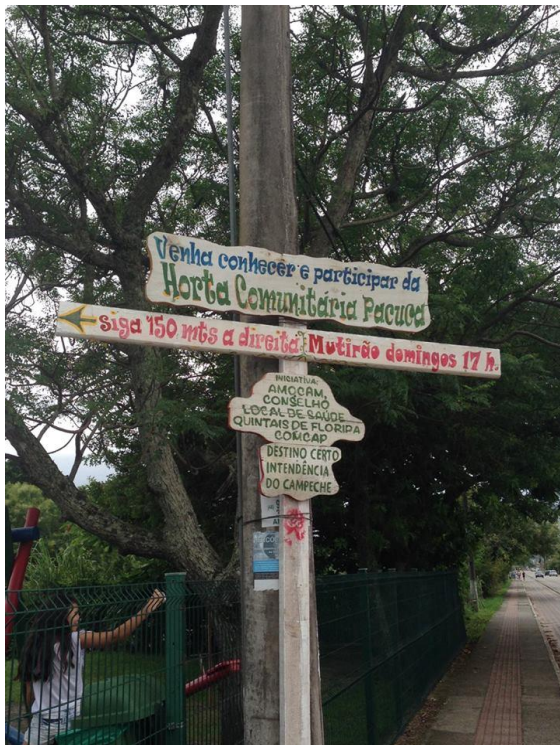
Se num primeiro momento, a partir de outubro de 2015, os mutirões tiveram ampla participação: “nós tínhamos ali participações de 50, 60 pessoas. Teve mutirão em final de semana que você via ali formigueiro de gente” (E4). Com a chegada do verão as atividades perderam intensidade: “aí começaram alguns conflitos, porque o mutirão não tava dando conta, por causa de chuva, por causa da temporada. Foi na época que daí virou de 2015 pra 2016, teve temporada, a galera recebe visita, vem muita gente de fora. Não rolou, parou de rolar os mutirões.” (E1).

Para o G1, que defendia a retomada e ampliação dos mutirões, esta forma de organização do trabalho contribuía com a ideia de “fazer com que a horta virasse esse ponto de encontro e uma coisa pedagógica, um trabalho pedagógico em cima da comunidade” (E6). A fala da E9 descreve um pouco da dinâmica proposta por este grupo:

Eu me interessei pela horta, a princípio, pela ideologia de ter um espaço comum, de ter um espaço de compartilhar experiências mesmo. [...] E era uma coisa muito gostosa, no sentido de que era uma brincadeira. Era uma brincadeira, a gente fazia sem recursos nenhum. [...] A organização no grupo inicial era bem caótica, mas tinha uma coisa assim de compartilhar muito gostosa. Eu acho que não tinha muita produção. Não tinha o foco em produção nem nada. Tinha na experiência. [...] E o que eu encontrei no começo, que era essa amizade, era essa divisão, compartilhamento, a gente levava suquinho, fazia uma festinha, conhecia as pessoas também, sabe? [...] Então, eu trazia coisas pra horta, levava coisa pra casa. [...] Cada um sabia um quinhãozinho. E tinha muita gente interessada o tempo todo, da UFSC, o pessoal de produção sustentável, da agricultura orgânica, toda hora a gente tava ali fazendo uma troca. Então, eu sabia uma coisinha o outro sabia outra. ‘Pô, será que é?’, levava pra casa, dá uma pesquisada, ‘Ah, verdade...’, não sei o que. ‘Ah, tem isso. Como que a gente pode combater?’, ‘ah, tem uma solução de mamona lá com água, que a gente bate e acaba com isso’. Quer dizer, de forma orgânica também né, sem tá agredindo. Então a gente ficava trocando figurinha. E essa troca de figurinha era muito bacana (E9).

Portanto, o G1, que defendia esta forma de trabalho mais coletiva, através dos mutirões, defendia que a horta tivesse como principais finalidades a prática “educativa, troca de conhecimentos, era de espaço de convivência - a gente pensava em fazer um espaço, assim, com banco pra fazer piquenique. De produção e coleta também, mas era uma coisa, assim, de prazer em primeiro lugar” (E9).

Figura 14: Placa de divulgação na Avenida Pequeno Príncipe.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Figura 15: Placa de acolhimento de visitantes no interior da horta.



Fonte: Site do Quintais de Floripa, 2016.

Já na visão do G2, organizar o trabalho da horta somente por meio de mutirões era inviável, por conta da falta de constância:

Então, se tiver o envolvimento somente das pessoas aposentadas, melhor ainda, por causa da constância. Porque as pessoas falam umas oratórias, umas teorias que não é verdade, não é a realidade. Porque a horta não pode viver de mutirão, entendeu? Tu planta uma alface hoje, tu tem que molhar amanhã. Se tu tiver o mutirão daqui uma semana tu perdeu a alface. Uma praga, uma lagarta pegou a tua couve hoje, quando tu voltou depois de cinco dias não tem mais nada, entendeu? Então tem que estar lá pra tirar a

lagarta, pra botar um defensivo, uma cinza, cal, fumo (E2).

Este grupo, argumentava que as pessoas aposentadas

tem uma facilitação pra tocar a horta. E isso, pras comunidades, é uma dica que eu dou. Porque a horta chama o aposentado, a horta chama o idoso, muitas vezes pra mexer na planta. Dentro da sua natureza de cada um, da idade, tem espaço pra mexer, pras mulheres. Porque a horta, a gente sabe, tem serviço pesado pra ser feito às vezes. As hortas, muitas vezes, as comunidades, elas não sobressaem em função desse tipo de coisa, da dedicação. E não é mole, a dedicação, não é fácil tocar uma horta, né? Não é sonho, as coisas não nascem sozinhas, entendeu? Tem que ter uma dedicação né? (E2).

Para a E11, apesar de concordar com a importância da constância para a manutenção da horta, os mutirões são importantes para certos tipos de atividades:

Independente do que se faz e do que não se faz, eu achava bom porque sempre ia bastante gente. Então acabavam fazendo canteiro novo, ou reformando alguma coisa, porque tem bastante gente. No dia a dia não tem bastante gente, então essas tarefas mais complexas acabam não sendo feitas porque em pouca gente não dá pra fazer (E11).

O G1, reconhecendo a importância da constância do trabalho no dia-a-dia da horta, deu partida em um processo de investigação para propor uma solução que garantisse um trabalho cotidiano que seguisse os princípios propostos por eles, tanto de organização quanto técnico-filosóficos, ligados à agroecologia e permacultura. Como a maioria das pessoas deste grupo tinham outras atividades profissionais e, em geral, disponibilizavam apenas os finais de semana para dedicar à horta, propuseram que a mesma tivesse um zelador permacultor.

Nesse modelo do zelador permacultor a gente pensava que essa pessoa teria um treinamento,

uma capacitação pra gerenciar em comum, assim a coisa. [...] E essa possibilidade de essa pessoa receber e até a forma que ia ser captado o recurso pra esse salário, seria uma forma de participação da comunidade na horta. Pessoas que não tem tempo poderiam participar com 5, 10 reais. A gente ia criar uma série de formas pra captação, que faria as pessoas se sentirem participantes da horta mesmo que não tivessem participado lá em algum momento de plantio e tal, mas colaborariam com a horta financeiramente, teriam o seu vínculo. [...] Aí foi descartada (a ideia do zelador permacultor). Tava bem próxima, tinha um grupo de empresários [...] que tavam bem a fim de colaborar, de participar e tal. Inclusive alguns ainda colaboraram individualmente, assim, com os eventos. Tava muito próximo, assim, mas também não queriam – no nível empresarial, de marketing -, não queriam ficar no meio de conflito, quando eles começaram a ver que não tinha uma coesão (E3).

Com o projeto do zelador permacultor não se estabelecendo e com o enfraquecimento dos mutirões, houve outras tentativas, por parte do G1, de organizar o trabalho cotidiano:

Então na época a gente tentou. Porque as pessoas chegavam e não sabiam o que fazer. Tinha muito isso também, o voluntário chegava lá e não sabia o que fazer se ele chegasse numa hora que não tivesse ninguém, nenhum de nós lá. Senão a gente já dizia logo o que tem que fazer. [...] Aí a gente resolveu fazer as placas. Fazer as placas pra poder avisar as pessoas pra não arrancar as mudas, pra não jogar lixo e pra identificar o que era o que ali das hortas, pra identificar as partes onde era pra jogar os resíduos de compostagem, onde era a parte pra jogar os resíduos de poda. [...] Mas tinha lá avisando que o dia do mutirão era no fim de semana, que era o horário que o pessoal aparecia. Quem aparecia nos horários diferentes tinha essa coisa assim, ‘se você apareceu aqui num outro horário, favor regar as plantas. Se quiser tirar um matinho, se quiser plantar alguma

coisa, pergunte antes', porque tinha a coisa das misturas de planta. Daí a gente deixava um aviso assim. Tinha uma ideia tudo da gente colocar um painel e fazer uma prancheta, mas a gente não chegou a executar mesmo isso, a organizar nesse ponto. A organização era bem geral mesmo (E6).

Figura 16: Placas.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Figura 17: Placas.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

A controvérsia entre diferentes princípios de organização é representada, por um lado, pelo G1, que buscava adaptar as atividades para que fossem executadas de forma coletiva, não tão preocupados com os resultados de produção e, por outro lado, pelo G2, que dava prioridade à realização das atividades de forma que garantissem um volume de produção, mesmo que feito de forma mais centralizada. As situações de prova abertas por esta disputa – em relação à relevância dos mutirões como forma de organização do trabalho e em relação ao projeto do zelador permacultor - permearam, portanto, as escolhas em relação às formas de organizar as atividades necessárias para construir e manter a horta. Um primeiro marco estabilizador destas situações de prova se deu por meio da criação de normas em relação ao funcionamento da HC, que se materializaram por placas explicativas distribuídas pelos espaços da horta, conforme apresentado pelas Figuras 16 e 17.

A manutenção do engajamento dos voluntários e obtenção de recursos materiais para o desenvolvimento da HC também foram questões que geraram ações por parte do G1 nesta primeira fase da horta:

Nós fizemos várias tentativas, porque surgiram, assim, movimentos de descontentamento. Ou um sabia mais que o outro, ou um tinha uma ideia diferente. E como a gente não tinha um líder em que a gente tenha delegado a este líder, tenha chegado a esse consenso, a gente fez várias reuniões pra tentar esquematizar algumas coisas e até ir atrás de recursos, que a gente tava esbarrando num ponto que era, ‘pô, precisamos de água, precisamos de luz, precisamos de uma mangueira, precisamos disso’. O mínimo que a gente tinha, a gente tinha que ir atrás de recursos. E como ir atrás de recursos? Precisamos de um CNPJ. Precisamos virar uma ONG, uma OSCIP, ou o que quer que seja. Então a gente fez tentativas. Mas como cada um tem também o seu tempo de trabalho fora da horta, a gente não conseguiu ir muito adiante. Fizemos vários momentos, assim, de jogos de transformação, tentando meio que amenizar esses ânimos, mas não foi muito pra frente (E9).

Durante o primeiro semestre de 2016, após uma discussão em uma reunião, houve uma primeira ruptura entre os voluntários. A partir deste momento, alguns membros foram se afastando da horta e novos membros foram se aproximando, o que causou mudanças na dinâmica de organização das atividades, conforme relatado por uma das voluntárias que fazia parte do G1 e se afastou da HC neste período:

A gente pensou em várias coisas, mas a gente não teve tempo mesmo de botar nada (em prática). Foi pouco tempo, assim. A maior parte do tempo foi construindo os canteiros e, na hora que os canteiros tavam pra ficar prontos e que a gente ia começar a organizar essa parte, teve a ruptura, né? E aí não teve tempo de a gente chegar e conversar. Mas enquanto a gente tava trabalhando a gente ficava conversando. “Como vai fazer para os voluntários saberem o que fazer?”, ‘ah, a gente

pode pôr uma prancheta, pode pôr isso’. ‘Ah, mas se chover?’’. A gente ficava sempre com as ideias, né? E sempre nessa coisa de conversa mesmo, qual que é a ideia que um trás o outro trás. Nunca era uma coisa de um manda e o outro obedece. Mas aí a gente saiu e não chegou a implantar nada. Ficou só na conversa. Então, essa parte da organização acabou ficando na teoria. A gente não conseguiu fazer nada. Na hora de implantar a gente já não tava lá pra saber o que dava certo ou não (E6).

4.2.2 Expansão e desenvolvimento

Ao longo de 2016, com a saída de alguns dos voluntários que participaram da fase anterior e a chegada de novos participantes, a horta teve um novo impulso e os projetos de construção dos canteiros ganharam uma nova cara: a construção do canteiro em forma de avião foi finalizada, porém, foram construídos diversos outros canteiros elevados - agora em linha reta - e feitos plantios em diversas partes do terreno, o que demonstra uma maior influência do G2, que buscava seguir princípios técnico-filosóficos de uma agricultura tradicional, o que se refletia nas escolhas estéticas.

Figura 18: Canteiro em forma de avião.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Para alguns voluntários que faziam parte do G1, que participaram da fase anterior e davam destaque para importância da finalidade pedagógica da HC, num sentido de espaço de convivência e troca de

conhecimento entre os participantes, houve uma mudança radical na horta, pois o G2, que ganhou maior força nesta fase, deu importância especial para uma nova finalidade que a HCP assumiu a partir deste momento, a de produção de alimentos. Uma das voluntárias do G1 descreve esta transformação na dinâmica da HC: “[...] eu já senti uma coisa, assim, que mudou de uma semana pra outra. Mudou de uma coisa compartilhada pra uma coisa, assim, ‘vamos produzir, vamos produzir’. Foco na produção” (E9).

Figura 19: Canteiro elevado com plantio de hortaliças.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Figura 20: Canteiro elevado com plantio de hortaliças.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

As mudanças ocorridas foram motivo de afastamento de algumas pessoas do grupo inicial da horta, em especial do G1:

[...] aí tomou outra cara, a horta tomou uma outra cara. E a gente tentou resgatar, o grupo inicial, [...] e que aí as pessoas iniciais perderam a vontade de participar por uma coisa, assim, de ‘eu mando e você faz’. E aí parou aquela coisa de que ninguém mandava ninguém. Mudou a cara da horta. Eu tentei vir aí algumas vezes, mas eu senti uma coisa, assim, não me senti à vontade. Porque eu vinha ali doar o meu tempo, né? E saía sempre menos do que eu chegava. Isso era... no começo era o contrário. Eu levava pra casa alguma coisa boa. E passado esse tempo, essa mudança, eu ia pra casa, assim, e falava, ‘pô, será que eu volto?’, sabe? ‘Será que eu preciso voltar?’. Porque eu tenho a minha horta em casa. [...] Mas eu fiquei meio desgostosa com essa coisa de ter alguém mandando. E, assim, não foi uma coisa construída em conjunto, né? (E9).

Esta nova fase foi marcada por uma estabilização das situações de prova geradas pela controvérsia em relação aos princípios de organização, perdendo a ênfase de um modelo mais participativo para um modelo mais centralizado, com a figura de um coordenador da HC, um senhor aposentado que tinha disponibilidade de passar o dia na horta. Segundo o E3, um dos voluntários do G1 que se afastou da horta neste período, “pararam logo em seguida a questão de mutirões. Eles optaram que era uma escala (de trabalho). Era outro tipo de convocação da comunidade”.

Essas transformações tiveram expressões materiais na forma da comunicação com os visitantes nas placas instaladas na horta. Se na fase anterior, como demonstram as Figuras 14 e 15, as placas instaladas na rua e dentro da horta tinham um tom de convite à participação, nesta fase as placas e pinturas nos canteiros assumiram um tom mais restritivo, como demonstra a Figura 21.

Figura 21: Placa em canteiro elevado.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

As primeiras vezes que participei da horta como voluntário foram neste período. A dinâmica de participação para novos voluntários dependia, em geral, de encontrar alguém na horta para descobrir as atividades que precisavam ser feitas no dia, conforme a situação descrita abaixo:

Cheguei na horta e encontrei um senhor com a camiseta de voluntário conversando com uma visitante. Interrompi a conversa dizendo: “Opa, bom dia, vim para dar uma mão na horta”. O senhor olhou para mim e disse “Opa, que bom!”, com um ar de alívio. E já começou a dizer para a visitante que o acompanhava: “viu, é assim que funciona, o pessoal chega e vai se ajudando quando dá” (Diário de campo, 29/06/17).

Este período foi marcado pela consolidação da prática de produção de alimentos. E no primeiro verão, entre 2016 e 2017, a horta teve a sua primeira grande produção:

A produção foi linda. [...] A horta era pra ser só o avião, o cara fez como se fosse mais uns 2 aviões daquele e plantou muita coisa. Então colheu muito tomate, muito pimentão, muita mandioca, melancia, melancia gigante, abóbora gigante. Então, uma produção incrível de alimentos, sem veneno, com muito composto orgânico, alimento orgânico (E1).

Figura 22: Produção no canteiro em forma de avião.



Fonte: Jornal Hora de Santa Catarina (Felipe Carneiro – Agência RBS), 2017.

Se a controvérsia em relação aos princípios de organização se estabilizou por um período, a controvérsia entre os princípios técnico-filosóficos a serem seguidos permaneceu, gerando novas situações de prova. Apesar de o G2 ter ganhado um maior espaço de influência nas decisões da horta, o G1 se manteve com pessoas que fazia um esforço constante para que princípios de agroecologia e permacultura fossem seguidos, como na situação descrita abaixo sobre o processo de implantação do consórcio de espécies, técnica bastante difundida pela agroecologia por proporcionar uma maior resistência das plantas em relação a pragas e mudanças ambientais por conta da diversidade de espécies reunidas:

Porque, logo no começo, como tinham algumas pessoas muito mais antigas, assim, que trabalhavam, sei lá, a ideia deles era monocultura. Não tinha como a gente virar e falar assim, ‘não, vamos fazer plantio consorciado’. Foi uma coisa que demorou muito pra eles entenderem. [...] a

gente foi uma vez fazer uma visita de campo lá no Ratonos nuns sítios que faziam plantio consorciado pra eles verem que era possível. E aí a gente começou, a gente conseguiu abrir a cabeça deles pra fazer uma coisa diferente. Então, foi legal, assim, fazer um intercâmbio de ideias porque, apesar de ter todo o conhecimento que eles tinham, a gente tinha mais a ideia da agroecologia, então a gente foi trocando, né? E aí começou o plantio consorciado. Aí entrou em outra fase (E11).

Esta controvérsia entre uma visão tradicional de agricultura e uma agricultura que segue princípios da agroecologia e da permacultura se expressava na forma de se relacionar com os elementos não-humanos que compunham o espaço da horta e aparecia nas situações mais variadas, indo além das situações de escolha em relação às técnicas de plantio. Em uma das anotações do diário de campo, registrei uma cena que ilustra como essas diferentes visões se chocavam no cotidiano da horta. Durante uma atividade em que eu e mais dois voluntários estávamos movimentando restos de madeira de um espaço para o outro, enquanto outros 5 voluntários estavam fazendo uma limpeza nos canteiros, aconteceu a seguinte situação:

No meio da atividade, o voluntário 1 (V1) para e nos chama para ver algo. Tinha uma jararaca filhote hibernando entre as madeiras, o V1 mexe um pouco nela com um pedaço de pau e a cobra permaneceu imóvel, dura por alguns instantes. Parecia morta. O V2 gritou chamando a V3 – ela é bióloga e já trabalhou com cobras – ela entende na hora o chamado e grita de volta “cobra?”, enquanto corre em direção ao local. Todos ficam agitados e em instantes o grupo todo está em volta da cena da V3 tentando pegar a jararaca com dois pedaços de pau e botando em um balde para transportá-la para outro local. O V1 e a V4, que são voluntários mais assíduos da horta, estavam preocupadas com o alarde e comentaram que se os senhores mais velhos estivessem lá eles iriam querer matar a cobra, coisa que eles queriam evitar. E justamente, durante a cena, chega um dos senhores, o V5, e começou a falar para matá-la. A V3 e o V1 falaram que não, que iriam transportá-

la para outro lugar. O senhor insistiu, falando do perigo daquela cobra e contanto a história de um amigo que foi picado por uma jararaca durante uma pescaria e ficou dezenove dias no hospital. Neste momento, começou um debate em torno da questão de que destino dar àquela cobra. De um lado, os jovens dizendo que não a matariam, utilizando argumentos baseados em conhecimento biológico e de respeito à vida, do outro o senhor dando exemplos do mal que aquela cobra poderia fazer, mesmo em outra parte do parque, podendo picar o gado que circula pela área ou cachorros. Como o senhor estava sozinho, ele desistiu da disputa e se retirou. Todos foram se dispersando e a V3 discretamente se afastou com o balde e liberou a cobra em local afastado da horta (Diário de campo, 06/07/17).

Em paralelo às atividades da horta, o pátio de compostagem seguia uma dinâmica diferente, pois, durante a primeira fase e por parte da segunda, foi administrado por uma empresa que tinha um acordo de parceria com a HC, conforme descrito pelo responsável pela operação da compostagem neste período:

Eu sempre me mantive à parte da horta, porque eu ficava na parte só, responsável e focado na parte da compostagem, tratando os resíduos dos moradores da comunidade com entrega voluntária e tratando os resíduos dos meus clientes, que são restaurantes aqui do bairro. Isso tudo num acordo, né, dentro de um acordo inicial onde a minha função era essa, a minha função era ser responsável pelo pátio de compostagem. E a minha contrapartida era ensinar, como uma área pedagógica também de ensinar a fazer compostagem – sempre tive oficina permanente de compostagem pros voluntários – e também eu doava todo o meu composto. Então, todo o composto que eu produzi lá, que foram mais de 100 toneladas (de resíduos) tratadas ficou pra comunidade, ficou pra fazer a horta comunitária. [...] A gente tinha uma meta. Nós começamos com 10 famílias, 10 baldinhos, e a gente queria chegar a 100 em 1 ano. E a ideia era 200 até o fim

do projeto. Assumir 200, 250 famílias. E a gente atingiu isso, 100 famílias durante 1 ano (E1).

O pátio de compostagem e PEV foram instalados inicialmente em um espaço próximo aos primeiros canteiros elevados, mas, com o crescimento da horta e o posterior cercamento da divisa da área da horta com a estrada de chão batido que vem de uma das ruas principais do bairro e adentra o parque, o pátio de compostagem e o PEV foram transferidos para o lado de fora da área delimitada para a horta. De um lado desta estrada havia a entrada para o espaço fechado da horta e do outro um espaço com vagas para carros, onde, ao lado, tinha um ponto de coleta dos resíduos orgânicos. Atrás do ponto de coleta, ficavam as leiras de compostagem, que são pilhas alongadas onde os resíduos orgânicos são depositados e cobertos com serragem e palha¹⁰.

Figura 23: PEV de resíduos orgânicos.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

¹⁰ A HCP utiliza o método de compostagem termofílica em leiras estáticas com aeração passiva. Para mais informações, ver o manual de orientação elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, Cepagro e Sesc/SC intitulado “Compostagem Doméstica, Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos” e disponível em:

http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80058/Compostagem-ManualOrientacao_MMA_2017-06-20.pdf.

Figura 24: Placa com as regras do PEV.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

O processo da compostagem funcionava da seguinte forma nesta época: os moradores do bairro deixavam seus baldes com resíduos orgânicos e levavam para casa baldes limpos. Cerca de uma vez por semana os voluntários da horta abasteciam uma das leiras com os resíduos disponíveis. No processo de compostagem termofílica, que é o utilizado no local, o resíduo leva aproximadamente seis meses para completar o processo e se transformar em adubo. Assim, uma leira pode ser abastecida uma vez por semana, por cerca de dois meses, até chegar no tamanho limite, e então fica em descanso por mais quatro meses até ser reaberta e seu composto ser usado como adubo nos canteiros.

Figura 25: Leira de compostagem sendo abastecida.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Figura 26: Leira de compostagem sendo coberta com palha.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

No dia 6 de julho de 2017 registrei, no diário de campo, a minha primeira experiência de participação no abastecimento de uma leira de compostagem:

Fizemos o processo de abastecimento da leira em quatro pessoas. [...] O processo é realmente trabalhoso e envolve diversos detalhes. Primeiro se abre a cobertura superior de palha da leira e puxa para a parede lateral. Esta palha que estava na parte superior passa a fazer parte da estrutura lateral da leira, o que é importante fazer de maneira adequada para não deixar espaços abertos – o que pode facilitar a entrada de animais indesejados ou a liberação de mal cheiro. Em seguida, o resíduo antigo que está coberto com serragem dentro da leira é revirado com um garfo forçado e, então, os resíduos dos tonéis começam a ser trazidos com um carrinho de mão e são tombados por cima. Este material é misturado novamente com os garfos forçados e recoberto com uma camada de serragem. Por fim, mais palha é trazida com carrinho de mão, de um monte que fica próximo da leira, e a leira finalmente é coberta. [...] A primeira sensação que tive ao colocar os resíduos dos tonéis dentro da leira foi de nojo. Aquele material todo orgânico sendo despejado soltava um odor forte, somado aos sons do líquido acumulado dentro dos tonéis sendo despejados. É um processo realmente diferente de relação com o alimento, pois geralmente nos “livramos” dele no momento em que o colocamos na lata de lixo, em casa. Ali eu estava revendo este material, já em processo de decomposição, e tendo um contato diferente com ele. Ao mesmo tempo, a sensação de saber que aquele material, que poderia estar indo para um aterro sanitário, seria re-aproveitado e tem um papel essencial para as plantas da horta, traz a ideia de que aquele esforço faz sentido (Diário de campo, 6/07/2017).

A sensação de nojo que descrevi, em relação ao material em decomposição, é comum e gera muito preconceito em relação à prática da compostagem de resíduos orgânicos, muitas vezes por falta de conhecimento da segurança que a técnica de compostagem termofílica

traz em relação ao mal cheiro e à geração de vetores de doenças. A consolidação desta prática foi um passo importante para o desenvolvimento da HCP, pois, além de representar uma retomada do projeto Beija-flor e a superação de pré-conceitos em relação à compostagem, consolidou o objetivo inicial de engajar os moradores do bairro no processo, que passaram a separar os seus resíduos orgânicos e levar até o PEV:

Provamos que o sistema termofílico de leiras nossa de compostagem, da UFSC, que chama o modelo UFSC, esse modelo ele não tem cheiro. [...] Então é motivo de orgulho pro Campeche, haja visto que, volto, é uma continuidade do projeto Beija Flor de 87, na nossa concepção. Claro, deixar bem claro aqui, a compostagem ela recebe – diferente de qualquer outro lugar – ela não busca o orgânico. Nisso que tá o maior motivo de orgulho da horta e tudo mais: as pessoas levam lá o seu material (E2).

Em outubro de 2016, a empresa responsável pela compostagem se retira do projeto, após ter estruturado o pátio de compostagem e ter treinado os voluntários da horta na atividade.

Daí ficou só a AMOCAM funcionando junto com a Intendência, que dava as máquinas, a AMOCAM fazendo a parte da horta e da compostagem, junto com a comunidade. Foi bem legal, ficou bem forte, construíram o barracão, tinha festa de aniversário, tinha festa de celebração, assava tainha, fazia churrasquinho, era bem legal. Bem legal, ficou bem bonita a horta, bem produtiva (E1).

Entre 2016 e 2017, além do estabelecimento da compostagem de resíduos orgânicos e da produção de alimentos como práticas da HCP, a prática de reflorestamento da área destinada ao PACUCA com árvores nativas também começou a ser desenvolvidas por voluntários do G1:

Nós chegamos a ter um viveiro, lá dentro, um viveiro gigante de mudas de árvores com mais de 200, muito mais de 200 mudas de árvores, consolidadas já. Centenas de mudas em

crescimento, tudo. [...] Tinha um grupo grande que era simpático a isso. Foram trazendo. Tinham em casa. Tinha feito uma mudinha de abacate – aquela mudinha caseira que faz de abacate do quintal, uma muda de ameixa ou de laranja -, foram trazendo, foram trazendo e no fim nós tínhamos ali um espaço grande. A gente chegou a ter um viveiro fechadinho com (tela de proteção) sombrite e tudo, né? (E4).

Figura 27: Viveiro de mudas de árvores nativas.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

As mudas produzidas no viveiro eram utilizadas para o reflorestamento da área destinada ao PACUCA, prática que passou a ser realizada por meio de mutirões que ocorriam regularmente.

Por isso, eu era de um grupo que defendia que, pra real ocupação da área e pra conservação da área, o plantio de árvore [...] E, aos poucos, em questão de 5 anos, 4 anos, nós estaríamos com parte da área já reflorestada. Algumas árvores que eu consegui plantar ali no período, nativas, resistiram. Tão ali. A prova de que, como elas são nativas, como elas são do local, elas têm uma resistência maior (E4).

Outro destino dado às mudas de árvores produzidas no viveiro foi o plantio de árvores, em consórcio com outras espécies de ciclo curto, em uma área com SAF que, em 2016, foi desenvolvida no local que havia sido planejado para ter o SAF na primeira fase da horta. Esta transformação material fez parte de um esforço feito por alguns voluntários do G1 para fortalecer e dar novos sentidos à finalidade pedagógica da horta por meio da demonstração de diferentes técnicas de produção de alimentos para os visitantes que vinham até a horta.

Figura 28: Manutenção e ampliação da área do SAF.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

Uma das práticas desenvolvida por voluntários do G1 que ganhou espaço, a partir de 2017, também na busca de fortalecer o caráter pedagógico da horta, foi a realização de oficinas abertas à comunidade.

As oficinas tratavam sobre temas como o uso de sais aromáticos na culinária, sobre plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), compostagem: “a gente começou a fazer as oficinas abertas pra comunidade. Oficinas diversas assim, né? [...] Teve uma oficina também sobre répteis e anfíbios, porque as pessoas às vezes têm medo de cobra e não sabem como proceder. Então a ideia dessa oficina era um pouco isso. Foi a primeira” (E7).

Figura 29: Oficina sobre plantas alimentícias não convencionais (PANCs).



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

Figura 30: Oficina sobre Compostagem.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

Figura 31: Oficina sobre Compostagem.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

As oficinas, além de serem um momento para troca de conhecimentos, tinham um caráter importante de chamar as pessoas para vir à HC e se engajar na iniciativa:

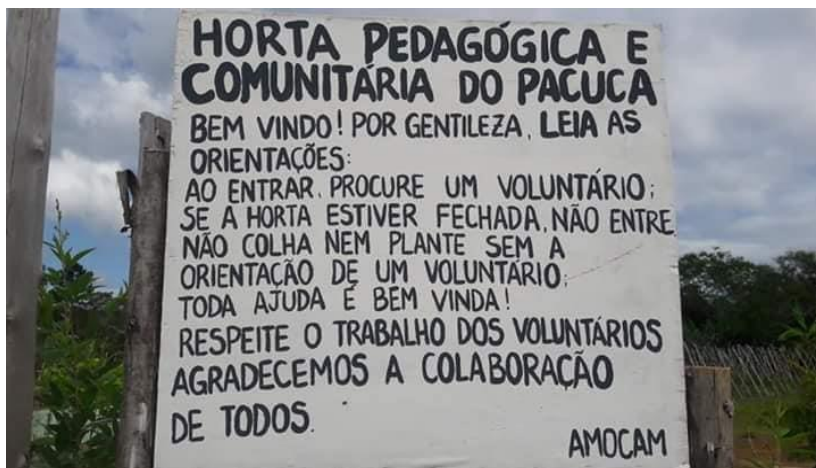
Principalmente como ferramenta pra trazer os voluntários, sabe? Porque é difícil tu ter voluntários assim, assíduos. Então, quanto mais voluntários, melhor, porque aí tu não precisa da assiduidade de todos, né? Como tu tem muitos voluntários tu sempre tem gente ali participando. Então a grande missão lá era essa também, da gente conseguir ter um corpo considerável de voluntários que fossem tipo uma vez duas por semana. Já tava ótimo. Aí a gente ficava

revezando com o pessoal. A nossa tentativa era de chamar mais e mais voluntários (E7).

Estes esforços para chamar a participação da comunidade na horta se baseavam muito na intenção de alguns dos voluntários do G1 em fortalecer o caráter pedagógico da horta:

Pra mim a finalidade principal seria a socialização entre as pessoas, tipo, a conscientização do que é um alimento agroecológico, do que é agroecologia, tipo, a importância da agricultura urbana e comer alimentos sem agrotóxico, tipo, o bem que isso faz pra saúde. Então, por isso que a gente focava em oficinas e tal, e fazer compostagem, né, a questão da geração de resíduos. Tipo, cara, você vem aqui, joga os seus resíduos orgânicos e eles vão pra horta e viram alimento. Tipo, que incrível. As pessoas tem que saber que esse ciclo existe e que tá aqui do lado de casa e que você pode fazer parte disso. Então a finalidade pra mim era essa, era tudo isso. Nem que seja ensinar a pessoa a plantar um pezinho pra ela ir pra casa dela e plantar no jardim dela e começar a fazer a compostagem na casa dela. Era meio que pedagógica mesmo. Tanto que a história de horta pedagógica, o pedagógico entrou depois. Quando a gente começou a fazer as novas placas, a gente ‘não, vamos colocar que é a horta pedagógica e comunitária, porque a ideia é receber criança de escola’. É, a gente queria que isso fosse um projeto maior, sabe? Tipo, vamos trazer crianças porque, meu, a criança, se a criança se conscientizar disso ela vai levar pra casa dela e os pais dela vão acabar abraçando a ideia (E11).

Figura 32: Placa na entrada da horta.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

Com este interesse na ampliação da finalidade pedagógica da horta e alteração do nome da HC para Horta Comunitária e Pedagógica do PACUCA - como materializado na placa da Figura 32 -, passou a se estabelecer também a prática de receber a visita de estudantes:

Então, a horta acabou sendo uma horta pedagógica, pra que as pessoas pudessem conhecer, aprender, colher, ensiná-las a plantar. Várias escolas vêm visitar, creches, crianças desde os pequeninhos até os universitários. Vem aqui o pessoal da nutrição e outras especialidades. E aí sempre tinha alguém aqui pra tá conversando com eles e explicando que isso é uma horta comunitária, é voluntário, todas as pessoas que trabalham aqui são voluntárias, né? Esse é o objetivo da horta, trazer a comunidade pra desenvolver um trabalho, se conhecer e formar amigos (E12).

Figura 33: Visita de escola primária.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

Em meio ao desenvolvimento de todas essas práticas que foram se estabelecendo de forma paralela - produção de alimentos, compostagem de resíduos orgânicos, reflorestamento da área destinada ao PACUCA, realização de oficinas, recebimento de visitas de estudantes -, os voluntários tiveram que lidar com desafios relacionados à distribuição dos alimentos produzidos:

Na verdade, no início da horta quase ninguém pensou – isso é natural -, quase ninguém pensou no que fazer com a produção. Era o lúdico de plantar, de ter a horta bonita e tudo. Mas chega uma hora que, fazer o que? O que vai fazer com esses 100 pés de alface, com esses 200 pés de

rúcula, de rabanete, de... tem que dar destino pra isso. Então, no começo, o pessoal da horta levava, os participantes levavam, né? Que eram um grupo maior. Então tinha destino pra aquilo ali. A produção era consumida por quem participava, pelos familiares. Alguém levava pra casa 5 pés de alface, 10 chuchus, enfim, e tinha como distribuir porque o grupo era maior. Esse grupo foi diminuindo e a produção contínua mais ou menos no mesmo ritmo. Daí começa essa necessidade (E4).

Figura 34: Produção em canteiros elevados.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

Figura 35: Roça de milho.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

A fala da E11 explica algumas das dificuldades enfrentadas com a distribuição de alimentos naquele período:

No começo não tinha regra nenhuma. Era bem livre, as pessoas entravam e pegavam ou pediam e era tranquilo. [...] A horta ficava aberta, as pessoas entravam a hora que elas quisessem. Tipo verão, assim, bombava de visita, sabe? E aí a gente tinha época que tinha muita produção, então não tinha por que não dar as coisas, sabe? Quando tinha pouca coisa a gente falava ‘ah, então, a gente dá preferência pras pessoas que trabalham aqui’, e tal, mas a pessoa nunca saía sem nada. Só que isso era uma visão muito individual, assim. Cada um achava uma coisa. E não tinha uma regra coletiva do que vamos fazer com isso. Todas as vezes que a gente tentou falar sobre isso não dava certo, porque tinha gente que achava que tinha

que ter dia de colheita, 'ah, terça e quinta de tal hora a tal hora, porque aí a gente tá preparado pra receber as pessoas'. Aí tinha gente que vinha e ganhava um monte de coisa porque era conhecido de alguém. E tinha outros que eram meio que maltratados. Então vira uma puta de uma confusão essa história de dar as coisas (E11).

A falta de regras claras sobre a distribuição dos alimentos produzidos gerou todo tipo de atitude por parte das pessoas que vinham visitar a horta e os voluntários, de forma geral, se sentiam desrespeitados por certas atitudes:

As pessoas que entram e colhem sem cumprimentar ninguém, né? Essa é a questão mais difícil, lidar com as pessoas. As pessoas confundem muito as coisas, assim, não tem um senso de coletividade. Isso é muito difícil porque a horta é um espaço comunitário, todo mundo pode entrar aqui, pode conhecer, pode colher, desde que não seja uma coisa imposta né, 'vou entrar porque é comunitário, tenho direito'. A vida não é feita só de direitos e sim de direitos e deveres. E respeito às pessoas que trabalham aqui, todos que estão aqui são voluntários. Então, a gente teve muita dificuldade pra lidar com isso, assim. Tem gente que reclamava, porque tava todo mundo trabalhando e a pessoa entrava com uma sacola, ia lá no canteiro, colhia e nem cumprimentava. É uma coisa muito chata né, porque a gente não tá trabalhando pra alguém, a gente tá trabalhando pra comunidade. É legal tu conhecer, tu saber a hora de colher, a hora de plantar, se informar. As pessoas sempre que vêm aqui, quando tem coisas, não saem de mãos vazias. Mesmo que seja a primeira vez que venha, a gente sempre divide as coisas que têm aqui. Mas desde que tenha um respeito com as pessoas que trabalham no espaço. E a gente passou por bastante dificuldades, pessoas que entravam à noite com o carro pra colher as coisas enquanto não tinha ninguém, esperavam escurecer pra fazer isso. Destruíram um canteiro de beterraba inteiro. No outro dia a gente chegou tava tudo no chão,

porque não tava na época de colher. Tu colhe à noite e tu não vê, né? E aí tava todo o canteiro destruído assim. Então a horta passou por algumas dificuldades, assim, nesse sentido (E12).

Nessas situações de “desrespeito ao trabalho dos voluntários”, havia uma controvérsia, expressa pelo choque de diferentes expectativas normativas sobre como reagir a determinados acontecimentos. Para o G2, como descrito no seguinte trecho do diário de campo, situações deste tipo tinham que ser correspondidas com atitudes de vigilância:

Terminamos o trabalho antes das 11h, eu e o V1. Guardamos as ferramentas e demos uma volta pela horta para ver como estavam as plantas. [...] Em seguida, quando o V2 chegou na horta, estávamos andando pela horta juntos, eu, o V1 e o V2, e o V2 fez diversas reclamações sobre a quantidade de verduras que alguns visitantes levam – como um senhor que costumava levar 7 pés de alface quando vinha na horta – ou a forma que colhem, que muitas vezes mata a planta – como o brócolis que encontramos pelado, somente com o cabo central e cortado ao meio. Sobre o brócolis, o V2 ficou muito bravo. Disse que sabia quem fazia isso e que era um senhor que ia cedo na horta para colher: “mas eu vou pegar ele, vocês vão ver. Vou vir um dia e ficar sentadinho esperando pra pegar ele fazendo isso” (Diário de campo, 29/06/17).

Para este grupo de voluntários, representado pelo V2 no trecho descrito acima, a situação do brócolis colhido de manhã cedo ou da beterraba colhida durante a noite eram consideradas “roubo”, o que era um motivo de tensão, pois buscavam evitar de todas as maneiras que este tipo de situação voltasse a acontecer. Já para o G1, este tipo de situação não deveria ser um motivo para criar conflitos com as pessoas da comunidade que descumpriam as regras da horta, mas sim como um indicativo da importância de um trabalho pedagógico com a comunidade para que as pessoas aprendessem a conviver naquele espaço comunitário de forma respeitosa:

Tipo, na minha concepção, uma horta comunitária tá aberta a isso. Porque às vezes a pessoa não

roubou. Às vezes ela foi à noite porque é o único horário que ela podia ir, e não tinha ninguém lá, entendeu? E, tipo, a nória deles era tão grande de produzir, produzir, produzir, e aí tinha tanta coisa, que depois não tinha pra quem dar. Tipo, se roubassem, qual o problema? Faz parte, entendeu? E aí eles tinham meio que pegar - porque as alfaces tavam crescendo demais, não sei o que -, pegar, sair correndo, doar, [...] entendeu? E aí virou uma coisa meio que, tá, vamos produzir, produzir, produzir, produzir, tá, pra sair doando por aí. Sendo que a ideia era meio que atender a comunidade, e a própria comunidade não tava sendo atendida, porque eles botavam pra correr o povo que ia ali. Então, não tinha uma coisa meio que de educação das pessoas, conscientização de que que era aquele espaço, de ensinar como colher, de fazer as pessoas darem valor pra aquilo, sabe? (E11).

A fala da E6, que fazia parte do G1, relata o choque de visões em relação às situações de roubo:

Eles tinham medo também, como eles tinham uma produção muito grande – esse foi outro problema -, eles tavam com medo de alguém chegar ali, tirar um canteiro inteiro na noite e vender em outro ponto, entendeu? Fazer dinheiro com isso. Que não era pra acontecer uma coisa dessas. Mas, podia acontecer? Talvez pudesse, né? Mas quem ia fazer isso? Não é quem tá precisando de um dinheiro de repente? Ele não ia conseguir fazer isso sempre. Mas se ele de repente tava lá precisando, não tinha o que comer em casa... [...] sabe, assim? Essa discussão nossa que sempre gerou, assim. Tá, a pessoa vem aqui e pega a mudinha. Mas é porque ela tá plantando na casa dela. [...] Então, a gente tinha essa outra visão, é um outro jeito de ver a realidade que não tinha deles, assim. Eles achavam que era falta de educação, que eles tavam abusando, que era o trabalho deles. Entende, assim? Era outra maneira de ver a situação. Não tem nem como discutir, né?

A necessidade de distribuir os alimentos produzidos na horta em meio a esta controvérsia entre diferentes princípios de organização gerou uma situação de prova que gerou algumas ações como tentativa de estabelecer acordos a respeito da organização das atividades relacionadas aos visitantes:

Então pra nós organizarmos isso foi feito plaquinhas pras pessoas chegarem e se encaminharem aos voluntários. Aí depois teve camiseta pra diferenciar quem era voluntariado do PACUCA. Então, tinha uma organização, mas não tinha uma... teve vários momentos de reuniões pra organizar, pra fazer essas planilhas que a gente dizia. Pra dizer 'olha, tal dia, tal horário', pras coisas ter horário de receber as pessoas. Não qualquer hora de qualquer jeito. Então, a gente tentou fazer isso, mas não funcionou. Funcionava um pouco, mas aí mudava porque alguns dentro mesmo não seguiam (E1).

Figura 36: Placa com regras da horta.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

Houve também tentativas de fazer reuniões para coordenar as ações cotidianas de manutenção da horta:

Funcionou, mas era bem difícil porque, tipo, ‘ai, vamos fazer uma reunião e discutir tal coisa’. Rolou, tipo, duas reuniões. Nunca mais rolou reunião. Então aí as coisas eram no grupo (de whatsapp). E eu tentei fazer um mural lá. Eu comprei um quadrinho pra deixar pra, tipo, as pessoas escreverem, no dia tal, o que foi feito, o que precisa fazer, pra quem chegar lá depois saber, ou virava um auê. [...] E muita gente falou ‘pô, eu chego aqui e não sei o que eu faço’. Aí o quadrinho sumiu dois dias depois. Não sei o que aconteceu. Sumiu. Aí tentei deixar uns bilhetinhos num isopor lá. Comprei um isopor e falei. Ninguém fazia. Aí no grupo (do whatsapp) não rola essa comunicação do que era pra fazer, rega

não rega. Era só umas falações que às vezes nem precisava falar por ali, aí discutia (E11).

Figura 37: Mural.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2017.

A controvérsia entre diferentes expectativas normativas quanto aos princípios de organização a serem seguidos apresenta desfechos similares nas tentativas de coordenar as ações descritas acima. Tanto na tentativa de coordenar as ações de relacionamento com os visitantes quanto na organização da dinâmica das atividades entre os voluntários da horta, as tentativas de estabelecer regras surtiram pouco efeito. Para Friedberg (1992), dentro dos jogos em torno das regras e em torno das formas que fazem parte do cotidiano de toda organização, uma regra sem uma ligação de força que a sustente torna-se vazia e abre espaço para a ação política no sentido de destruí-la desde o momento que é fundada.

Para a E11 a falta de diálogo entre os voluntários a respeito da importância que cada um dava às finalidades da HC era um dos fatores que dificultava um alinhamento mínimo em relação aos princípios de organização a serem seguidos:

[...] Eu acho que cada um tinha uma ideia. Por isso que eu insistia na tecla de que a gente tinha que fazer reunião pra alinhar ideias, entendeu?

Alinhar expectativa, objetivo, o que que a gente tá fazendo lá, se a gente tá remando pro mesmo lado ou tá cada um remando pra um lado diferente. Que depois, era essa a ideia que eu sentia, que cada um tava indo pra um lado diferente. Cada um tinha uma ideia do que era a horta e a gente não parava pra sentar e conversar sobre isso. Fala qual que é a sua ideia, e a sua. Tipo, alinhar, sabe? E isso deu bastante confusão pra todo mundo, assim (E11).

As expectativas normativas em torno dos princípios de organização a serem seguidos se dividiam da seguinte forma: para o G1, com predominância de pessoas jovens e sem disponibilidade de estarem presentes na horta muitos dias da semana, havia uma preocupação em ter uma comunicação clara com os visitantes e com a comunidade em geral sobre a forma de funcionamento da horta, ter uma organização interna estruturada com planilhas, quadros, fazer reuniões, usar ferramentas como o whatsapp para trocar informações e decidir questões importantes sobre a horta. Já para o G2, composto majoritariamente por pessoas aposentadas com disponibilidade de estarem presentes na horta quase todos os dias, a relação com a comunidade e a organização das atividades cotidianas deviam acontecer de forma espontânea e serem planejadas no dia a dia, de acordo com as necessidades. As conversas entre estes voluntários sobre questões da horta aconteciam presencialmente ao longo do trabalho, como nesta situação que descrevi no diário de campo em que eu estava trabalhando junto com outros dois voluntários que faziam parte do G2:

Aparentemente as decisões sobre a utilização e manutenção dos espaços vão sendo tomadas de forma muito dinâmica e as pessoas vão assumindo responsabilidades e se encarregando delas. Ao longo do trabalho eles iam falando de várias atividades a serem feitas, perguntando a opinião um do outro e já dizendo como iriam fazer (Diário de campo, 21/02/18).

Segundo o E1, a HC “teve um auge de 2016 pra 2017, um auge bem legal, assim, bem forte. E depois decaiu bastante, por motivos mesmo do pessoal cansar”. O acúmulo de atividades e os desgastes nas relações entre os voluntários por conta de choques entre princípios que

guiavam as ações e as diferentes finalidades que grupos divergentes buscavam priorizar fez com que, entre 2017 e 2018, algumas pessoas fossem se afastando. A primeira ruptura foi em relação à prática de reflorestamento da área destinada ao PACUCA:

Porque aí teve, tinha gente que queria plantar mais muda, queria focar em plantar mudas, ter um horto de mudas, e aí plantar mudas de árvore, que era um futuro pro parque, e outras não, que não queriam saber de muda de árvore, queriam continuar plantando alface e rúcula e coisas que são horta, que são perenes pra ter na horta. Então também teve esse conflito, aí foi tirado o horto de lá (E1).

A questão de manter o horto (viveiro de mudas) estava vinculada a diferentes expectativas normativas sobre os tipos de práticas que a HC deveria priorizar para cumprir a finalidade de ocupação do parque, sendo que o G2 priorizava uma ocupação com impacto imediato, priorizando portanto a prática de produção de alimentos, e alguns membros do G1 defendiam a realização de ações que tivessem um impacto de longo prazo, dando ênfase à importância da prática de reflorestamento, como argumentado na fala abaixo:

Eu dizia pra turma ali que, no nosso caso, no caso específico do PACUCA, a horta, o alface, a cenoura, a beterraba, a couve, é muito bonito um canteiro cheio de couve. É muito bonito. Você vê depois de prontinho. Mas eu dizia que é efêmero, é uma coisa passageira. A alface tem 40, 50 dias de vida e pronto, se não colher ela perdeu. Por isso, eu era de um grupo que defendia que, pra real ocupação da área e pra conservação da área, o plantio de árvore. [...] E, aos poucos, em questão de 5 anos, 4 anos, nós estaríamos com parte da área já reflorestada. [...] Mas, infelizmente, por uma série de divergências, a ideia do plantio de árvores não foi aceita. Primeiro porque é alguma coisa de longo prazo, não é rápido que você planta uma árvore e vai ver ela crescer. Ela vai demorar 4, 5, 6, 8 anos. Mas vai estar ali. Vai te dar sombra pra você trazer família, pra você trazer criança, enfim. Eu defendia isso. E tentei. Mas,

como não foi aceito, entendesse? Continuo com as mesmas relações, mas eu me retirei, me retirei em função disso (E4).

Já a prática de realização de oficinas, que teve constância por um período de tempo, foi perdendo força, também por conta do afastamento dos voluntários responsáveis pela sua organização:

É que assim cara, o espaço ali, como ele é um espaço aberto e tu podia ir desenvolvendo coisas ali, né. Às vezes, assim, a questão do grupo sempre é muito complexa, né. Porque até tu conseguir realmente provar que aquilo ali é algo que tá sendo feito pra provocar uma reflexão na comunidade, não é simplesmente só uma horta pra ti participar, ir lá e levar os teus resíduos. É muito difícil, principalmente pras pessoas de duas gerações anteriores, assim, à nossa. Então é complicado, assim, tem uma resistência, assim, alguns. Mas, mesmo assim, a gente pegou e fez, porque a gente ia avisando, conversando com as pessoas, ‘ó, vai ter uma oficina aí tal dia, e tal, não sei o que, é interessante participar’. E aí tu vai convidando as pessoas que trabalham ali a conhecer e a ver que aquilo ali é importante pra horta, principalmente como ferramenta pra trazer os voluntários, sabe? [...] A gente foi muito... sabe como se diz, comendo mingau pelas beiradas. Porque já tinha um pessoal ali trampando. E como o negócio é, como eu tava falando, de autogestão, né cara, então tu tem que saber expor as coisas pras pessoas. Primeiramente as pessoas tem que te conhecer. [...] É a forma como chegar, porque são muitas pessoas, então, primeiramente, tu vai ter que ter uma mensagem universal pra todos e depois tu vai ter que conversar com cada um. Tu vai ter que ter um diálogo separado com cada um pra poder atender a interpretação que cada um deu sobre algo novo de se fazer na horta. ‘Ah, mas eu acho que não’, sabe? Isso era muito interessante porque construía, sabe? Às vezes até melhorava algo que ia acontecer. Mas é bem complexo cara, é bem complexo. Mesmo assim é desgastante tu

conseguir fazer isso, sabe? Mas, era um lugar que a gente tava trabalhando com gerações diferentes. Com o pessoal mais jovem era muito tranquilo de fazer isso, era muito ok. Mas com o pessoal mais velho ali já era um pouco mais complicado, porque a pessoa já acha que, ‘não, tem que focar nisso, tem que plantar lá logo, e tal, e pronto’. [...] Então, era muito complicado assim, sabe? (E7).

Estas mudanças foram resultado de situações de prova que aconteceram em relação à definição das práticas da HC. O fato da manutenção de determinadas práticas estar ligada ao engajamento de voluntários diretamente responsáveis pela criação e desenvolvimento destas práticas fez com que elas não se mantivessem quando estes voluntários se desvincularam da horta. A fala do E4 em relação à prática de reflorestamento da área destinada ao PACUCA e a fala do E7 em relação à prática de realização de oficinas destacam o fato de que estas práticas estavam sendo constantemente colocadas à prova por outros voluntários da horta, o que exigia uma justificação constante da sua importância, processo esse que em determinado momento se encerrou, após confrontações sucessivas, com a desaprovação da legitimidade destas práticas e dos protagonistas que as defendiam (CEFAÏ, 2011).

4.2.3 Estabilização das ações

A transição para a terceira fase da HCP resultou na estabilização de situações de prova abertas anteriormente e foi marcada por uma mudança material que ocorreu no início de 2018: a instalação de um portão com cadeado na horta. No trecho do diário de campo transcrito abaixo descrevo o primeiro contato que tive com o novo portão:

No final do dia, após o V1 ir atrás de uns pés de hora pronobis para pegar para duas voluntárias que tinham ajudado durante a tarde, fomos fechar a horta. Procurei os bambus que geralmente são colocados na horizontal para fechar a entrada, mas eles não estavam lá. O V2 ri e me mostra que agora tinha um portão de metal. Havia sido instalado um portão de uns 3 metros de altura que agora era fechado com cadeado – diferente de antes que qualquer um poderia abrir o portão de bambu facilmente. Ele me diz que é necessário,

pois era muito comum virem pessoas à noite e roubarem alimentos e plantas (Diário de campo, 06/03/18).

O espaço da horta havia sido delimitado com uma cerca de bambu desde 2016. As principais justificativas eram as de delimitar a área e de proteger a horta do gado que é criado no parque e não de impedir a entrada de pessoas, pois, como descrito acima, o portão de bambu era facilmente aberto.

Figura 38: Construção da cerca de bambu.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2016.

Figura 39: Portão de metal com cadeado.



Fonte: Foto tirada pelo autor, 2019.

Já no início de 2018, com a instalação do portão de metal com cadeado, o portão assumiu um novo papel, o de restringir a entrada de pessoas à horta. A principal justificativa para colocar um portão com cadeado era a de “evitar os roubos” e as “situações de desrespeito” que vinham acontecendo na horta:

Porque o portão tando aberto sempre vinham, as pessoas entravam né? Infelizmente a gente teve que fechar. Infelizmente a gente teve que colocar um portão porque as pessoas confundem “comunitária” com ao bel prazer, entrar a qualquer hora, pegar o que quer e tal. [...] Porque a horta tava muito bonita, os canteiros estavam cheios, coloridos, tudo cheiroso e a gente tava tendo dificuldade com o pessoal que tava entrando à noite, né? Então tinha uma discussão põe o portão, não põe o portão, o que vamos fazer, que não sei o que (E12).

A discussão de colocar ou não colocar um portão ocorreu em situações anteriores e dividia a opinião dos voluntários:

Então aí, nessas de comunicação, eu lembro que rolou várias vezes essa história do portão no grupo (de whatsapp) e uns eram contra e outros eram a favor. [...] Então foi, parece que eles racharam o portão, um deu tanto, o outro deu tanto e eles fizeram o portão. E aí, eu lembro que eu cheguei, eu vi o portão e falei ‘nossa, não acredito’. Então, as decisões depois, porque o grupo se desfez, porque ficou meio que um silêncio no grupo. [...] Então as decisões eram tomadas entre eles que tavam ali todos os dias. [...] “Ah, então tá, vamos pôr um portão? Vamos, vamos. Não precisamos falar com ninguém. Acharmos que tem que pôr, vamos pôr”. Aí puseram (E11).

Apesar de a intenção com a instalação do portão não ser a de afastar os voluntários, mas sim as pessoas que desrespeitavam as regras da horta, a ação causou descontentamento entre as pessoas que defendiam princípios de organização que iam contra ao fechamento da horta, em especial voluntários que faziam parte do G1, o que, portanto, fez com que alguns voluntários se afastassem das atividades. Por outro lado, os voluntários que defenderam a instalação do portão, na maioria membros do G2, viram nele um importante passo para organizar o espaço dentro dos seus princípios de organização:

Eu acho que, enfim, acabou resolvendo um problema. Porque agora é verão, as pessoas não podem vir sempre. Então todo mundo tem o seu trabalho. Então, como é que vai saber quem tá aqui e o que tem que fazer? Então, precisa ter um controle, saber o que tá acontecendo, quem realmente tá vindo, quem é voluntário. Se não as pessoas acabam vindo, tu nem sabe se a pessoa é voluntária, se a pessoa só tá aqui pra conhecer. Fica difícil assim. Então, todo mundo que vier, [...] quem vir trabalhar vai ter a chave. A questão de segurar a chave porque tem um cadeado não é pra segurar voluntário. Não é esse o objetivo. Então as pessoas que realmente querem fazer o seu trabalho, querem vir trabalhar vão ter a sua

chave. Pra entrar a hora que quiserem, a hora que estão disponíveis. E isso é legal, porque tá possibilitando as pessoas. Porque senão a horta não vai, né? Não caminha. [...] é isso que precisa, de pessoas que realmente venham fazer algum trabalho, né? E sempre serão bem-vindos. Quanto mais gente vier, mais isso daqui vai ficar conhecido, mais vai se desenvolver, mais conhecimento as pessoas vão ter. Então, esse é o movimento, sabe? Sempre pra frente, crescendo, informando, abrindo portas, conhecendo pessoas. Pessoas com outras formações, que vão trazer novos conhecimentos também. Então, sempre todos serão bem-vindos. Desde que venham pra trabalhar, pra ajudar, pra crescer, pra evoluir.” (E12).

A partir da instalação do portão, as situações de prova relacionadas à controvérsia entre princípios de organização que estavam abertas - a de como lidar com as situações de roubo e desrespeito e a de como coordenar as ações cotidianas de manutenção da horta - foram estabilizadas e tiveram adaptações por conta da nova condição de acesso à HC, controlada pelo coordenador da horta e pelos voluntários mais assíduos que possuíam a chave, e por conta da saída de voluntários que discordaram da instalação do portão como forma de resolução dessas situações de prova. Quanto à coordenação das atividades cotidianas da horta, a E12 relata como os voluntários foram se organizando nesta fase:

Sempre que eu venho eu posto no whatsapp ‘tô indo pra horta, tô saindo da horta’. [...] Quando tô aqui, eu vejo o que tem pra fazer. Quando eu não sei eu pergunto o que que vamos fazer hoje, o que que é mais importante fazer hoje. [...] Então, a gente vai se comunicando dessa forma. E no grupo do whatsapp, né? [...] posta quando tá aqui, ou quando tem que fazer a compostagem, quando vem alguma escola, ‘alguém pode ajudar?’, ‘ó, vou receber tal escola, alguém tem disponibilidade de ir e explicar?’, ‘vai ter uma entrevista, vai tá a TV, ou o jornal, sei lá’. [...] Sempre posta no grupo perguntando se alguém pode vir ajudar, né? Aí nós tínhamos a camiseta, então aí a pessoa já vem uniformizada e tal. E cada um fala do jeito que eu tô falando, assim,

passa o seu conhecimento. Ninguém é doutor em nada. A gente tá todo mundo aprendendo junto (E12).

Com o fim da entrada de visitantes na horta durante os dias de trabalho e com a diminuição do número de voluntários, em comparação com outras épocas, as estratégias para distribuição dos alimentos produzidos na horta se concentraram na doação para instituições e comunidades carentes e também através da realização de feiras em uma praça próxima à horta, em que as pessoas podiam deixar uma contribuição espontânea em troca dos alimentos.

Claro, essa questão da horta, nós somos um projeto de 3 anos de um aprendizado. De maio de 2015 até agora, nós somos um projeto de um aprendizado que, na verdade, é um aprendizado principalmente da relação com as pessoas. Então nós somos um projeto em experiência e evoluindo. Não tinha portão na horta antes e hoje tem. Sabemos que o dado, quando acontece algum furto de alimento, alguma coisa – já pegamos lá restaurante levando alimento, né? Então assim, em nome disso, como a gente tá fazendo uma política de distribuição – seja através das feirinhas gratuitas, levando às áreas carentes, [...] nos morros, nos barracos, Monte Cristo, Brajaru na Palhoça, as Areias, os asilos. Então, a gente acha, como as pessoas dali são tudo voluntárias e não podem ficar na horta o dia todo, nada melhor do que ela estar fechada e gente abre e faz a feira, distribui pra todo mundo, bota uma caixinha pra quem quiser contribuir – antes a gente nem tinha essa caixinha. Agora a gente vai lá faz uma feirinha e a gente ganha 70 reais, já dá pra pagar a luz, entendeu? (E2).

Figura 40: Doação de alimentos.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2018.

Figura 41: Doação de alimentos.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2018.

Figura 42: Feira de alimentos.



Fonte: Página do Facebook da HCP, 2018.

A opção de doar parte da produção da horta para comunidades carentes e instituições de cuidado, como asilos e creches, se justificou por aspectos morais diretamente ligados à experiência de vida das pessoas que levaram a cabo estas ações:

Como saí cara, passei fome na minha vida. Cara, é fácil falar de fome com a geladeira a 5 metros de distância. Eu quero ver é tu falar de fome sem ter essa geladeira pra tu esticar o braço, entendeu? Saber que ela tá cheia de alimentos. Ou seja, é fácil tu falar de algo que tu não conhece ou não sentiu. Porque é fácil falar de dignidade com a barriga cheia, entendeu? [...] Dizer que existe dignidade e o cara com a fome, né? Ou a miséria. Então, não existe dignidade com a miséria cara, não pode existir. [...] Então, essa questão – eu digo pra ti –, eu tenho um carinho especial, nós temos ali, eu tenho certeza – até eu senti nas pessoas, né? [...] Então aí, a gente preferiu fazer isso: no lugar de a gente ficar só com a horta aberta e as pessoas esperando ali como guarda da rainha – lá em Londres, em pé esperando a rainha chegar –, a gente não, a gente leva o alimento nas

casas cara. A gente vai lá, por exemplo, na Caieira tem uma cozinha comunitária pra cento e poucos barracos. Nós entregamos a comida na cozinha comunitária. O Monte Cristo são 42 barracos e nós entregamos na cozinha comunitária, agora já estão vindo pra entregar de barraco em barraco. No Brejaru, é a fila que se forma pra pegar as coisas nossas, entendeu? [...] Áreas pesadas cara, os caras armados que nos recebem. Fui lá com os caras armados. Nas Areias do Campeche casa por casa. [...] Então no lugar de eu ter só aquela simpatia de ter passado fome, de dar pra um rico, melhor dizendo, dar pra um rico que poderia comprar uma alface orgânica no Hiperbom de 3,80, melhor dar pra um pobre cara, melhor dar pra um pobre e tô dando pra ele um alimento e, quem sabe, como é lá na Caieira, lá na Caieira eu tô ajudando a instalar uma horta comunitária, entendeu? Então não tô dando só o peixe, mas a vara de pescar. Então a gente vai nesses lugares, lá no Monte Cristo nós estamos instalando uma horta comunitária. Aí levamos adubo, levamos as mudas e ensinamos as pessoas, entendeu? Então cara, é assim tudo dentro da dificuldade financeira, sem carro, sem caminhonete. Tudo pedindo caminhonete emprestada, pegando no braço, entendeu? A coisa é tudo na guerra, na luta mesmo. [...] No decorrer do tempo um aprendizado. Então, por que que a horta fecha? A cerca não é só pra impedir de as pessoas entrarem. Se as pessoas quiserem entrar elas entram. Ela vai proteger é do gado, porque o gado já entrou e fez um estrago. Por isso que existe cerca, que é feita de feijão gandu, que todo mundo se quiser apanha, tá lá pra apanhar pra levar pra comer. Então é isso, a nossa prioridade hoje é entidades (E2).

As feiras, por ocorrerem numa das ruas principais do bairro, tiveram um papel de reorganização do relacionamento da HC com a comunidade, no qual as pessoas passaram a tomar conhecimento da ação que estava acontecendo no PACUCA mais através do contato com o resultado final do ciclo da horta, os alimentos, e menos através das visitas no espaço físico da horta, como acontecia antes do portão. A fala da E5 descreve o seu julgamento sobre as feiras:

As feiras eu acho que tem sido, foram né, as que eu fui foram muito legais, porque as pessoas passam a conhecer o trabalho, né? É interessante você distribuir comida a um valor irrisório. Muita gente paga a mais inclusive. Bem legal. [...] muita gente passa ali na Pequeno Príncipe pra ir pra praia, ou tá correndo, então não é..., mas quem para e conversa é legal, porque o pessoal tá vendo uma ação já concreta, né? Que já é fruto de um tempo de plantio e crescimento daquele alimento. Então a pessoa pelo menos percebe, assim, que existe um movimento (E5).

Neste período, as práticas da HC de realização da compostagem de resíduos orgânicos e de produção de alimentos, já estabilizadas, são complementadas com práticas de distribuição de alimentos: a realização de doações e da feira semanal. Além disso, se manteve estável também a prática de recebimento de visitas de estudantes, que seguiu acontecendo de forma regular dentro da disponibilidade de tempo dos voluntários.

A controvérsia relacionada aos princípios técnico-filosóficos, que nas fases anteriores foram geradoras de situações de prova, foi sendo estabilizada por meio de soluções que geraram a utilização de técnicas híbridas, a partir de uma mistura entre os conhecimentos que baseavam as diferentes expectativas normativas relacionadas a esse princípio. Isto fica claro na avaliação da E6, que fazia parte do G1 na primeira fase da HC, mas seguiu acompanhando o desenvolvimento da HCP:

Acabou que algumas coisas eles mudaram também, do jeito de fazer as coisas, assim. [...] E aí eles iam aceitando um pouco mais. Tinha essa troca assim. Ia sendo tudo assim. [...] Hoje em dia, [...] eu acho que sim, que teve uma absorção. Eles absorveram coisas novas e a gente também aprendeu com eles, porque eles também têm aquela coisa da época de plantar. Eles sabem a época certa de plantar, principalmente aqui na ilha. Então foi uma troca legal, porque eu não sabia que a mandioca, que a abóbora, por exemplo, tinha que ser plantada de agosto pra agora no fim do ano, sabe? Eu pegava a semente e plantava na hora que eu pegasse a semente. E assim, eles falavam, 'não, não adianta plantar isso

agora. Não, vamo guardá essa aqui porque a época de mandioca e de abóbora é de agosto e setembro', então a gente esperava. E assim, foi legal aprender isso. Os tomates, tomatinho cereja, por exemplo, que a gente sabe que dá o ano inteiro, tomatao a gente tem que plantar em setembro, tudo coisas que eu não sabia. [...] Então foi uma troca. Foi uma troca bem legal. Bem legal assim mesmo, porque eles tinham a experiência e a gente tinha uma coisa que nem é nova, porque a permacultura não é nova, a permacultura é velha, né? [...] O desing de permacultura é todo pra que, quando você tá trabalhando muito é porque você tá fazendo algo errado. Então você tem que buscar sempre o pensar, o observar a natureza como ela trabalha e tentar copiar pra você sofrer menos. E isso a gente ia falando com eles também. Ao invés de sair cavocando e fazendo as coisas, a gente precisa dar uma olhada, observar o que tá acontecendo em volta pra trabalhar menos. Eu acho que hoje o que a horta tem predominou um pouco mais a atitude deles, eu acho. Mas eu acho que as tecnologias e o conhecimento se misturaram bem, numa dose boa. Mas predominou foi a maneira de como lidar com a horta, predominou a deles, porque ela está fechada e ela tem um viés autoritário que é ele (o coordenador) manda e o resto obedece. Nessa parte eu acho que ficou falho, que é a parte administrativa dela, né? Mas da técnica, na parte tecnológica eu acho que se misturou bem, sim (E6).

Quanto à disposição dos elementos materiais, o desenho dos canteiros e a sua distribuição no espaço demonstraram essa mistura de perspectivas ao longo do processo de construção da horta:

Então não, eles não seguiram muito a parte (do design) ... porque na permacultura a gente tenta ter uma coisa mais artística. E pra eles não importava muito. Era uma coisa mais funcional. Os canteiros deles eram só reta. Nós costumamos pra convencer. E eles viram que o canteiro elevado seria melhor porque tem pessoas que vão lá mais

velhas e o canteiro não é no chão, os bichos (não alcançam). Aí eles continuaram fazendo os canteiros elevados pra usar as podas, tinha muita poda, né? (E6).

Figura 43: Visão aérea dos canteiros em formato de nuvens (acima), de avião e do espaço com SAF (abaixo).



Fonte: Riozinho.com, 2019.

Figura 44: Contraste entre a parte mais “artística” (esquerda) e os canteiros em linhas retas (direita).



Fonte: Riozinho.com, 2019.

A fala da E12 descreve a importância da troca de informações entre os voluntários para a escolha e desenvolvimento das técnicas:

O meu pai tem um quintal, uma hortinha, né? Então eles sempre plantavam e aí ele continua plantando hoje. Aí a questão da cebolinha, do feijão, eu sempre ligo pra lá pra perguntar, né? Quando que é época de plantar, quando que é época de... A minha mãe me liga, 'ó, esse mês vamos plantar isso, plantei isso, aquilo'. Então eu trouxe bastante informações de lá, trouxe algumas coisas de lá, chuchu, algumas frutas de lá que tem aí eu que trouxe lá de casa. Intercâmbio, né. E é legal isso, porque eles também me escutam, né? Eu não tenho nenhuma formação nessa área, mas é uma coisa que eu gosto muito de mexer com a terra e de plantar, então eu vou atrás, eu vou em busca pra saber como que é. [...] Isso é muito

legal, porque ninguém vem aqui pra ficar ditando se tá certo ou se tá errado, sabe? A gente tá sempre trocando ideias trocando informações, indo em busca e vendo qual é a melhor perspectiva pra fazer alguma coisa. Isso é muito legal. Às vezes tem uns arranca-rabo, né? Mas normal. Que nem família, isso faz crescer, né? (E12).

Esta característica fica evidente, também, nesta fala do E2 - em especial ao sentido que a finalidade pedagógica da horta tomou nesta fase:

Então a horta tu faz tudo isso, essa relação, né? Um novo universo a cada voluntário que vem, um novo aprendizado da relação, do ensinar, do repetir. Repetir como é que é um aipim, que grossura o aipim é bom pra plantar, quantas gemas têm que ter, que o tamanho é 12 cm e não 20. Falar muitas vezes por dia. [...] O espaçamento, porque deve plantar beterraba e couve junto e não fazer um corredor só de beterraba e se chegar uma praga ali ataca tudo. Miscigenar. Porque se tem uma praga ali na couve, pegou naquela couve e não tem outra couve do lado, é uma alface. Então esse consórcio é importante. [...] Ou seja, é um aprendizado, não só eu passo o aprendizado, mas eu também tô aprendendo. Isso a cada dia é a vida da gente. Cada dia eu tô aprendendo porque eu nunca vou saber tudo, né cara? Ninguém nunca vai saber tudo sobre agricultura, né cara? Ela é um universo muito, muito grande (E2).

No início de 2019, durante o período final de coleta de dados para a pesquisa, me deparei com um movimento no sentido de formalizar a HCP como uma associação. Segundo alguns participantes, este movimento já havia ocorrido em outras fases da horta, pois a formalização seria uma forma de fortalecer as ações de desenvolvimento da HC e do PACUCA por conta da possibilidade de captar recursos junto a entes públicos e privados. Nesta terceira fase, diversos projetos para melhorias técnicas e de infraestrutura da horta estavam sendo discutidos, assim como a busca de parceria com instituições de apoio

técnico. Além do engajamento de novos parceiros no desenvolvimento da organização, pude observar um movimento de reengajamento de alguns voluntários que haviam se distanciado em fases anteriores. Um indício disso foi a volta da discussão a respeito da prática de reflorestamento do PACUCA, contando já com algumas ações na direção da retomada desta prática. Apesar de o fechamento da pesquisa não possibilitar o acompanhamento e descrição da continuidade do processo de desenvolvimento da horta, possivelmente estas transformações que estão surgindo podem vir a caracterizar uma nova fase da HCP.

4.2.4 Resumo da seção

Na seção 4.2 busquei, num primeiro momento, descrever o processo de articulação que permitiu a criação da HCP, assim como o desenvolvimento da HC entre os anos de 2015 e 2019, utilizando dois operadores analíticos da ação: tempo e situações de prova. Os primeiros indícios da constituição da organização se deram de forma material, por meio de placas de divulgação da iniciativa que foram espalhadas no entorno do espaço onde seria a horta. Estas placas divulgaram as instituições fundadoras da horta e faziam um convite para os mutirões semanais. Nesta fase, as finalidades expressas para a HC eram a ocupação da área tombada do antigo Campo de Aviação, como parte das ações na direção da construção do PACUCA; a realização da compostagem de parte dos resíduos orgânicos produzidos no bairro; e ter uma horta com caráter pedagógico.

As séries de situações de prova enfrentadas pelos voluntários tiveram início com a controvérsia entre princípios técnico-filosóficos a serem seguidos para construção da horta, que foi caracterizada como um “choque cultural” entre um grupo que buscava seguir princípios da agroecologia e permacultura (G1) e outro grupo que baseava as suas ações em princípios de uma agricultura tradicional local (G2). Nesta fase ocorreram quatro situações de prova que apresentaram diferentes resoluções por meio das suas materializações. Duas destas situações de prova tiveram um desfecho que favorecia as expectativas normativas do G1 – a situação em torno da técnica a ser utilizada para construção dos canteiros, em que foi escolhido a técnica hugel de canteiros elevados e a situação em torno do formato dos canteiros, em que foram construídos canteiros com formato “lúdico” – e nas outras duas situações de prova predominaram as expectativas normativas do G2 – a situação da limpeza do terreno e a decisão de não implantar um SAF.

Ainda na primeira fase ocorreram duas situações de prova relacionadas com a controvérsia entre princípios organizacionais. A primeira teve como ponto de disputa o tipo de organização do trabalho na construção da horta, sendo que a expectativa normativa do grupo que buscava uma forma de organização mais coletiva (G1) era a de seguir realizando mutirões como principal forma de realização do trabalho, e a do grupo que tinha referências normativas de um tipo de trabalho mais centralizado (G2) era de encerrar os mutirões e focar as atividades no trabalho do dia-a-dia. Reconhecendo a fragilidade em depender somente de mutirões para construir e manter a horta, o G1 dá partida à segunda situação de prova com a proposta de viabilizar a existência de um zelador permacultor, proposta que foi contrariada pelo G2 pois acreditavam que a horta deveria ser coordenada por uma pessoa aposentada, por ter mais disponibilidade. Nas duas situações o G2 conseguiu bloquear as ações geradas pelas expectativas do G1 e a segunda situação de prova só teve uma resolução definitiva na fase posterior, com o surgimento da figura de um coordenador aposentado para a horta. A principal consequência material destas situações, ainda na primeira fase, foi a elaboração de placas explicativas estabelecendo regras que pudessem guiar as ações dos diferentes públicos que iam na horta. A resolução destas situações de prova marcou a transição para a segunda fase da HC, iniciada a partir da primeira ruptura, que teve como consequência o desengajamento de alguns dos voluntários da primeira fase.

A segunda fase da HCP foi marcada pelo surgimento de uma nova finalidade, a de produção de alimentos, que em seguida se consolidou com o estabelecimento da prática de produção de alimentos. Ao longo deste período, a prática de compostagem de resíduos orgânicos também se consolidou e foram desenvolvidas as práticas de recebimento de visitas de estudantes, de reflorestamento do PACUCA e de realização de oficinas. As duas últimas não tiveram continuidade por conta do desengajamento dos voluntários que se dedicavam a elas após sucessivas situações de resistência de outros voluntários em relação a essas práticas.

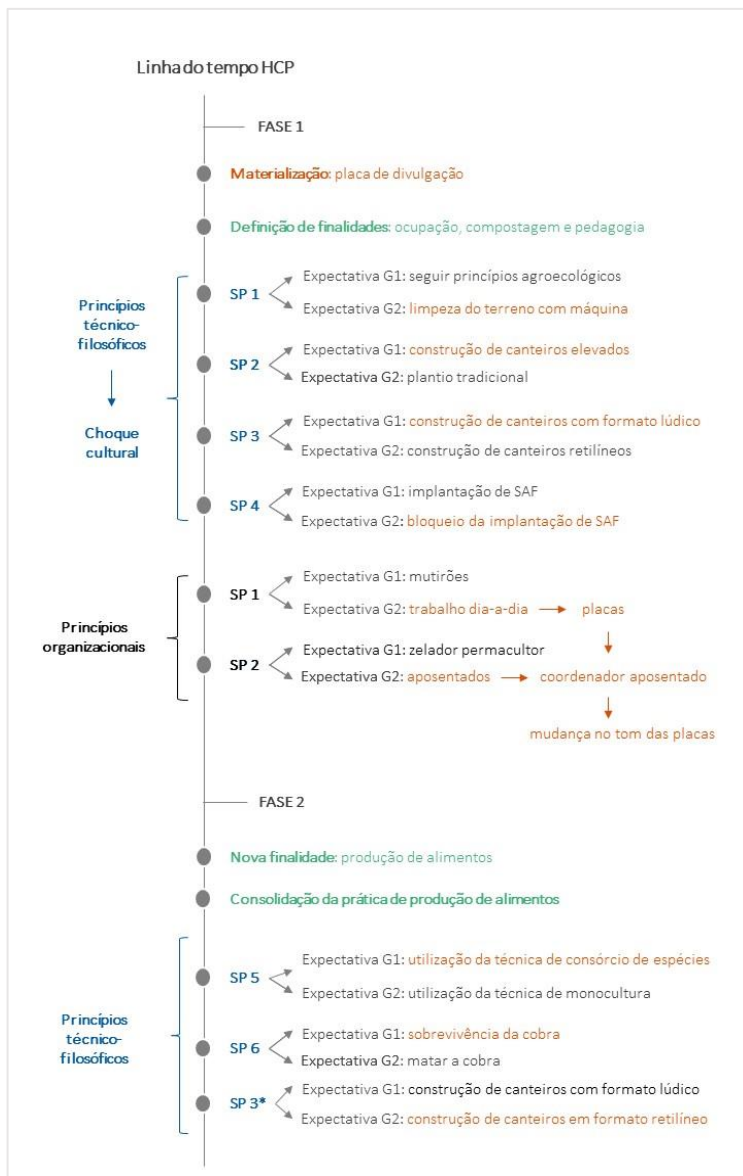
A controvérsia entre princípios técnico-filosóficos ficou evidente na reabertura de duas situações de prova que haviam acontecido na fase anterior. A primeira foi em relação ao formato dos novos canteiros construídos que, se na fase anterior seguiram as expectativas do G1 de canteiros mais “lúdicos”, na segunda fase os canteiros construídos seguiram um formato de linhas retas, conforme as expectativas do G2. Já a segunda situação de prova reaberta foi em relação ao projeto de

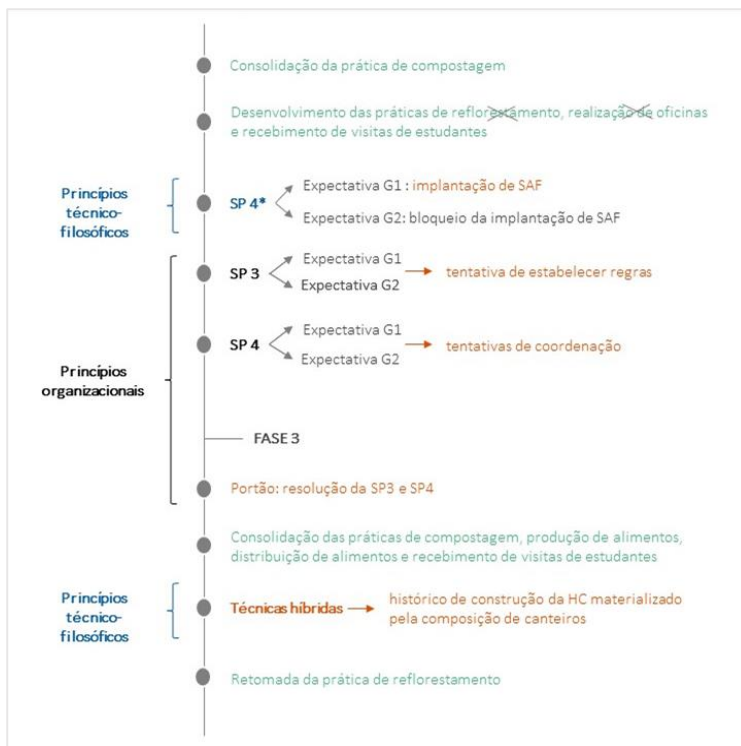
implantação de um SAF, que se concretizou nesta fase favorecido pelo contexto de desenvolvimento de práticas relacionadas à finalidade pedagógica da horta. Além destas, descrevi outras duas situações de prova relacionadas à controvérsia entre princípios técnico-filosóficos. A primeira girou em torno de aplicar ou não a técnica de plantio de espécies consorciadas na horta. Esta técnica era uma expectativa do G1, que enfrentou a resistência dos voluntários do G2, mas, no entanto, conseguiu que o consórcio de espécies se estabelecesse como técnica recorrente. A outra situação foi em relação a o que fazer com um filhote de jararaca encontrado hibernando entre pedaços de madeira, que teve como desfecho a sobrevivência da cobra neste caso.

Quanto aos princípios de organização, houveram duas situações de prova que polarizaram as expectativas normativas do G1 e do G2 de voluntários. A primeira foi em relação a como lidar com o “desrespeito” de visitantes da horta com o trabalho dos voluntários e com os “roubos” de alimentos e a segunda sobre como coordenar as ações cotidianas entre os voluntários. Estas situações críticas geraram tentativas de resolução por parte dos voluntários, porém elas só se estabilizaram no início da terceira fase com a instalação do portão.

A terceira fase da HCP teve como destaque a consolidação das práticas de compostagem, produção de alimentos, recebimento de visitas de estudantes e o desenvolvimento de práticas de distribuição de alimentos. A controvérsia entre princípios técnico-filosóficos se estabiliza por conta de soluções que geraram a utilização de técnicas híbridas. A distribuição material dos canteiros da horta demonstra a mistura de perspectivas ao longo do processo de construção da horta. Por fim, a discussão sobre a formalização da HC faz surgir novos engajamentos, assim como o reengajamento de voluntários que haviam se afastado da horta, expresso pela retomada da prática de reflorestamento. Estas transformações podem ser indícios de um movimento inicial que pode vir a caracterizar uma nova fase da HCP.

Figura 45: Expectativas normativas e transformações da HC ao longo do tempo.





Fonte: Elaborado pelo autor

4.3 REPERTÓRIO NORMATIVO E COMPOSIÇÃO DO DISPOSITIVO

O processo de criação e desenvolvimento da HCP sofreu diversas influências que foram definindo e redefinindo as dinâmicas de ação do dispositivo (CEFAI, 2009). A análise da ação coletiva em torno da HCP, empreendida até este momento, permitiu identificar o jogo de negociações e de forças que fez parte do processo de composição da organização. A descrição das expectativas normativas - em relação às finalidades da HC e aos princípios a serem seguidos para estabelecer as ações - que se notabilizaram nas situações de prova foi o fio condutor, na seção anterior, para destacar o processo de definição das práticas e da composição material do espaço da horta ao longo do tempo. Nesta

seção, busco delinear o repertório normativo que se constituiu a partir do conjunto das expectativas normativas e compreender de forma mais profunda as relações entre as transformações deste repertório e da HC – expressa pelas suas práticas e elementos materiais – ao longo do tempo. Segundo Dodier (2016), para se chegar a uma compreensão do repertório normativo – ou seja, compreender o que estrutura o trabalho normativo de uma dada categoria de atores - em torno de um dispositivo, é necessário, além de identificar o conjunto de expectativas normativas dos indivíduos, compreender os esquemas de julgamento que esses atores produzem relativamente a essas expectativas. Para aprofundar o entendimento destas relações, apresento na subseção 4.3.1 a disputa sobre o sentido de elementos que operavam o trabalho normativo dos indivíduos em torno do sentido da HCP. Em seguida, na subseção 4.3.2, busco analisar as transformações no repertório normativo ao longo das fases da HCP. E, por fim, na subseção 4.3.3, identifico alguns efeitos da experiência da HCP em termos de aprendizados dos voluntários em relação a possibilidades de organizar uma HC. Desta forma, pretendo contemplar o segundo e o terceiro objetivos específicos da pesquisa: Analisar as transformações no repertório normativo dos indivíduos envolvidos no processo ao longo do tempo; Identificar efeitos de aprendizado que o dispositivo proporcionou aos indivíduos participantes do processo.

4.3.1 Ângulos de futuro e as disputas de sentidos

De acordo com Chateauraynaud (2015), para se compreender eventos e situações de prova no processo de transformação de um dispositivo, é necessário remobilizar a sua história, compreender a configuração atual em que os protagonistas operam e descrever os “ângulos de futuro” que estão tentando abrir ou fechar. Neste sentido, as avaliações dos entrevistados sobre o que a HCP se tornou em comparação com as suas perspectivas do que ela poderia ter se tornado ou do que ela ainda poderia se tornar, de forma geral, permitiram evidenciar que o processo político de negociação e renegociação do sentido da HC tinha como elementos centrais de disputa três operadores normativos: o sentido de “pedagógico”, o sentido de “comunitário” e o sentido dado à ocupação do espaço.

O fechamento da HCP com um portão de metal com cadeado gerou diversos efeitos. Por um lado, abriu - pela primeira vez no histórico da horta - um momento de estabilização mais longa das práticas e do processo de organização do grupo. No entanto, também

gerou uma situação de descontentamento de voluntários, em especial do G1, que acabaram se desengajando da iniciativa. A partir desta situação, se estabeleceu um momento crítico em que foi possível em que as decepções e novas esperanças foram se delineando. A fala seguinte expressa, por exemplo, a quebra de expectativa do G1 com o que a HCP se tornou a partir da terceira fase, em relação à sua visão de futuro para a horta:

O que a gente sente – quando eu falo ‘a gente’ eu falo de um grupo grande que nós continuamos de alguma forma nos relacionando, por uma série de coisas em comum. [...] O sentimento nosso é de um projeto que tinha tudo, e tem ainda tudo, pra ser uma referência. [...] E a gente perdeu isso. A gente perdeu o apoio de entidades muito boas, de pessoas. [...] O sentimento de muita gente, e eu me incluo nisso, é de frustração. [...] Nós tivemos muita gente que veio aqui e se dispunham a oferecer o trabalho deles, o conhecimento deles pra agregar aqui e por terem esse conflito de ideias, por não serem entendidos, eles se afastaram porque alguns foram... [...] Por não serem entendidos, alguns acabaram sendo convidados a se retirar, literalmente, e outros desistiram porque viram que não tinha. Foram pra outras hortas, foram pra outros lugares. Continuam ativos em outros lugares (E4).

Um primeiro movimento de crítica sobre a situação gerada pela instalação do portão veio por parte de voluntários que fizeram parte do G1 em diferentes fases da horta, como expressa a fala da E6:

Eu achei um absurdo o portão, eu não concordo com aquele portão. Eu sei dos motivos, [...] pode ter 1001 motivos. [...] Mas eu acho que não é esse o ponto, porque se você tem uma horta comunitária com o portão fechado, as pessoas chegam e não podem entrar, que diabo de comunitário é esse, na verdade? E se ela ficasse pelo menos o dia inteiro com o portão aberto, que fechasse ele à noite. [...] Mas não, ela fica fechada o dia inteiro. [...] Então, assim, é difícil trabalhar com voluntário, já é difícil. E aí quando você tem um quadro desses as pessoas se afastam. Por que

não podia ser um local onde as senhoras fossem lá no final da tarde dar aquela andadinho ali, dava aquela passadinha ali, pegava umas ervinhas, uns temperinhos, levava pra casa? Mas não pode, porque se não vai lá antes e não faz nada não pode pegar nada. Então fica uma coisa assim, muito estranha (E6).

O “absurdo” descrito pela E6 tem como ponto central uma incoerência vista pelo G1 entre o sentido que atribuem ao “comunitário” e o fato de o espaço estar fechado. Incoerência essa que gerou o afastamento de diversas pessoas, pois a ação de instalar o portão feria o sentido que estas pessoas davam à natureza comunitária da horta: “Sempre a gente tentou que fossem lugares comunitários, abertos, de aprendizado, assim. A gente não sabia bem aonde era que a gente queria chegar. Mas queria ser esse espaço de pesquisa, esse espaço de melhoramento, de aprofundamento nas relações, nas técnicas de agricultura urbana” (E3). Ser aberto para a entrada espontânea das pessoas era uma característica importante para o sentido dado por este grupo à HC, como destacado pelo E4 fazendo uma comparação da terceira fase da horta com a primeira e a segunda fases:

A horta não era fechada. Todo dia o pessoal da região entrava ali, ajudava lá meia hora, levava os seus baldinhos de casa com os restos de orgânicos que é feita a compostagem ali. E era uma troca, levavam esses baldes e pegavam uns pés de alface. Como hoje a horta é fechada, também tem esse problema. Como a horta é fechada, esse pessoal não tem mais acesso. Não tem mais acesso à horta. Só em determinadas horas que tem alguém ali. E como o número é pequeno de participantes, a horta fica quase que permanentemente fechada. Então as pessoas que levam os seus restos orgânicos caseiros, deixam ali, hoje não tem essa troca. E essa troca era muito boa. Muito bonito. As pessoas se preocupavam em separar o seu lixo em casa, o seco do orgânico, porque sabiam que levavam o orgânico pra horta e iam trazer pra casa alface livre de veneno, rabanete, couve, livre de agrotóxico, tudo, e hoje não existe mais, né? (E4).

A fala do E4 demonstra também que esta controvérsia em relação a como se relacionar com a comunidade tinha relação com as diferentes prioridades em relação aos objetivos da horta, que para o G1 era de ter uma abertura para receber a comunidade no dia-a-dia e para o G2 estava mais ligada ao crescimento da produção e expansão do espaço da horta. O E3 explicita a expectativa do G1 ainda na primeira fase da HC:

Mas um dos motivos, a diferença principal, assim, era essa questão de objetivo mesmo, [...] que se pensava sempre em ser aberta, não era o tamanho, a coisa em si. Mas que fosse pra instigar as pessoas a respeitar o espaço, e aceitar os problemas que tivesse das pessoas apanhando coisa verde, plantando errado, não se buscar uma perfeição, uma coisa assim. E isso foi uma das divergências (E3).

A fala do E2, quanto à definição de sentido da HC e às perspectivas de futuro, expressa essa expectativa do G2 em relação à expansão do espaço e da produção de alimentos como finalidade central e provedora de sentido ao dispositivo:

Ela é uma política de alimentação natural, orgânica, né? [...] E a outra da alimentação orgânica distribuída, que é o nosso caso, pras áreas carentes e também pras entidades, principalmente os asilos e os NEI – as escolas infantis -, e as Igrejas. [...] Tudo isso a gente leva alimento. Claro, a horta tem um limite de produção e de dinheiro pra cuidar disso. [...] E a gente vai expandir mais a horta, vai botar um engenho de farinha. Nós temos muita plantação com roça. E a roça precisa, a abóbora ocupa espaço, a melancia ocupa espaço, o milho precisa. Então tem muitas coisas que a gente tá plantando que agora a gente viu, o melão, que a gente viu que precisa espaço. Vai expandir mais ela, tá expandindo, né? Ela tem 8 mil m² de área da horta. Que é mais ou menos o tamanho que a gente acha que é justo pra fazer com roça e administrar, fazer manejo. [...] E ali a gente tem uma produção grande, e tem que expandir mais até porque a gente doa as coisas. Então, se a gente tá doando 10 alfaces, por que não doar mais, né?

Claro, isso aí muitas vezes tem um capital pra investir. Mas não é coisa muito cara. O mais caro, o mais difícil é que tu tem mais esforço, né? Mais trabalho, né? Porque não é fácil, pra quem sabe. [...] E aí brincam comigo ainda que eu quero alimentar o Campeche, porque se deixar eu vou tomando conta do campo todo com a horta. Seria legal né? Um parque agrícola (E2).

Quanto à visão do G2 sobre o portão, este foi um limite necessário por conta da dificuldade das pessoas de respeitar o espaço comunitário:

Mas assim ó, infelizmente eu acho que foi a melhor decisão a ser tomada, sabe? Não tinha mais o que fazer. Não tem como uma pessoa ficar aqui dentro 24h. E, na tua casa, se tu não põe um cercado tu acaba sendo invadido, né? Parece que as pessoas precisam de limite o tempo inteiro, né? É difícil, mas, infelizmente, pra algumas pessoas é dessa forma. Fazer a cerca, saber que está cercado, que esse espaço é limitado. Tem um monte de placas ali com informações. Não são informações grosseiras, são informações, né? Nem sempre todo mundo tá lendo, nem sempre todo mundo respeita. Então, eu acho que, assim, precisava mesmo do portão. Não pra evitar que as pessoas, não vamos dar, distribuir. Não é essa questão. Mas a questão da invasão do espaço, né? De vir quando não tem ninguém, de vir às escondidas. [...] A gente sempre tem sacolas aqui pras pessoas colocarem as coisas e levar, né? Então não tem por que entrar com o carro, encher bicicleta, ou vir com sacolas grandes, vir com a caixa colher as coisas. Não é essa a ideia. Eu acho que isso é, eu vejo como um espaço sagrado, sabe? A horta é muito importante. É um espaço que tá dentro de um espaço público, né? Tu tá plantando, tu tá colhendo as coisas sem agrotóxicos. Todas as coisas são feitas não por obrigação, as pessoas que tão aqui fazem porque realmente gostam, né? E quando se faz o que gosta, assim, acaba sendo com um sabor diferente. [...] Eu acho que essa ligação forte de tem algo

maior. Por isso que quando eu falei [...] que esse espaço é um espaço que precisa ser preservado e que tem os guardiões sim desse espaço, né? Porque tem, além de estar lidando com as pessoas que não compreendem toda essa questão da comunidade, o que é comunitário, o que é direito, o que é, né, toda essa questão social (E12).

A “falta de educação” de parte das pessoas que iam visitar a HC quando ela era aberta foi uma das justificativas para a necessidade do portão:

Depois eu acho que melhorou bastante porque aí entra mais quem é convidado, né? Então, isso já reduz o dano. Mas nesse momento que era tudo aberto, era muito punk, assim. A gente cansou de ver as pessoas entrando, arrancando as coisas, saindo sem nem dar bom dia pros voluntários, sabe? Mas no Brasil existe muito essa confusão de que o público é algo que pode ser destruído ou pode ser saqueado, né? É, uma educação muito enviesada, né. Não dá pra entender. [...] Mas, mesmo assim, como continuou sumindo ferramenta, coisas, eles continuaram fechando com o portão. Aí eu acho que ficou melhor, assim, essa questão das pessoas invasivas e mal-educadas, né? (E5).

A distinção entre os diferentes sentidos que os dois grupos de voluntários atribuíam à finalidade pedagógica da horta ajudam a compreender a diferença nas perspectivas quanto ao “fechamento” da HC. Para o G2, o sentido de pedagógico parecia estar mais ligado à transmissão de conhecimento, em especial a respeito das técnicas utilizadas na horta. Como fica explícito nesta fala a respeito das finalidades da HC: “E, acima de tudo, uma coisa importantíssima, pedagogia relacionada a ervas medicinais, pedagogia voltada à agricultura, em todo o seu aprendizado, forma de plantar, espaçamento, a forma defensiva de fazer com as ervas, como plantar defendendo de pragas” (E2). A fala da E10 destaca a troca de informações técnicas sobre agricultura como uma finalidade bastante comum de HCs em Florianópolis:

É o lugar que as pessoas trocam informações, né? Esse pra mim eu acho que é o que mais tem movimentado as pessoas a se envolverem numa horta. É onde que eu aprendo também e onde eu passo informação, porque eu tenho muita informação e eu quero passar. Quero dizer que eu sei também, é bom aquela erva pra determinada coisa. Acho que tem esse elemento, né? (E10).

Já para o G1, o sentido de pedagógico atrelado à HC envolvia - além da transmissão e troca de conhecimentos técnicos e do trabalho em parceria com instituições de ensino - outras questões que geravam uma incompreensão de certas propostas feitas por este grupo:

Não era entendido e, também, era distorcido, sabe? As pessoas acabavam distorcendo essa questão. Bastante, entendeu? Porque, na verdade as pessoas achavam que a pedagogia que tava lá dentro era simplesmente só receber as escolas e grupos que trabalham com isso. Mas não, na verdade tu tem uma missão muito maior, tu consegue tá lidando com o cidadão no dia a dia dele. Pessoas que passam por ali simplesmente passeando, pessoas que usam a passagem ali como caminho, sei lá, a pessoa tá indo trabalhar, tá indo pra escola, tá indo pra qualquer lugar. Então é lidar mesmo com o cidadão, de verdade. Explicar pra ele que aquilo ali é um espaço comum, que ali dentro acontece uma coisa que é uma gestão de resíduos, alimentação orgânica – assuntos que são importantíssimos pra que todas as outras partes e as outras relações que a gente tem na sociedade melhorem. Ali tu tem muita base pra isso. Muita base. Tanto que, pô, tu consegue trazer reflexão pras pessoas pensarem que, tipo, como a monocultura é algo nocivo pro mundo e que isso impacta em outras questões políticas e vão nos afetar em outras facetas da nossa vida e a gente nem imagina. Tipo, isso é só um exemplo a grosso modo, assim, que eu dei agora. Era um grande trabalho que a horta podia fazer, mesmo, de verdade, era fazer com que as pessoas comessem a olhar pra si mais como cidadãos mesmo, sabe? Participar do mundo político,

participar do mundo dos projetos sociais, entendeu? Entender que a coisa é muito maior e que pra gente ter um mundo um pouco mais razoável, que a gente consiga levar pra todas as esferas um alimento bom, a gente precisa educar as pessoas, porque acima de nós tem toda uma aristocracia que muitas vezes não deixa essas coisas acontecerem (E7).

Para o G1, a finalidade pedagógica da horta tinha um papel político de educação das pessoas da comunidade como cidadãos e que, portanto, a troca que o trabalho coletivo da HC proporcionava ia além das trocas de conhecimentos técnicos e de elementos materiais:

Mas, eu acho que é um aprendizado porque, nossa, é bem trabalhoso trabalhar no coletivo. Não é fácil, não. [...] Então, esses trabalhos são muito bonitos, porque eles acolhem as pessoas. Estão ali de apoio. É um negócio que é uma troca super bonita, e é muito aprendizado. [...] Eu acho que se as pessoas trabalhassem mais no coletivo a gente se fortaleceria, sabe? Como ser humano, como brasileiro e pessoal do Campeche, como pessoal de Cidade. A gente tá num trabalho muito individual, né? Cada um na sua casa, cada um no seu jardim. Ninguém dá pitaco no outro, no meu jardim mando eu. É muito mais fácil trabalhar assim. Mas, quando você vai lá fora é outra história. E eu acho que a horta comunitária precisa tá fortalecida de novo porque esse é um trabalho muito interessante. Mas o que eu mais vi é que não é fácil mesmo trabalhar em coletivo. Você tem que ter sempre um olhar pra dentro, sabe? Como você tá, o jeito que você tá no lugar, qual o seu lugar ali no grupo, e o que que é o necessário, o que que a comunidade precisa, o que que você tá querendo botar goela abaixo, sabe? Que são, às vezes, coisas diferentes. Então, o trabalho é aquela coisa, o outro sou eu, né? Você olha pro outro e você vê você, muitas vezes, refletido ali. É um trabalho interessante até pra trabalhar política. Essa base, sabe? [...] A gente precisa se reunir mais, conversar mais sobre as coisas. Não interessa partido de um, partido de outro,

preferência de direita ou de esquerda, sabe? Mas, quando você faz um trabalho assim, as pessoas se tocam de uma forma. Uma hora dá um clic nelas, sabe? É muito interessante. [...] Mas na hora que a gente tava fazendo e levantando as problemáticas do bairro, fazendo as coisas da horta, acaba trabalhando isso. Então, eles acabavam questionando uma fala que antes eles engoliam, pronto, acabou. De repente eles começam a ligar uma coisa com a outra, que é uma coisa muito sutil, assim. E eu acho que talvez seja por isso que as coisas, que a prefeitura, mesmo com dinheiro, não tá a fim de investir em nada da comunidade. Ou quando a gente faz alguma coisa junto ela tenta destruir. Porque é muito forte, é muito poderoso esse trabalho de comunidade, sabe? Do coletivo assim. Porque as pessoas se despertam, elas fazem as sinapses delas depois, sabe? Ligando uma coisa com a outra. E você tem resultados, assim, que às vezes nem era aquilo que você tava, você tava lá ensinando a plantar tomate e, de repente, a pessoa ligou o plantar tomate com outro caso, sabe? E isso é muito rico. [...] Mas a gente precisa trabalhar o comunitário, precisa trabalhar o coletivo. É a única maneira que tem de despertar mais as pessoas. Tirar elas do quadrado delas (E6).

O sentido que o G1 atribuía à natureza comunitária da horta tinha uma ligação direta com os princípios organizacionais que eles propunham para a horta, expressos por termos como autogestão ou organização horizontal. Segundo o E1, o grupo “queria que fosse uma participação comunitária onde as decisões fossem sempre tomadas em assembleia, de maneira aberta e divulgada pro público, com o público junto”. A fala abaixo ajuda a compreender esta inter-relação entre princípios organizacionais e os sentidos que este grupo dava ao “comunitário” e ao “pedagógico”:

Às vezes tinham pessoas que queriam tomar lideranças dentro do grupo. E a ideia não era essa, a ideia era sempre mais zelar na questão da autogestão, né? Principalmente até porque é um ambiente comunitário, que atende ali a comunidade, que é pra todos. Então, a ideia é

conseguir implantar a consciência em todas as pessoas. Então a gente colocou placa e daí quando a gente tava lá a gente falava pras pessoas como é que funcionava a horta, então tinha esse caráter bem pedagógico mesmo, sabe? Que era trabalhoso, mas era uma das coisas mais importantes de se fazer ali, sabe? A questão de falar pras pessoas como é que funciona. Porque teve essa distância do alimento com as pessoas. Então a ideia daquele lugar era justamente fomentar isso. Então daí teve uma vez que eu cheguei lá e tinha um... botaram um portão lá no bagulho com chave, sabe? Então isso já fez eu me distanciar um pouco da horta, sabe? Então pô, o portão tava lá. Não se comentou nada com os voluntários assíduos, sabe? Então essa questão meio que dissolve o grupo, sabe? Enfraquece. Não vai em cima da narrativa de comunidade, de educar as pessoas e mostrar pra elas que aquilo ali é um espaço, que aquele espaço tem uma dinâmica e a gente só precisa respeitar ela, como a gente conseguiu respeitar o trânsito, como a gente conseguiu fazer várias coisas como civilização, sabe? Então, tu tem uma profundidade muito maior do que simplesmente as pessoas irem lá e levarem as coisas embora e colher, sabe? Não. O problema não é esse. A gente tem um problema muito maior por trás disso. A gente tem que educar e mostrar pras pessoas que é um espaço comum, que é deles também. Se eles tão fazendo algo, se eles tão prejudicando o trabalho do voluntário eles prejudicam a vida deles como cidadãos, sabe? (E7).

Quanto ao sentido de “comunitário”, o G2 conseguiu constituir, na terceira fase da horta, um sentido coerente à sua perspectiva da HC como um dispositivo de produção e distribuição de alimentos, no qual o portão foi um dos elementos necessários para a sua consolidação, que é o sentido da participação comunitária por meio da distribuição dos resultados da HC, que são os alimentos. Na percepção da E10, membro de uma organização parceira que acompanhou à distância o processo de transformação da HC, essas diferentes perspectivas sobre o sentido do dispositivo tiveram a sua predominância em diferentes fases da horta, com a perspectiva do G1 predominando na primeira fase e a perspectiva

do G2 ganhando mais espaço na segunda fase e se concretizando na terceira:

Mas, pelo que eu saiba assim, esse processo mais coletivo que teve lá no começo, [...] ele hoje tá totalmente diferente, né? Só que se ali você tinha uma horta que era meio de ponto de encontro, hoje você tem uma horta que tem muito alimento, né? Então eu acho que, nessa trajetória aí, eu vejo que teve uma mudança, assim, de objetivo da horta (E10).

A confusão em relação aos diferentes sentidos que as pessoas davam ao termo “comunitário” - não só os voluntários, mas também os visitantes – é descrita na fala abaixo:

Toda vez que vinha algum grupo na horta e que eu recebia eu falava ‘gente, horta comunitária é uma coisa muito subjetiva. Pra cada pessoa o comunitário significa uma coisa’. Tanto que tinha gente que ia lá na horta e falava ‘meu, posso fazer o que eu quiser aqui dentro, é comunitário’, entendeu? Não entendem o conceito de comunitário, que existem pessoas que cuidam. [...] Tipo, o conceito de comunitário é muito amplo. Não é uma coisa que tipo, ah é comunitário, todo mundo entende e é uma coisa fechada. [...] Porque querendo ou não você tá entrando num espaço que tem outras pessoas. Tudo bem, é um espaço comunitário, é de todo mundo e tal. Mas você não pode entrar lá fazendo o que você quiser. É igual, não lembro quem que falava, falava assim ‘cara, tem a Rádio Comunitária do Campeche. Não é que você pode entrar lá e chegar pegando o microfone e falando o que você quiser’, entendeu? Então, tipo, tinha essas coisas que também esse conceito dava margem pra muita gente passar um pouco da linha. Mas também a linha é subjetiva, né? Então, é complicado (E11).

A dificuldade de lidar com esta “pluralidade de gramáticas” (CEFAÏ, 2009) a respeito do sentido de “comunitário” se encontra

profundamente ligada ao contexto em que a HCP está inserida, conforme esclarece o E13:

No Campeche de antigamente, o que que acontecia? Essa questão da comunidade foi se perdendo ao longo dos anos. Isso fica muito visível hoje no Campeche, porque o Campeche hoje parece um mosaico de coisas. Começou com a questão do loteamento de casas. Veio a construção, loteamento de casas, depois foi o loteamento de apartamentos, né? A verticalização. E hoje tu vê um mosaico de micro comunidades que, muitas vezes, essas micro comunidades não conversam com a comunidade como um todo, né? Que aquele espírito de comunidade geral do bairro, se sentir pertencente ao bairro, hoje se tem mais, eu me sinto mais pertencente ao condomínio, porque o condomínio tem a sua realidade, tem a sua dinâmica. Tem a reunião de condomínio, tem tudo ali em volta. Tem condomínio que tem até cinema. Vira uma comunidade fechada. E, muitas vezes, essa comunidade fechada não conversa com a comunidade como um todo. Hoje as pessoas passam no bairro, veem a dona Viroca passando, que é uma senhora de 90 e poucos anos - uma rendeira que foi agricultora -, as pessoas não sabem quem é aquela senhora. Muitas vezes, passam ali com o carro e não sabem que ali tem uma história viva do bairro, quase secular, né? Naquela época tinha esse espírito de comunidade no bairro, por quê? Porque o Campeche era um bairro pequeno, se tinha poucas famílias aqui. [...] Então as comunidades daquela época... se falar hoje, hoje quem mora em Floripa, no Campeche, veio pra Floripa e olha esse Campeche arborizado, verde, vegetação. Tu retrocede 30, 40 anos atrás, era praticamente inacessível. Então tu voltar na década de 40, década de 50, década de 60, o Campeche era um lugar bem afastado do centro da cidade, onde as coisas aconteciam, né? Então o Campeche, realmente, era o interior da ilha. Então o espírito de comunidade, de sobrevivência das pessoas. As pessoas eram obrigadas a se unir. [...] Então tinha essa coisa, assim, tinham as famílias

que tinham as terras, mas não eram senhores tradicionais da terra. A pessoa vinha, trabalhava e ela não ganhava muitas vezes um dinheiro, ela ganhava comida. Trabalha aqui e tu leva a tua mandioca, tu leva a tua laranja, tu leva a tua farinha, sabe? [...] Então a comunidade, ela era muito unida por causa do distanciamento que tinha da urbanidade do centro, dos espaços, dos instrumentos públicos que existiam naquela época. Então, era muito isolado. Tinha que viver aqui. Viver praticamente numa comunidade isolada (E13).

O contexto da transformação ocorrida no bairro, de uma comunidade rural isolada para um bairro residencial valorizado pelo mercado imobiliário, torna a ocupação da área pública destinada ao PACUCA uma finalidade com um sentido um pouco menos controverso, pois está ancorado num histórico de ações, conforme expresso pelo E4:

Não o termo ocupar simplesmente, alguém chegar aqui em cima e acampar, mas ocupar num sentido mais amplo de não deixar esta área ser invadida por especulação imobiliária, ou por outra coisa qualquer. Então, já existiu, muito tempo atrás, nós já fazíamos aqui alguns piqueniques, que era pra tentar trazer as pessoas pro campo. Trazia campeonato de pipa, trazia a criançada pra vir – bem antes, isso lá por 90, 87. [...] E, então, essa tentativa de ocupação do parque vem de muito tempo. A gente não consegue admitir que esta área aqui venha um dia a ser transformada em prédios. Primeiro pelo valor histórico. É o primeiro aeroporto da cidade, tem toda a história com relação à aviação francesa, o correio aéreo, então tem toda uma... tem uma história que envolve o lugar. [...] O Campeche, infelizmente, o Campeche acabou sendo a bola da vez da especulação imobiliária. [...] Explodiu de uma forma que não se conseguiu segurar. Não teve jeito. As associações da região aqui todas tentaram de tudo que foi jeito alterar o plano diretor. Nunca se teve o apoio da Câmara de Vereadores pra isso. Nunca nós conseguimos mais

que 5 vereadores na câmara apoiando a população. Então, o poder de decidir desses grupos é muito grande e o resultado tá todo aí. Então o Campeche, aquele Campeche de convivência, de vizinhança, sabe? Aquele Campeche de você andar caminhando tranquilo pra praia, isso não tem mais. O Campeche de hoje é o que tá aí. Trancado, 5 da tarde tá trancado, meio dia tá trancado, fim de semana tranca tudo e isso vai acabando os espaços de lazer. Não existe um espaço de lazer público no Campeche. E essa área gigante aqui que é o campo, o PACUCA aqui, não tem um balanço pra uma criança brincar. [...] E com relação ao PACUCA e horta comunitária, a horta comunitária não deixa de ser uma forma de ocupação. [...] Então, tem o valor histórico dessa área. A gente não consegue admitir que isso aqui não se transforme num parque pra população usar. E a horta eu vejo como um catalisador, um embrião, que vai de repente possibilitar, ou possibilitaria, de se ampliar essa ocupação. Essa é a minha visão com relação à horta. Do PACUCA e horta. Que é uma luta antiga isso (E4).

Este histórico de ações para a efetivação da área como parque, num contexto que passou por profundas transformações, é fruto de uma intensa confrontação dos moradores do Campeche por meio de suas organizações representativas com o poder público para chegar em definições sobre o projeto do parque:

A gente deu até opção, tem até um projeto feito, a comunidade já se reuniu, tem 3, 4, 5 projetos praquele PACUCA, sabe? [...] Então, tem um que a comunidade aprovou lá, anos atrás, e que não tem muita construção. São só caminhos mesmo, bancos, lugares pra sentar, com árvore, a tentativa de tirar os pinheiros e colocar nativas – mas sabe que tem que ser junto com a Floram. Sabe? A comunidade tem consciência das coisas. O poder público sempre acha que a gente é um bando de ignorante e aí na hora que eles vêm eles vão, cimentam tudo, bota banco, bota lixeira, sabe? Bota palmeirinha. E faz tudo igual a qualquer

parque que você vê em qualquer lugar do mundo, que é o padrãozinho de parque, né? E a comunidade não quer. A comunidade não quer isso. Ela quer o parque lá, mas ela quer em outro viés. E aí a gente fica nessa discussão e nunca se resolve. Não sei até quando vai chegar. Mas a gente tá indo né? Com um jeitinho aqui, outro ali. Basta ter boa vontade, sabe? E as pessoas com uma mentalidade mais aberta. O poder público ele não tá muito a fim. Se ele vê que a comunidade se junta pra fazer alguma coisa, que isso fortalece a comunidade, ele dá um jeito de destruir, porque é um perigo pra eles, né? Mas é um perigo pra eles porque eles não tão fazendo nada pra comunidade. Eles tão fazendo mesmo é pra empresários e construtoras que a gente sabe. E aí fica uma briga mesmo. E aí a gente se torna inimigo, né? Enquanto eles tão pro lado dos poderosos a comunidade é inimiga (E6).

As dificuldades na relação com o poder público não se restringem ao caso da criação do parque, e se ancoram, nas falas de alguns entrevistados, no histórico de confronto das organizações locais com imposições colocadas em diferentes momentos do processo de urbanização do bairro pelo poder público, conforme explica o E8:

Existe um processo pra que se faça os estudos e transforme aquilo ali em parque, mas demora, né? Não existe vontade política nem... Dinheiro é claro que existe, mas não existe a vontade política de fazer isso. Até porque o Campeche sempre foi o bairro de resistência, né? Sempre foi o bairro que sempre se colocou de uma maneira bastante crítica. E isso não é bem visto pelas diversas gestões que a gente tem aqui em Florianópolis. Então a gente sempre é o patinho feio, né? Sempre o que não é chamado pra conversar, ou que sempre tem, assim, uma ressalva do poder público de fazer. Mas a gente segue porque é o nosso direito, né? É um espaço que pertence à comunidade há muito tempo (E8).

Para além do histórico de ações de ocupação da área do PACUCA e deste histórico de confrontação das organizações locais com

o poder público, o fato de a forma de ocupação escolhida a partir de 2015 ser uma HC remete - para alguns dos membros da horta, em especial para membros do G2 - a memórias de um passado agrícola daquele terreno, conforme explica o E13, que é membro de uma organização parceira da HCP e também tem um laço forte com esta memória:

Aquele terreno, ele tem uma história interessante porque ele sempre foi um espaço, antes de ser um campo de pouso pela Aeropostale – durante muito tempo mantinha ali como um campo de pouso pro correio francês -, ele já era uma área de agricultura, né? Aquilo ali era uma roça de mandioca, tinha bastante feijão, bastante melancia, né? E a minha família tinha bastante roça ali, meu bisavô, meu tataravô. Então, particularmente, a gente tem uma história com aquela terra ali. E a horta comunitária ela traz uma ressignificação e, na verdade, é um resgate, né? Às vezes a gente usa a palavra resgate, resgatar isso, resgatar aquilo. Geralmente o resgate a gente tenta resgatar algo que não existe mais, né? E no caso da horta comunitária, realmente é um resgate de algo que tinha acabado, que é a agricultura naquele espaço. E ele sempre foi um espaço de contato da comunidade, assim. Nos tempos da agricultura, depois Aeropostale, depois os campos de futebol, que ali virou um espaço só de campos de futebol, tinha vários times amadores que jogavam ali nos finais de semana e reuniam, e também tinha o pessoal do aeromodelismo, né? Um pessoal que brinca com aeromodelismo. Então, sempre foi um espaço de convivência, né? Só que durante muito tempo a comunidade disse ‘pô, a gente precisa dar um atributo, uma cara nova pra esse lugar’. Uma área gigante, mais de 350 mil m², que hoje ainda tá nesse litígio, né? Se passa pra Prefeitura, se a Associação dos Moradores do Campeche pode assumir. Uma parte ainda pertence à Aeronáutica, mas no todo ainda pertence à União. Então a Secretaria do Patrimônio da União ainda que dita as regras daquele espaço. E aí o que que aconteceu? [...] Mas aquele terreno sempre foi um terreno de luta

da comunidade, pra comunidade ocupar aquele espaço. Ela ocupava meio à revelia, a Aeronáutica meio que fechava os olhos pra aquela ocupação, né? E foi se ocupando. E aí, o que que aconteceu? A AMOCAM viu como um espaço de... ela entendeu que seria interessante ocupar aquele território de uma outra forma. Não mais só com campos de futebol, mas com algo mais, com um processo maior. E aí se colocou essa questão da agricultura urbana e da horta comunitária, porque tava pulsando naquela época na cidade e tinham pessoas que tavam muito forte nesse movimento (E13).

As controvérsias em relação à finalidade de ocupação atribuída à HC - em especial à disputa entre estabelecer a prática de reflorestamento ou dar mais prioridade à prática de produção de alimentos na segunda fase da horta - estavam mais ligadas a diferentes perspectivas sobre estratégias para ocupação do espaço, uma de longo prazo e outra de curto prazo, do que com o sentido em si que os diferentes grupos davam à “ocupação”. No entanto, possivelmente, a própria resistência do G2 em relação à prática de reflorestamento poderia estar ligada à sua memória da paisagem mais ligada a um espaço agrícola para produção de determinados alimentos tradicionalmente cultivados neste local. Neste caso, um segundo sentido de “ocupação” para a HC - que não necessariamente exclui o primeiro sentido, de construção de um “parque agrícola”, conforme idealizado pelo E2 – seria o de construir um parque com áreas verdes, conforme explica o E4:

Eu sempre defendi isso. Só que eu não consegui ser entendido. Eu dizia assim, ‘a hora que nós plantarmos aqui 50 mudas de canela preta, 50 mudas de aroeira, sabe? Pitanga, árvores nativas, não vai poder ser cortado. Não vai poder ser retirado. [...] Na hora que a gente encher isso aqui com plantas nativas não tira mais. [...] Então, por que que eu queria árvores nativas? Uma das coisas era isso. Encher de árvores nativas, distribuir pelo parque, bem cuidado. Tu não vai conseguir distribuir pelo parque inteiro. São 350 mil metros de área. Mas tu faz isso gradativo, faz aos poucos. Faz aos poucos e tu garante 50 mil metros, garante mais 3 mil metros e, pronto, em questão de 5

anos, 8 anos tu estaria com o parque todo ocupado com jardim, sombra, lugar pra balanço, lugar pra rede, lugar pra família vir no final de semana e passar ali o domingo embaixo da sombra, embaixo do parque. Era uma forma pacífica de ocupar (E4).

Outro sentido importante apresentado pelos voluntários, e muito ligado com o sentido pedagógico que o G1 dava para a horta, é o da HC como ponto de informação sobre o histórico de ações no espaço do PACUCA: “informações, né? ‘ó, isso aqui, todo esse espaço que você tá vendo é uma área pública que a gente tá batalhando por isso, né? Então passa informações, né? A horta é um ponto de referência, um ponto de conhecimento pras pessoas que acabam vindo” (E12). Por fim, o E8 propõe a atribuição de um quarto sentido à finalidade de ocupação da HCP, mais ligado a um espaço de reflexão sobre o modelo de cidade que os cidadãos esperam:

Ali é um foco de resistência e de renovação. É bem simbólico isso, é você pegar resíduos e transformar. É a renovação do Campeche, é a renovação da esperança numa comunidade que ainda consegue, digamos, se juntar e lutar por alguns objetivos comuns, né? E se reciclar. Então, assim, tu vê, cara, que simbólico que é esse trabalho, que pode ser bastante, assim, produtivo se você souber trabalhar realmente essa questão do simbólico e essa coisa do se reciclar, se renovar, sentir, digamos assim, que você pode produzir coisas além somente de espaços concretados ou espaços privados, ou privatizadores, ou privatizantes, ou o que seja. Você tem um espaço ali que é uma resistência (E8).

A análise dos sentidos dados pelos diferentes grupos a elementos constitutivos do dispositivo evidencia os esquemas de julgamento que produziram as expectativas normativas de cada grupo (DODIER; BARBOT, 2017). Esta visão do que estruturava o trabalho normativo dos dois grupos de voluntários da HCP permite visualizar a disputa normativa que ocorreu ao longo do desenvolvimento da horta como um processo político de negociação do sentido da HC. Portanto, a compreensão dos sentidos dados pelos diferentes grupos aos operadores

normativos do sentido da horta facilita a análise das transformações no repertório normativo e da HC ao longo do processo do seu processo de desenvolvimento.

4.3.2 Delineando o repertório normativo e as suas transformações ao longo do tempo

No início da primeira fase da HCP foram definidas as suas finalidades iniciais, ancoradas no histórico do local e das organizações que compuseram o arranjo interinstitucional que deu origem à HC. A partir desta definição, ocorreram diversas situações de prova que deram luz às expectativas normativas dos diferentes grupos quanto ao dispositivo, expectativas essas que foram sofrendo transformações ao longo do processo de desenvolvimento da HC.

As expectativas do G1, de forma geral, consistiam em seguir princípios técnico-filosóficos da agroecologia e permacultura nas ações que exercia. Os princípios de organização, para eles, deveriam garantir um trabalho coletivo, horizontal e de compartilhamento de experiências. E a finalidade pedagógica da horta era vista como uma finalidade transversal a todas as ações exercidas. Já para o G2 a HC representava um resgate de uma tradição e a possibilidade de preservação de princípios de uma agricultura tradicional local. Como consequência da sua visão sobre a forma de fazer agricultura, este grupo buscava nos seus princípios de organização a constância e dedicação que a atividade agrícola exigia. E, portanto, a produção de alimentos era uma finalidade indispensável a ser incluída. Estas expectativas distintas geraram situações de prova, as quais tiveram desfechos que foram definindo a composição material da HC e geraram uma indefinição em relação à organização do trabalho dos voluntários.

Apesar de, na primeira fase, as expectativas dos dois grupos já demonstrarem diferentes visões sobre o que a HC deveria se tornar, os sentidos de “comunitário” e “pedagógico” que predominaram neste momento estiveram mais próximos de como o G1 os enxergava. A dinâmica organizacional se deu de forma muito mais próxima de princípios de horizontalidade e autogestão, assim como a perspectiva pedagógica de chamar a participação da comunidade se expressou por meio das placas, da realização de mutirões e da dinâmica da relação com as pessoas que levavam os seus resíduos orgânicos para a compostagem.

A primeira ruptura entre os voluntários, que teve como consequência o desengajamento de alguns, proporcionou um fortalecimento do espaço de ação do G2. Esta condição viabilizou a

inclusão da produção de alimentos como uma das finalidades da horta e, posteriormente, a sua consolidação por meio da prática de produção de alimentos, inaugurando a segunda fase da horta. A organização do trabalho dos voluntários encontrou uma definição que também estava de acordo com as expectativas do G2: o predomínio do trabalho no dia-a-dia, ao invés de em mutirões, com a coordenação de um senhor aposentado.

Nesta fase (segunda), os voluntários que compuseram o G1 priorizaram a negociação de certos aspectos técnico-filosóficos que consideravam mais urgentes, como a utilização da técnica de consórcio de espécies, a implantação de um SAF e a busca por uma relação de respeito com a vida de animais silvestres. Por outro lado, perderam força na decisão de outros aspectos, como o formato dos canteiros a serem construídos – que a partir deste período deixaram de seguir um formato “lúdico” para seguir um formato retilíneo. Quanto aos princípios organizacionais, o G1 empreendeu tentativas de estabelecer regras, coordenar as ações cotidianas e mediar conflitos com base em ações pedagógicas e de comunicação. As suas ações e argumentos continuaram girando em torno do fortalecimento da finalidade pedagógica da horta, o que se realizou por meio do estabelecimento das práticas de realização de oficinas e recebimento da visita de estudantes, assim como pela criação de elementos materiais, como o SAF. Neste período, também iniciaram a tentativa de estabelecer uma estratégia para fortalecer a finalidade de ocupação do PACUCA no longo prazo, com o desenvolvimento da prática de reflorestamento.

O G2, a partir da segunda fase, passou a apresentar maior receptividade em relação à integração de novas técnicas de agricultura, apesar de negociar certos limites, como por exemplo a construção de canteiros retilíneos ao invés de canteiros com formato “lúdico”. No que diz respeito aos princípios de organização, este grupo apresentou resistência ao estabelecimento de regras por parte do outro grupo de voluntários e teve as atitudes de vigilância como principal ação para enfrentar os problemas de “desrespeito” e “roubos”. As suas principais expectativas quanto às finalidades da horta foram de fortalecer a produção de alimentos. Também apresentaram resistência a estratégias de ocupação distintas, como à prática de reflorestamento, assim como a certos tipos de práticas pedagógicas, como a realização de oficinas.

O processo político de negociação do sentido da HC passou por algumas transformações na segunda fase. Em relação ao sentido de “pedagógico”, o G1 teve uma forte influência com a criação de práticas e mudanças materiais na horta, no entanto, muitas dessas ações foram

perdendo força ao longo de 2017 e, por fim, no final desta fase a noção do pedagógico se restringiu à prática de recebimento de visitas de estudantes – o que aproximou esta finalidade mais do sentido dado pelo G2. O sentido de “comunitário” também apresenta um deslocamento no sentido da perspectiva do G2, com o desenvolvimento das atividades de forma mais centralizada. E neste período, dois dos sentidos de “ocupação” atribuídos pelos atores à HC entraram em choque, um defendido pelo G1 (reflorestamento) e outro pelo G2 (produção de alimentos) e, como consequência, o sentido dado pelo G2 predominou com a desestabilização da prática de reflorestamento.

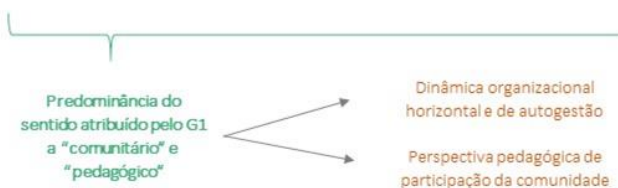
Na terceira fase, com a instalação do portão e, conseqüentemente, com uma segunda ruptura entre os voluntários, começou uma fase de estabilização da horta em que se estabeleceram as práticas de compostagem, produção e distribuição dos alimentos e as visitas de estudantes. As técnicas utilizadas na HC apresentaram uma característica híbrida entre os diferentes princípios técnicos filosóficos que disputaram espaço nas fases anteriores e a nova dinâmica estabelecida a partir da instalação do portão estabilizou a controvérsia entre diferentes princípios de organização, com uma predominância para o que eram as expectativas normativas do G2 nas fases anteriores. E quanto às finalidades da HCP, a distribuição de alimentos, que já havia se iniciado como prática no final da segunda fase, se estabeleceu como uma finalidade importante neste período, junto com a de produção de alimentos, compostagem de resíduos orgânicos e ocupação da área do PACUCA. A finalidade pedagógica da HC seguiu sendo uma referência importante, por meio da prática de recebimento da visita de estudantes e pela atitude de troca de conhecimentos entre os voluntários. Quanto aos sentidos de “comunitário” e “pedagógico”, houve uma predominância da perspectiva do G2.

O fato de a organização ter se desenvolvido em um ambiente com referenciais normativos diversos fez com que os processos da organização fossem constantemente renegociados e com dificuldades de se estabilizar por um longo período de tempo. Analisando, agora de forma ampla, a trajetória da HCP é possível afirmar que houve, em termos do sentido do dispositivo, um deslocamento de uma perspectiva mais próxima do que era esperado pelo G1 na primeira fase para um sentido mais próximo do que era visualizado pelo G2 na terceira fase, com a segunda se caracterizando por uma diversidade de experiências e aberturas de possibilidades. As normas e os seus referentes estiveram constantemente em construção e essa disputa normativa foi compondo a organização. O movimento de re-engajamento de alguns dos voluntários

no final da terceira fase deixa em aberto os próximos passos desta ação coletiva, que durante todo este processo deixou como efeito aprendizados e reflexões para os seus participantes, tema que abordarei na próxima subseção.

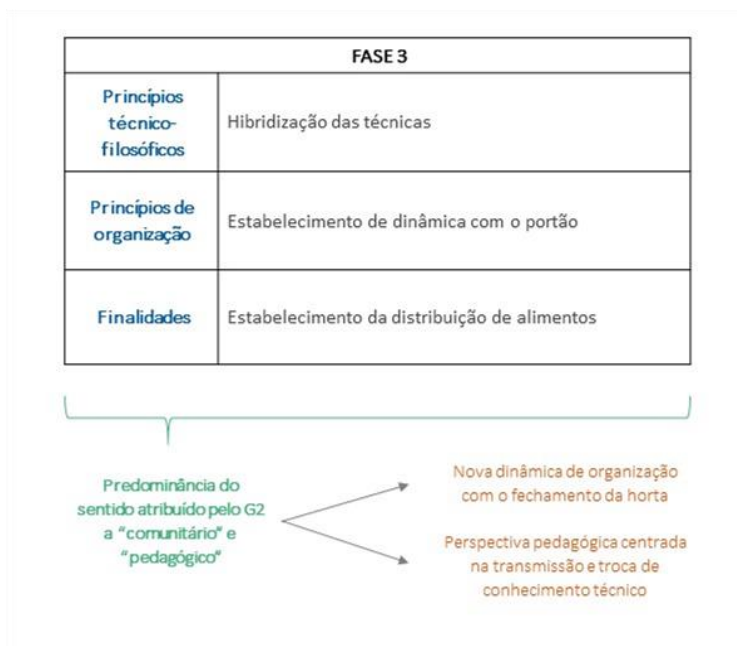
Figura 46: Repertório normativo ao longo do tempo.

FASE 1	G1	G2
Princípios técnico-filosóficos	Agroecologia e permacultura	Preservação da agricultura tradicional local
Princípios de organização	Trabalho coletivo, horizontal e compartilhamento de experiências	Constância e dedicação exigidas pela atividade agrícola
Finalidades	Finalidade pedagógica transversal à todas as atividades	Produção de alimentos como finalidade indispensável



FASE 2	G1	G2
Princípios técnico-filosóficos	Priorização de aspectos mais urgentes, consórcio de espécies, SAF, respeito à vida de animais silvestres	Receptividade em relação a técnicos agroecológicos, porém seguindo uma estética retilínea nos canteiros
Princípios de organização	Tentativa de estabelecer regras, coordenar ações cotidianas e mediar conflitos com ações pedagógicas e de comunicação	Resistência ao estabelecimento de regras, atitudes de vigilância
Finalidades	Fortalecimento da finalidade pedagógica: oficinas, visitas de estudantes e SAF Fortalecimento da finalidade de ocupação no LP: prática de reflorestamento	Fortalecimento da finalidade de produção de alimentos Resistência a novas estratégias de ocupação e certas práticas pedagógicas

- Crescimento e declínio do sentido de "pedagógico" do G1 → Ficou limitado à visitas de estudantes no final
- O sentido de "comunitário" começa a se deslocar para a perspectiva do G2 → Organização das atividades de forma mais centralizada
- Dois dos sentidos de "ocupação" entram em choque



Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.3 Reflexões sobre aspectos organizacionais

A controvérsia em relação aos princípios de organização foi pautada entre um movimento na direção de uma estrutura organizacional mais hierárquica e outro no sentido de uma estrutura mais horizontal. Um dos argumentos para se evitar o estabelecimento de uma hierarquização das relações no coletivo era de que este tipo de estrutura organizacional não condizia com uma organização comunitária de caráter voluntário, mas sim com uma empresa: “Não é uma empresa. Numa empresa você vai, você pede um emprego, concorda com as ideias, tem um salário. É uma troca. Ali não” (E9). A importância de estabelecer práticas organizativas que envolvam as pessoas neste tipo de organização faz parte de uma necessidade de manutenção do engajamento dos voluntários, pois, segundo a E10,

se não as pessoas não se sentem pertencendo. [...] Parece que é mais longo o processo, mas é

importante. Assim, eu acho que tem que ter essas formas de fazer as pessoas participarem, mas nem sempre isso dá certo, nem sempre isso resulta naquilo, então é muito relativo mesmo, não tem uma metodologia. Tem as necessidades da horta. A horta precisa de composto, a horta precisa de madeira seja pra fazer os canteiros, a horta precisa disso e daquilo que cada um dispõe, né? Mas a horta precisa das pessoas que se envolvam por aquilo e que vão ali por algum motivo (E10).

Por outro lado, a experiência das tentativas de estabelecer uma organização mais horizontal causou desgastes que foram desanimando alguns voluntários que se engajaram mais neste processo, como explicita a E11:

Então, assim, minha experiência de trabalho coletivo, [...] ainda mais quando se tenta não ter uma hierarquia é difícil. Porque se você tem alguém que manda e outras pessoas que obedecem é muito mais fácil, porque você não tem muita voz. Você vai obedecer, você não vai ficar questionando por que você tá fazendo determinada coisa e tal. Então às vezes é mais fácil, é mais fácil trabalhar na hierarquia. A horizontalidade dá muito trabalho, porque todo mundo quer ter voz ativa (E11).

Uma das questões que se abriram a partir das dificuldades de se estabelecer processos de organização na HCP foi a de como desenvolver uma “gestão comunitária” deste espaço público onde se encontra a horta. E as diferentes perspectivas sobre o sentido do “comunitário” foram construindo entendimentos sobre elementos importantes para a realização desta gestão comunitária. Todas as fases da horta, apesar da diversidade de expectativas e sentidos, tiveram um elemento comum que era a constituição de um núcleo duro de pessoas que assumiam certas responsabilidades na organização das atividades. Mesmo que não se tenha estabelecido um processo formal para a escolha das pessoas que comporiam este núcleo duro, em cada uma das fases ele foi se compondo de formas distintas. O E13, que faz parte de uma das organizações parceiras da HCP e tem experiência na assessoria técnica de coletivos de AU comenta sobre a importância deste elemento nas HCs:

E esse coletivo, que às vezes fica entre 4, 5 (pessoas) do núcleo duro, ele tem legitimidade. Pode, às vezes, não ter uma legalidade, mas ele tem legitimidade, muitas vezes, reconhecida pela própria comunidade de chegar e dizer e criar uma ordem: estabelecer uma escala, estabelecer um horário de visita. É legítimo. Não tem quem que diga que ele não possa fazer aquilo. ‘Ah, isso aqui é público’. Não, ele é público, mas o público tem uma organicidade. Tem as pessoas lidando com esse público que tão aqui enfrentando o dia a dia, tentando fazer com que o próprio poder público reconheça aquele espaço, né? [...] Então as pessoas têm que respeitar isso, tem que entender. Que às vezes fica no romantismo do comunitário, né? ‘Ah, comunitário’. Mas tem que entender esse comunitário. Esse comunitário não acontece do nada. Ele não é algo espontâneo, um movimento espontâneo. Não, tem pessoas que dão a vida pra aquilo ali (E13).

Outro elemento apresentado pelo E13 e que percebi claramente na trajetória da HCP – apesar de não explicitar no texto por conta da escolha de não levar a descrição do coletivo até o nível pessoal – é a importância de uma HC ter diferentes perfis de expertises entre os seus voluntários:

Tem que ter um perfil combativo, pra fazer um combate muitas vezes, né? Quando não tem mais espaço de diálogo, ir pro combate, chamar a comunidade, fazer uma campanha, fazer uma passeata, né? Esse perfil mais combativo. Tem que ter um perfil mais diplomático pra poder conversar com uma outra organização, pra tentar uma parceria, fazer uma articulação. Tem que ter um perfil mais diplomático mais moderado pra conversar com o poder público, seja o executivo, o legislativo ou o próprio judiciário. Então tem que ter esse somatório de perfis. Uma horta comunitária ou um movimento comunitário, se tem um perfil só, a tendência dele é acabar, ou se enfraquecer, ou se anular. Tem que ser uma composição de expertises.

No campo da sociologia pragmática, Bessy e Chateauraynaud (1995) desenvolveram uma importante construção teórica em torno do conceito de expertise, o que pode ser um caminho interessante para aprofundar a compreensão destas diferentes expertises identificadas entre os voluntários da HCP ao longo do seu processo. Especialmente em organizações que dependem do trabalho voluntário, o tipo de engajamento dos atores é um outro fator decisivo para a dinâmica de organização. As desigualdades na intensidade de disponibilidade e de participação afetam também o nível de influência dos indivíduos nas decisões dos rumos do coletivo, conforme argumenta a E5:

Mas, de toda forma, sempre vai ter essa desigualdade pra proporção de tempo disponível. Então, as pessoas que trabalham, que sustentam família, que tem filho pequeno, elas têm uma disponibilidade menor, né? Não tem como. Então, dentro de pensar a organização também tem que já saber que não é igual, né? Sei lá, transformar no mais democrático possível, deixar uma coisa mais horizontal possível. Mas a dedicação não é, então tem que ter o bom senso de quem, como eu, vai menos saber que o seu poder de decisão vale menos (E5).

O E13, destaca que os desafios para a organização de HCs geralmente giram em torno de questões de relacionamento humano e não tanto em torno de questões técnicas, sejam em termos de técnicas de agricultura ou técnicas de gestão:

O que a gente percebe nesses movimentos comunitários é que muitas vezes as pessoas desenvolvem a técnica, [...] mas o grande desafio são as relações humanas. O grande desafio que a gente percebe, foi percebendo ao longo dos tempos. [...] Por quê? Porque, muitas vezes, às vezes, não são os processos que fazem as coisas se organizarem. Tipo a horta comunitária. Estabelecer um processo aqui, um processo de gestão, um processo de organização. Muitas vezes o que vale é a relação que eu tenho com o 'Fulano'. Depois vem, 'ô Fulano, vamos conversar pra montar uma escala, pra montar uma

tabela, pra montar um fluxo de atividades, né? Pra fazer um planejamento estratégico ali da horta, né? Fazer uma matrızinha básica do que que a gente tem de oportunidade, ameaça, né?'. Não, primeiro é assim, é a minha relação contigo. E às vezes, então, não é o processo que organiza. São as pessoas que primeiro tem que se organizar, se conhecer, ter empatia, ter identidade e, principalmente, ter confiança. [...] Isso tem as peculiaridades de cada região, mas o interno do coletivo, que são as pessoas, as dificuldades são as mesmas. Que passa pela empatia, pela confiança, estabelecer relações de transparência, de conversas. Coisas simples: reuniões, tem que se fazer reuniões. [...] Então são coisas que às vezes não são processos complexos de gestão, de organização, são processos simples. Por exemplo, manter reuniões mensais. Nem que seja uma reunião mensal desse coletivo. Tem que conversar. Não ficar só baixando a cabeça e plantando e colhendo. Não, tem que conversar pra pensar o todo. Aí, muitas vezes, esses coletivos ficam tão focados só no micro, que é plantar, que é fazer a horta, que é fazer uma cerca, que esquece às vezes da questão macro, da razão de eles existirem (E13).

Como destaca Friedberg (1992), as características formais de uma organização, como as regras e processos, tem o papel de estruturar os espaços de negociação e de jogos entre atores. E as características informais das organizações - que é o campo das relações pessoais, de confiança, como destacou o E13 -, mantêm uma tensão criadora com as formas de regulação formais, pois se apoiam e se enfraquecem ao mesmo tempo. Portanto, um dos desafios para o desenvolvimento de uma HC é justamente conseguir estabelecer um equilíbrio entre processos - como reuniões e espaços de diálogo para a análise da trajetória da organização e para a reflexão sobre os caminhos a serem tomados - e manter igualmente as relações pessoais e informais que os participantes estabelecem de acordo com as suas afinidades. Esta dinâmica é importante para fortalecer e renegociar os engajamentos dos participantes ao longo da trajetória da organização.

Quanto ao desafio de manter o engajamento das pessoas neste tipo de ação coletiva, o E4 apresenta algumas das dificuldades:

A questão das hortas comunitárias, [...] a grande maioria é, o que os nossos antigos diziam, fogo de palha. Se entusiasmassem, entendesse? A ideia é fantástica da horta comunitária de você consumir produto sem agrotóxico, você mesmo plantar, colher. Você ter a possibilidade de distribuir pra quem, de repente, pra creches ou pra quem não tem condições de comprar. Isso é maravilhoso. Só que quando você vai, eu sempre falo isso, quando você vai pro chão e você começa a entender que tem que plantar, conseguir semente, conseguir insumo, conseguir composto pra fazer os canteiros. Você tem que esperar crescer até chegar no ponto de colher. E até chegar no ponto de colher tem muita coisa pra fazer. Regar, manter isso limpo de formiga, de uma série de coisas. [...] É mais difícil, é mais demorado. E daí, grande parte daqueles entusiastas de primeira hora, que não são realmente engajados com a tarefa, com a coisa, eles vão se distanciando, se distanciando. Até que chega um ponto em que, infelizmente, vários lugares aqui que começaram horta, se vai hoje voltou ao originário lá com um terreno. Tem bons exemplos que deram certo, sem dúvida. Mas o que eu me refiro é, assim, tem uma parcela grande que se entusiasma com a ideia, olha alguma que é maior, que tá mais organizada – por vários motivos, porque tem vários voluntários, sei lá – e vão pro bairro deles e querem fazer uma. E daí, quando começa a apertar o trabalho. Que dá trabalho, não é fácil (E4).

Esta dificuldade de fazer com que uma HC ultrapasse a fase de entusiasmo inicial e consiga se desenvolver foi definida por alguns dos entrevistados como um “problema de engajamento” encontrado em algumas comunidades. Nos relatos, foi muito comum a utilização de exemplos de outros bairros que haviam tentado criar uma HC e não conseguiram, pois em todas as fases da HCP os voluntários deram apoio para a criação de HCs em outros locais. Na maioria das vezes os projetos não saíam da idealização, em especial por conta de conflitos entre os participantes por buscarem estabelecer ações com base em princípios técnico-filosóficos e de organização distintos e por não conseguirem chegar a acordos mínimos para dar início à construção da

HC – mesmo com todas as condições materiais para isso, como era o caso de alguns exemplos dados pelos voluntários.

Durante a participação no processo de planejamento de uma destas HCs que não se concretizaram, ainda na primeira fase da HCP, alguns dos voluntários da HCP fizeram parte de uma dinâmica de construção coletiva de projetos para idealizar possibilidades de organização do espaço de uma HC, o que inspirou a construção de possibilidades para a HCP, conforme explica o E3:

Se imaginava que pudesse ter essa opção – espaços fechados, espaços semi, espaços totalmente abertos -, vamos dizer, numa área que nem a PACUCA, poderia ter pra todos os tipos, pra todos os gostos. Dizer “não, eu vou assumir esse espaço, vou fazer do jeito que eu quero nesse espaço”. Beleza, aquele setor é das pessoas que vão vir 3, 4 vezes por semana e você vai ficar responsável pelo seu espaço. “Mas eu acho que só vou vir hoje, não sei quando eu vou vir de novo”. “Ah, beleza, me ajuda aqui”. Sabe? Que tivesse essas possibilidades que foi se detectando quais tipos de hortas comunitárias as pessoas querem. A gente detectou uns 5 tipos. [...] Aí apareceu, meio que ficou claro os tipos de hortas que as pessoas pensavam ou queriam (E3).

Os efeitos de uma HC como a HCP são múltiplos, por conta da diversidade de práticas, de transformações causadas no espaço e pela relação que este tipo de dispositivo pode estabelecer com uma multiplicidade de atores. Em especial para os voluntários, que dedicam o seu tempo para a construção e desenvolvimento de uma ação coletiva, um dos efeitos desta participação é a experiência e os aprendizados sobre possibilidades de composição dos agenciamentos de objetos, normas e pessoas que compõem uma organização (CEFAI, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a compreender as Hortas Comunitárias (HCs) como um fenômeno organizacional a partir da análise de uma HC como um dispositivo, no sentido da “abordagem processual dos dispositivos” proposta por Dodier e Barbot (2017), que apresenta a possibilidade de analisar a dinâmica de dispositivos a partir do trabalho normativo dos atores que se relacionam com estes. Para isso, teve como objetivo geral analisar e compreender o processo de mobilização coletiva para criar e desenvolver a Horta Comunitária do PACUCA (HCP). O primeiro passo para o cumprimento deste objetivo foi reconstituir o histórico da mobilização coletiva, primeiro por meio de uma breve apresentação do contexto em que se formou o coletivo, apresentando fatos históricos e geográficos baseados em literatura sobre o local em que a HCP está inserida e, em seguida com a exposição do histórico de articulação entre as diferentes instituições que criaram a HC. Esta reconstituição da articulação interinstitucional que deu origem à HCP foi feita com base no relato de membros da organização que fizeram parte deste processo.

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi o de descrever a constituição e as transformações da HC ao longo do tempo. Com base nos dados gerados pela realização de 13 entrevistas semiestruturadas - realizadas com voluntários da organização e membros de organizações parceiras -, pela análise de reportagens divulgadas na mídia e pela observação direta, realizei uma descrição de três fases da HCP, com suas transições marcadas por rupturas e transformações. A análise das dinâmicas de ação da organização foi realizada com o apoio de dois operadores analíticos da ação, referenciais que permitiram compreender as ações a partir do trabalho normativo dos atores e assim analisar os desdobramentos práticos das ações, que foram compondo a organização. Foi possível identificar que o jogo de negociações e de forças que foi compondo a organização girou em torno de diferentes expectativas normativas apresentadas pelos atores em relação aos princípios técnico-filosóficos e de organização a serem seguidos para desenvolver as ações. Os dois grupos identificados também apresentaram diferentes expectativas normativas em relação às finalidades da HC, o que causou diferentes priorizações e a criação de novas finalidades ao longo do tempo.

O segundo passo para o cumprimento do objetivo geral foi realizado pela análise das transformações no repertório normativo dos

indivíduos envolvidos no processo ao longo do tempo. Para aprofundar a compreensão do repertório normativo dos indivíduos em relação à HC realizei uma descrição de três operadores normativos identificados a partir da primeira etapa da análise cujo sentido passou por um processo político de negociação e renegociação ao longo da trajetória da HCP: o sentido de “pedagógico”, o sentido de “comunitário” e o sentido dado à ocupação do espaço. Esta visão do que estruturava o trabalho normativo dos dois grupos de voluntários da HCP permitiu visualizar a disputa normativa que ocorreu ao longo do desenvolvimento da horta como um processo político de negociação do sentido da HC. Esta identificação dos diferentes sentidos dados à HCP pelos grupos de participantes permitiu desenhar o repertório normativo e analisar o processo de composição da organização a partir da disputa normativa que ocorreu no seu processo.

Para o cumprimento do terceiro objetivo específico, busquei identificar efeitos de aprendizado que o dispositivo proporcionou aos indivíduos participantes do processo por meio da apresentação de reflexões dos participantes da pesquisa a respeito da organização de HCs. Foram identificados como elementos importantes para a realização de uma gestão comunitária a constituição de um núcleo duro de pessoas que assumam certas responsabilidades na organização das atividades; a importância de ter diferentes perfis de expertises entre os voluntários; e de considerar que os tipos de engajamento dos participantes, ou seja, as desigualdades na intensidade de disponibilidade e de participação, afetam o nível de influência dos indivíduos nas decisões dos rumos do coletivo. Os principais desafios para a organização de HCs apresentados foram o de estabelecer um equilíbrio entre processos formais da organização, como reuniões e espaços de diálogo para a análise da trajetória e planejamento, e entre manter as relações pessoais e informais que os participantes estabelecem de acordo com as suas afinidades; de encontrar maneiras para estabelecer acordos mínimos nas disputas normativas em torno dos princípios e finalidades da HC para que a ação coletiva possa se desenvolver.

A abordagem dos dispositivos apresentada por Dodier e Barbot (2017) trouxe uma importante contribuição para compreensão do fenômeno, pois permitiu um olhar para compreender como diferentes sentidos que podem compor uma HC se constituem, num contexto específico. A noção de que as disputas normativas entre atores na sua relação com um dispositivo podem girar em torno das finalidades do dispositivo e dos princípios a serem seguidos contribuiu para compreender que o processo de organização de uma HC pode ser

permeado por disputas em relação a princípios técnico-filosóficos e princípios organizacionais a serem seguidos e, assim, o desenvolvimento da organização depende da capacidade de negociação dos diferentes grupos de atores. Os “ângulos de futuros” (CHATEUARAYNAUD, 2015) apresentados pelos atores em contextos de disputas normativas também se apresentaram como um importante recurso conceitual para a identificação dos diversos sentidos atribuídos ao dispositivo e, conseqüentemente, compreender os repertórios normativos em torno de uma HC ao longo do tempo.

Para além da análise de HCs, a abordagem processual dos dispositivos se mostrou como uma base teórica relevante para o estudo de ações coletivas com baixo grau de formalização. A dificuldade de compreensão das formas organizativas da HCP por meio da identificação de processos ou de dispositivos formalizados foi superada pelo foco no trabalho normativo dos atores e conseqüente a compreensão dos repertórios normativos e as suas transformações na trajetória da ação coletiva. Portanto, acredito que esta abordagem possa contribuir também para o estudo de outras ações coletivas que, como a HCP, apresentam um baixo grau de formalização. No entanto, não acho que a contribuição desta abordagem aos Estudos Organizacionais se restrinja apenas ao estudo de ações coletivas com baixo nível de formalização. Pelo contrário. A entrada analítica pelo trabalho normativo de diferentes grupos de atores que fazem parte de uma organização, inclusive das mais formalizadas, pode ser um importante recurso analítico para compreender como as normas, regras e processos acontecem na prática, nas situações do dia a dia.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, R. M.; AUGUSTO, D. C.; MUBAI, B. A.; ANGELIS, B. L. D.; SILVA, M.; SILVA, F. F.; ANGEOLETTO, F.. Hortas Urbanas de Maringá (PR): Estudo Socioeconômico dos Produtores e Perceptivo dos Transeuntes. **Bol. Geogr., Maringá**, v. 34, n. 2, p. 98-115, 2016.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Agroecology: transitioning organic agriculture beyond input substitution (cap. 11). In: ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture**. PNUMA. 1ª Ed. México (DF), 2005.

ANDION, C.; RONCONI, N.; MORAES, R. L.; GONSALVES, A.; SERAFIM, L.. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 369-387, maio-jun., 2017.

AQUINO, M. A.; ASSIS, R. L.. Agricultura urbana em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan.-jul., 2007.

ARRUDA, J.; ARRAES, N. A. M.. Análise do Programa Hortas Comunitárias em Campinas-SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 1, p. 38-52, 2007.

AS-PTA. **Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)**. Aspta.org.br, 2015. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Subsidio-para-uma-Poli%CC%81tica-Nacional-de-Agricultura-Urbana-Periurbana.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

BARTHE, Y.; RÉMY, C.; TROM, D.; LINHARDT, D.; BLIC, D.; HEURTIN, J.; LEGNEAU, E.; BELLAING, C.; LEMIEUX, C.. Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 84-129, jan.-abr., 2016.

BESSY, C.; CHATEAURAYNAUD, F.. **Experts et faussaires: Pour une sociologie de la perception**. 2. ed. Paris: Éditions Pétra, 2014. 520 p. (Pragmatismes).

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L.. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**. Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999.

BRANCO, M. C.; ALCÂNTARA, F. A.. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, v. 29, p. 421-428, 2011.

CAITANO, D. I. M. de O. **No limite da razão: a tensão, o deliberar e phronesis**. Uma análise pragmática sobre as situações críticas de gestão no trabalho dos agentes no complexo penitenciário do Estado (COPE). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 313 p., 2016.

CÂMARA. **Câmara aprova Política Nacional de Agricultura Urbana**. Câmara Notícias, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/548085-CAMARA-APROVA-POLITICA-NACIONAL-DE-AGRICULTURA-URBANA.html>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

CEFAÏ, D. Introduction générale. In: **Porquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: Éditions La Découverte, p. 7-32, 2007.

CEFAÏ, D.. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**. Revista de Estudos de Conflitos e Controle social, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, D.. **Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse**, em Paris. Fábio R. (org.), Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, p. 67-102, 2011.

CEPAGRO. **Agricultura Urbana: Hortas e tratamento de resíduos orgânicos**. Florianópolis: Coleção Saber na Prática, vol. 3, 2013.

CHATEAURAYNAUD, F.. Pragmatique des transformations et sociologie des controverses. Les logiques d'enquête face au temps long des processus. In: Chateauraynaud F. et Cohen Y. (dir), *Histoires pragmatiques*, **Raisons pratiques**, vol. 25, 2015.

COELHO, D. P. C.; BÓGUS, C. M.. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 25, n. 3, p. 761-771, 2016.

COMETTI, Jean-Pierre. **Qu'est-ce que le pragmatisme?** Gallimard, Paris: 2010.

CORRÊA, D.; DIAS, R. C.. Crítica e os momentos críticos: De La Justificación e a guinada pragmática na sociologia francesa. **MANA**, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016.

COSTA, S. R.. Educação ambiental por meio de horta comunitárias: estudo em uma escola pública da cidade de São Paulo. **Revista Científica Hermes**, n. 16, p. 246-270, jul.-dez., 2016.

COSTA, C. G. A.; GARCIA, M. T.; RIBEIRO, S. M.; SALANDINI, M. F. S.; BÓGUS, C. M.. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 10, p. 3099-3110, 2015.

DANIEL, H. A.. **Campeche um lugar no sul da ilha**. Editora Insular, Florianópolis: 2018

DEELSTRA, T.; GIRARDET, H. **Urban agriculture and sustainable cities**. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. Feldafing: Deutsche Sitffung für Internationale Entwicklung, p. 43-65, 2000.

DIAS, I. F.; RUAS R. B.; MULLER N. I. A.. Descentralização da Gestão dos Resíduos Sólidos Através da Coprodução: Uma Visão do Co-Comissionamento a Partir de Casos em Florianópolis. **VII Encontro de Administração Pública e Governança – ENAPG**. ANPAD, São Paulo, 2016.

DODIER, N.. O espaço e o movimento do sentido crítico. **Forum Sociológico**, n. 13/14 (2ª série), p. 239-277, 2005.

DODIER, N.. Uma abordagem processual dos dispositivos. **Conferência proferida no I Colóquio Crítica e Pragmatismo**, na

Universidade de Brasília, em agosto de 2016. Disponível em: <<https://blogdosociofilo.wordpress.com/2016/09/11/uma-abordagem-processual-dos-dispositivos/>>. Acesso em: 3 out. 2016.

DODIER, N.; BARBOT, J.. A força dos dispositivos. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, 487-518, maio/agosto, 2017.

DONINI, A. N.. Jornal nacional e meio ambiente: recepção por integrantes de programa de hortas urbanas. **ALCEU**, v. 14, n. 27, p. 119-134, jul./dez., 2013.

DOSSE, F.. **O império do sentido**. Bauru: Edusc, 2003.

FAO. **Agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Caribe**: uma realidade. Disponível em: <http://agriculturaurbana.org.br/textos/AUPenALC-BrochureIPES_FAO-portugues_low.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2018.

FERNANDES, R.; SOUZA, N. R.; MARTINS JUNIOR, J.. Benefícios da implantação do Programa Hortas Comunitárias em Maringá – Paraná. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research (BJSCR)**, v. 4, n. 1, p. 79-82, 2013.

FORTUNATO, R.; NEFFA, E.. Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede “Brasilidade Solidária”. **Turismo em Análise**, v. 25, n. 1, 2014.

FREGA, R.. Qu’est-ce qu’une pratique? In: CHATEAU RA YNAUD, F. COHEN, Y . (Dir.). Histoires pragmatiques. **Raisons pratiques**, Paris, Editions de L’Ehess, v. 25, p. 321-349, 2016.

FREITAS, S. M.. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FRIEDBERG, E. Les quatre dimensions de l'action organisée. **Revue française de sociologie**, v. 33, n. 4, p. 531-557, 1992.

GIRALDO, S. L. H.; TORRES, A. P.; CÁRDENAS, L. M. C.; CELY, N. A. A.. Promoción de una alimentación saludable: experiencia em Tunja, Colombia. **AVANCES EN ENFERMERÍA**, v. 30, n. 1, enero-abril,

2012.

GUIAFLORIPA. **Campeche**. Disponível em: <<http://www.guiafloripa.com.br/cidade/bairros/campeche>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

HOLMGREN, D. **Permacultura – princípios e caminhos além da sustentabilidade**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuição da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A.B (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

JAC, S.,; ANNU, R. ; JOE, N.. Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities. **Publication Series for Habitat II**. Volume 1. New York: United Nations Development Program (UNDP), 2001.

KARAM, C. A. **Legitimando uma inovação social: o caso do corpo de bombeiros voluntários de Joinville**. 2014. 404 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

LAHM, J. T.; NÓR, S.. **HORTAS URBANAS: Uma alternativa para a sustentabilidade e para a transformação da paisagem urbana – o caso de Florianópolis/SC. 4º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte, 2016.

LOVO, I. C.; NUÑEZ, T.. **Consultoria FAO/MDS: sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões metropolitanas durante o período 2004-2009: produto 04**. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <agriculturaurbana.org.br/textos/Produto_04_FAO-MDS_consolidado.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2018.

MACIEL, F. R. P. **Caminhos e práticas traçados pela ação: a dinâmica indivíduo-território e a gestão de pequenos empreendimentos em Tiradentes - MG**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa

Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 430 p., 2016.

MEIHY, J. C. Definindo história oral e memória. **Cadernos CERU**, no 5, s. 2, 1994.

NDONLINE. **Parque Cultural do Antigo Campo de Aviação do Campeche não tem previsão de sair do papel**. Notícias do Dia Online, 2014. Disponível em:
<<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/campo-de-aviacao-do-campeche-e-patrimonio-historico-da-cidade-mas-sofre-com-descaso>>
Acesso em: 14 jan. 2019.

OLIVEIRA, J. M.; CINTRÃO, J. F. F. Violência escolar e horta comunitária: a educação ambiental enquanto agente de socialização. **REVISTA UNIARA**, n. 15, 2004.

PAVESI, A.; FREITAS, D.; LOPES, B. P. Horticultura comunitária e construção de sistemas socioecológicos sustentáveis. **Amazônia | Revista de Educação em Ciências e Matemática**, v. 10 n. 19, p. 19-29, 2013.

PERETZ, H.. **Les méthodes en sociologie – l'observation**. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

QUÉRÉ, L.. Intérêt et limites de la théorie des régimes pragmatiques pour la sociologie de l'action. In: Breviglieri, M.; Lafaye, C. (orgs.); Trom, D. **Compétences critiques et sens de la justice**. Paris: Econômica, 2009.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A.. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **Int. J. of Soc. Of Agr. & Food**, Vol. 19, n. 3, p. 289-307, 2012.

REVEL, J.. **Microanálise e construção do social**. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, p. 15-38, 1998.

REZENDE, G. M. **Gestão de Unidades de Conservação ambiental: perspectivas pragmáticas e organizacionais**. Tese (Doutorado) -

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 271 p., 2017.

ROSA, A. A. C.; GUARNIERI, J. C.; TORICELLI, R. C.; SPERANDIO, A. G.; FÁVERO, E.; FRANCISCO FILHO, L. L.. Planejamento urbano e políticas públicas saudáveis: um relato de experiência. **Revista Intellectus**, n. 32, v. 4, p. 49-63, 2015.

SANTOS, P. C. F.; SILVA, C. A.. Hortas Urbanas no distrito do Campeche e o Banco de Tempo de Florianópolis-SC/Brasil. **XV Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 2018.

TIRELLI, J.; BURGOS, R.; BARBOSA, T. **O Campo de Peixes e os Senhores do Asfalto: memória das lutas do Campeche**. Florianópolis: Cidade Futura, 248 p., 2007.

TONET, R. S. **Atividade artesanal e autonomia complexa: uma análise segundo a sociologia pragmática em contexto de DTS na Região das Vertentes - MG**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 259 p., 2014.

TOURAINÉ, A. O retorno do ator. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

UNFPA. **Estado de la población mundial 2011: Liberar El potencial Del crecimiento urbano**. Fondo de Población de La Naciones Unidas. New York, USA, 2011. Disponível em: <http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/SWP_2011/SP-SWOP2011.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

VELÁSQUEZ, S. A. M.; MUÑOZ, J. G. C.; SÁNCHEZ, F. J.. Acción comunitaria frente al fenómeno del cambio climático, en el páramo de la región del Guavio, Cundinamarca, Colombia. **Revista de Investigación Agraria y Ambiental**, v. 6, n. 1, enero-junio, 2015.